

30

ANOS EM PORTUGAL

Relatório e Contas 2016

MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

 **MAPFRE** | SEGUROS



30

ANOS EM PORTUGAL

Na MAPFRE, somos mais de 37.000 colaboradores, 37 milhões de clientes e estamos nos cinco continentes, em mais de 50 países. Enquanto seguradora de referência no mercado segurador espanhol, primeiro grupo segurador espanhol multinacional na América Latina e um dos 10 maiores grupos europeus por volume de prêmios, apresentamos forte solidez financeira.

Mas a MAPFRE também somos nós, em Portugal, há mais de 30 anos! Perto dos nossos clientes, em várias cidades do país, com mais de 80 lojas, somos mais de 300 colaboradores com uma missão importante, que se comprometem diariamente para oferecer a melhor qualidade de serviço aos nossos clientes, criando uma relação de confiança duradoura.

Temos uma visão clara, queremos ser a seguradora global de confiança. Guiamo-nos por valores de solvência, integridade, vocação para o serviço, inovação para a liderança e equipa comprometida.

Em 2015, fomos distinguidos, pelo segundo ano consecutivo, como a melhor seguradora de Vida do mercado português pela revista Exame, na categoria “Melhor Média ou Pequena Seguradora Vida”. Socialmente, contribuimos para a construção de uma sociedade melhor, através da nossa Fundação MAPFRE.

 **MAPFRE** | SEGUROS

▼ Torre de Belém – Lisboa





Índice

1. Órgãos Sociais	4
2. Relatório de Gestão	6
3. Contas Anuais 2016	26
4. Notas às Demonstrações Financeiras	34
5. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	133

▲ Barcos moliceiros – Aveiro



1987 | Um ano importante

Neste ano, Rosa Mota sagrou-se Campeã do Mundo da Maratona, numa prova realizada em Roma.

Em Lisboa, a MAPFRE Vida obtinha autorização para iniciar a atividade seguradora em Portugal. Já no ano anterior, em 1986, tinha adquirido um edifício em pleno coração de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 40.

1.

Órgãos Sociais

▲ Vista para a cidade – Coimbra

Conselho de Administração (2013 | 2016)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Vogais

Juan Fernández Palacios

Pedro Ribeiro e Silva

Mesa da Assembleia Geral (2013 | 2016)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Conselho Fiscal (2015 | 2017)

Presidente

José Vieira Bernardo

Vogais

Pedro Manuel Travassos de Carvalho

Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

Suplente

José Emílio Cordeiro Fernandes

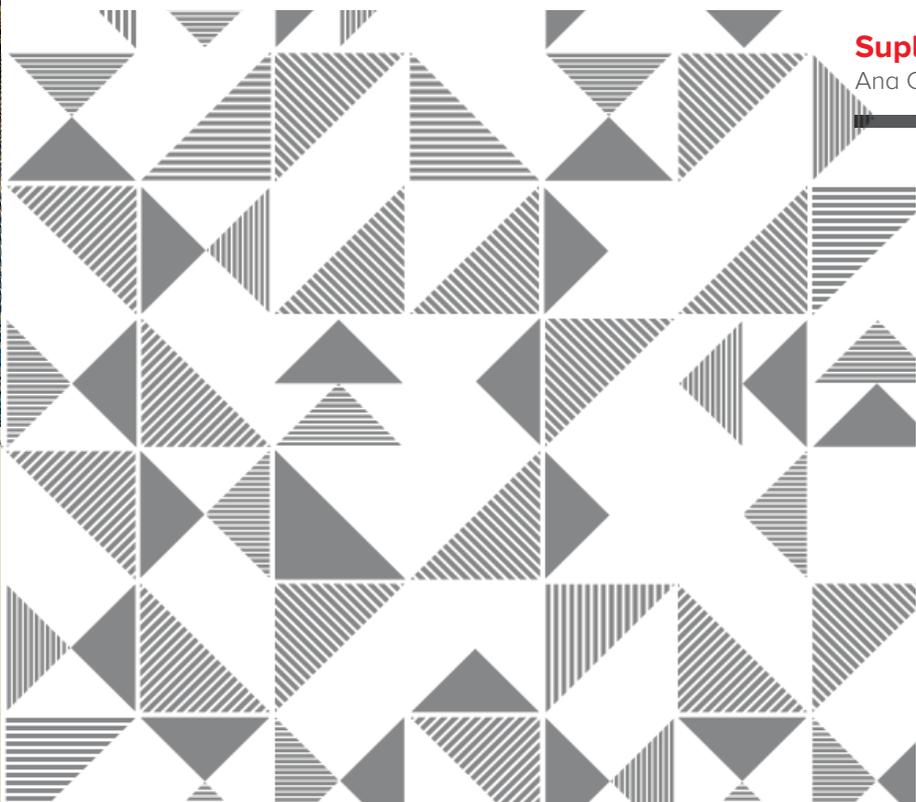
Sociedade Revisora Oficial de Contas (2015 | 2017)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado





1991 | Os anos 90

É inaugurada a Ponte de São João, infraestrutura ferroviária sobre o rio Douro, entre o Porto e Gaia.

Abrimos a Agência Geral da MAPFRE SEGUROS GENERALES.

2.

Relatório de Gestão

▲ Vista para a Serra do Pilar – Porto

1. Conjuntura Económica

De acordo com a estimativa do Fundo Monetário Internacional, na sua análise de janeiro de 2017, a economia mundial deverá apresentar uma evolução positiva no ano 2016, com um crescimento em torno a 3,1%, embora esta percentagem global resulte de uma grande dispersão entre diferentes grupos de países.

De facto, enquanto a previsão aponta para um crescimento acima das expectativas em algumas economias desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos da América, país que se aproximou do pleno emprego no terceiro trimestre, noutras, especialmente na Zona Euro, vai no sentido de uma *performance* abaixo do potencial, pese embora as fortes medidas de estímulo monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu.

Igualmente dececionante perspectiva-se o desempenho de alguns países de economias emergentes, com o Brasil à cabeça, assim como a Turquia, país que tem sofrido uma contração significativa nos rendimentos provenientes do turismo. Já na China, com o suporte de políticas de estímulo económico, e na Rússia, através da recuperação do preço do petróleo, o crescimento deve superar as expectativas.

No que respeita aos mercados financeiros, após alguns anos de estagnação em níveis extremamente baixos, as taxas de juro de longo prazo parecem ter entrado num ciclo ascendente, especialmente a partir de agosto. Nos Estados Unidos da América, as obrigações do tesouro a dez anos subiram praticamente um ponto percentual desde essa data e cerca de 60 pontos base desde as eleições de novembro. Mais moderada foi a subida na Zona Euro, cerca de 35 pontos base na dívida alemã, embora seja de menção o incremento de 70 pontos base da dívida soberana italiana, certamente ligada à incerteza política e aos receios sobre a solidez do sistema financeiro deste país.

Para o biénio 2017-2018, o mesmo organismo internacional prevê uma aceleração da economia, projetando um crescimento global da ordem dos 3,4% e 3,6%, respetivamente, suportado numa evolução favorável em alguns países desenvolvidos, como por exemplo a Alemanha, e, especialmente, no desempenho do conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, para as quais estima crescimentos de 4,5% e 4,8%.

Estas são perspetivas interessantes, porém, não deve ser ignorada a existência de alguns riscos latentes que poderão ameaçar a consecução das previsões.

Destacam-se as incertezas associadas ao processo de saída da União Europeia por parte do Reino Unido (*Brexit*) e às recentes alterações nos Estados Unidos da América decorrentes das eleições presidenciais, que, em ambos os casos, ameaçam voltar a trazer políticas protecionistas para a ribalta, as quais poderão alterar o posicionamento geopolítico e influenciar a ordem económica mundial de uma maneira que ainda não é possível antecipar claramente.

Por outro lado, existe um conjunto de países que mantêm um nível de endividamento demasiado elevado, a par da fragilidade dos seus sistemas bancários, os quais encetaram reformas estruturais muito tímidas e que, por isso, continuarão a ver a produtividade das suas economias bastante condicionada.

Outras nuvens sombrias pairam ainda sobre aqueles países que apresentam um défice de diversificação das suas exportações, tradicionalmente muito dependentes do preço de um número reduzido de *commodities* e, como tal, com reduzida capacidade de absorção de situações de *stress* económico.

Quadro 1

	2015	2016	2017	2018
Crescimento PIB				
Economia mundial	3,2	3,1	3,4	3,6
Economias avançadas	2,1	1,6	1,9	2,0
Economias emergentes/ desenvolvimento	4,1	4,1	4,5	4,8

Fonte: Fundo Monetário Internacional (*World Economic Outlook Update January 2017*).

Centrando agora a análise na economia portuguesa, o maior destaque no ano 2016 vai para o crescimento de 1,2% do PIB (segundo a estimativa do Banco de Portugal publicada em dezembro) e a redução do *deficit* das contas públicas para 2,4% do PIB.

No que respeita à evolução do PIB, embora tal valor represente um decréscimo de 0,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, importa referir que se trata do segundo ano consecutivo deste indicador em terreno positivo, mantendo assim a trajetória de recuperação

iniciada há dois anos, com a particularidade de ter acelerado no 3.º trimestre e de, este ano, o contributo das exportações ter sido mais elevado do que o da procura interna.

Quanto ao *deficit* das contas públicas, o valor atingido é bastante relevante, não só porque representa o menor nível alguma vez conseguido durante o regime democrático, mas também porque se constitui num primeiro passo para a saída do procedimento por défice excessivo a que o país tem estado sujeito no âmbito da União Europeia.

Não obstante tratar-se de uma boa *performance*, uma análise mais detalhada da sua composição aconselha algumas cautelas ao demonstrar que resultou essencialmente do aumento da receita de impostos, incluindo o contributo de uma medida extraordinária de regularização de dívidas, que acabou por compensar a subida de 1% da despesa.

O consumo privado cresceu 2,1%, decaindo meio ponto percentual quando comparado com o ano anterior. Contudo, importa recordar que o ritmo mais forte de crescimento deste indicador no ano anterior se associou à compra de bens duradouros, adiada nos anos de pico da crise, pelo que a evolução em 2016 aparece em linha com as expectativas.

Notícia menos agradável veio do lado do investimento, o qual apresentou uma variação negativa, contrária às expectativas, que terá sido responsável em grande medida pelo abrandamento da taxa de crescimento do PIB.

Ainda assim, beneficiando do maior dinamismo global da economia nos últimos anos, a taxa de desemprego voltou a descer, situando-se em 11%, ou até mesmo abaixo se vierem a confirmar-se a perspectivas mais otimistas.

A fraqueza do investimento e o facto da redução do *deficit* ter sido conseguido essencialmente através do aumento da receita de impostos e não de uma redução

estrutural da despesa, associados à dimensão da dívida pública, que continua a ascender a um valor próximo de 130% do PIB, são ameaças ao desenvolvimento futuro da economia.

Terá sido a incerteza em relação à capacidade do país solver os seus compromissos, a par do abrandamento da intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário de dívida, que levou a um aumento bastante significativo do spread exigido pelos investidores, colocando a taxa de juro da dívida pública portuguesa a dez anos em torno dos 4% no final do ano 2016, trazendo para a ordem do dia um hipotético novo resgate financeiro, com todas as consequências negativas associadas.

Para os próximos anos, as projeções do Banco de Portugal vão no sentido de uma melhoria do crescimento, assente no desempenho das exportações e do investimento, esperando-se um aumento do PIB para 1,4% no ano 2017, estabilizando em 1,5% nos dois anos seguintes, após o que o seu volume deverá ter recuperado para o nível que se verificava em 2008.

Em consequência, o mercado do trabalho deverá continuar a recuperar, estimando-se a manutenção da trajetória descendente do desemprego, ainda que a um ritmo um pouco mais moderado.

Importa realçar que o padrão de crescimento descrito, baseado no dinamismo das exportações e do investimento, com um contributo mais moderado do consumo privado, representa um desenvolvimento mais sustentado da economia.

Não obstante, persistem ainda vários constrangimentos que poderão condicionar a consecução das metas, como são os casos do elevado endividamento, não só público mas também privado, da deficiente evolução demográfica e de uma recuperação do investimento algo intermitente e aparentemente pouco robusta, os quais necessitarão de uma resposta célere e forte em termos de reformas estruturais da economia.

Quadro 2

Indicadores económicos em Portugal	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB	-1,5	0,9	1,6	1,2	1,4	1,5
Consumo privado	-2,0	2,2	2,6	2,1	1,3	1,4
Consumo público	-1,5	-0,5	0,8	1,0	0,0	0,4
Investimento	-8,4	2,2	4,5	-1,7	4,4	4,3
Exportações	5,9	2,6	6,1	3,7	4,8	4,6
Importações	2,7	6,3	8,2	3,5	4,8	4,9
Taxa de desemprego	17,4	13,1	12,4	11,0	10,1	9,4
Índice de Preços no Consumidor	0,5	-0,1	0,5	0,8	1,4	1,5
<i>Deficit</i> contas públicas	5,5	4,8	4,4	2,4	1,6	n.d.
Taxa de juro curto prazo	0,389	0,169	0,000	-0,300	n.d.	n.d.

Fonte: Banco Portugal. Dados de 2016, 2017 e 2018 são estimativas.

2. Evolução do Mercado

2.1. Produção

De acordo com os dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores, o volume total de prémios emitidos no ano 2016 decresceu cerca de 14%, uma nova queda a juntar à de 11% que se tinha verificado no ano anterior.

Em consequência, o índice de penetração do setor dos seguros, acentuou a sua degradação, com o prémio *per capita* a descer para 1.057 € e a percentagem de prémios sobre o PIB também a baixar para 6%, cifras que, em ambos os casos, alargaram a distância em relação às que se verificavam no início da década (gráfico 1).

Para este desempenho contribuíram de forma diferente os segmentos de Vida e de Não Vida (gráfico 2).

O segmento de Vida (gráfico 3) foi o grande responsável pela queda global, ao apresentar um decréscimo de 23%, o qual foi ainda mais forte do que o do ano anterior e radica na diminuição dos prémios associados a produtos de poupança, que se supõe estar essencialmente relacionada com três fatores:

- ▲ O entorno prolongado de baixas taxas de juro, bastante desincentivador da poupança, que tem batido mínimos sucessivos;
- ▲ As condicionantes do novo regime de solvência do setor segurador que limitam a oferta de produtos com garantias de capital e rentabilidade, tipicamente preferidos pelos clientes;
- ▲ O ajustamento na estratégia dos grupos bancários detentores das seguradoras com maior peso na produção do ramo Vida, através da concentração no seu *core business*.

Em sentido favorável evoluíram os prémios de seguros de risco puro, crescendo 1,9%, embora, naturalmente, tal não tenha sido suficiente para compensar a quebra

nos contratos de poupança dado o elevado peso destes na estrutura de vendas.

O segmento Não Vida (gráfico 4), por seu turno, parece ter entrado num novo ciclo ao apresentar um crescimento pelo segundo ano consecutivo, desta vez da ordem dos 5%, tanto mais relevante quanto representa o maior crescimento anual desde há mais de dez anos.

No contexto deste segmento destaca-se o ramo de Acidentes de Trabalho com um crescimento de 12,2%, completando um ciclo de três anos consecutivos em terreno positivo, o qual, embora potenciado por uma melhoria das condições económicas refletidas na subida da massa salarial segura, estará especialmente relacionado com a introdução de correções tarifárias por parte das seguradoras, no sentido de atenuar os resultados fortemente negativos que há largos anos se vinham a verificar e sobre os quais, inclusivamente, a Autoridade de Supervisão manifestou a sua preocupação.

Destaca-se também o ramo de Doença que reforçou a sua taxa de crescimento, a qual atingiu os 9,6% e confirmou o potencial de desenvolvimento que este ramo tem vindo a revelar ao longo dos anos.

Ainda merecedor de referência é o ramo Automóvel, com uma evolução favorável de 3,9% em relação ao ano anterior, associada ao aumento do número de veículos seguros, o que se afigura natural, tendo em conta as estatísticas conhecidas que revelam um crescimento nas vendas de veículos.

Finalmente, os ramos Multiriscos tiveram um crescimento mais moderado mas, ainda assim contribuíram positivamente para o reforço do segmento Não Vida.

Gráfico 1 | Penetração do setor dos seguros

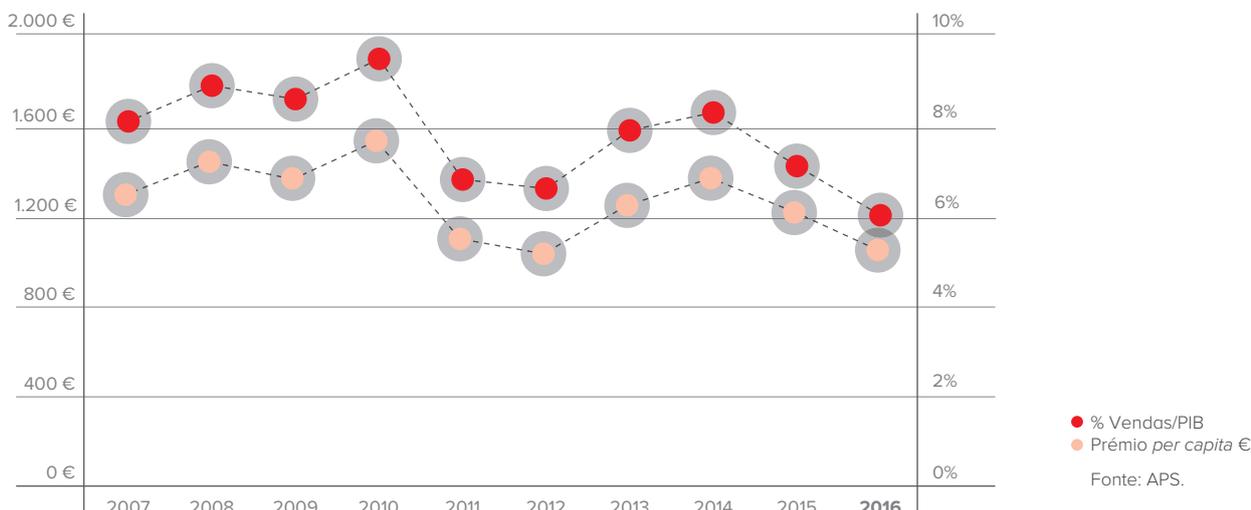


Gráfico 2 | Taxa de crescimento nominal de vendas

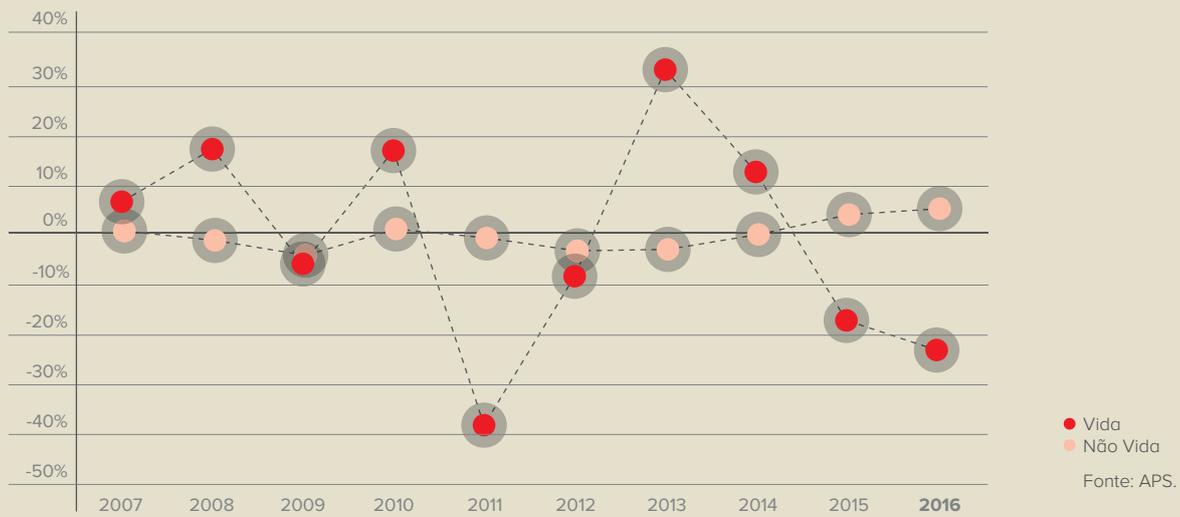
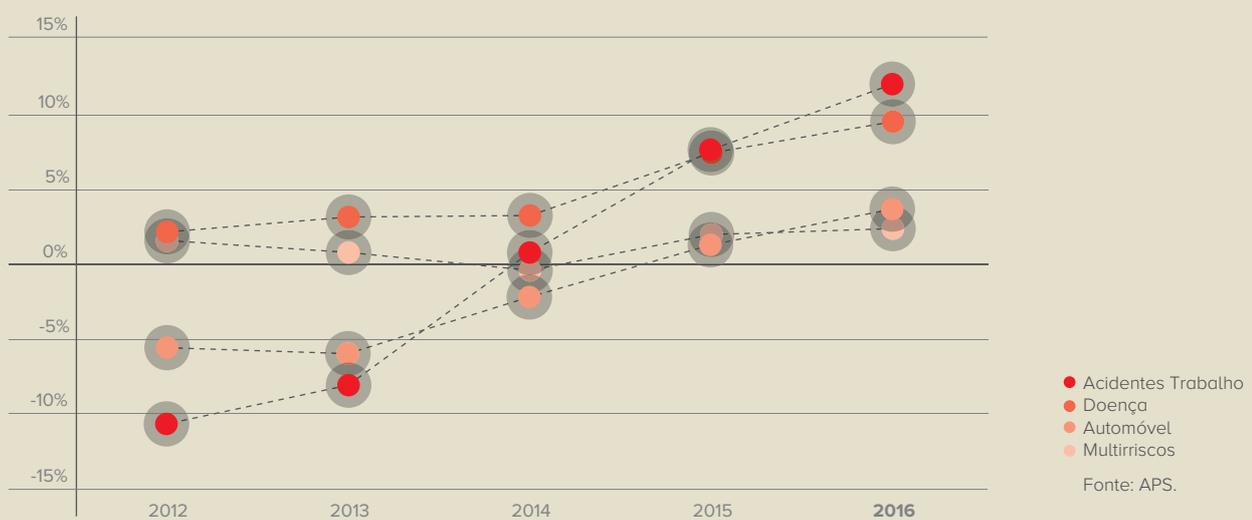


Gráfico 3 | Taxa de crescimento ramos Vida



Gráfico 4 | Taxa de crescimento ramos Não Vida



2.2. Sinistros

A sinistralidade global dos ramos Não Vida tem vindo a situar-se, ao longo do tempo e em particular nos últimos cinco anos, dentro de uma estreita banda em torno dos 65%, precisamente o nível que atingiu em 2016, embora, quando comparado com o ano anterior, tenha aumentado 1,2 pontos percentuais (gráfico 5).

No ramo Automóvel atingiu os 65,4%, estabilizando em relação ao ano anterior, no qual havia tido uma subida após o abaixamento nos anos de maior influência da crise económica que levou à redução na circulação.

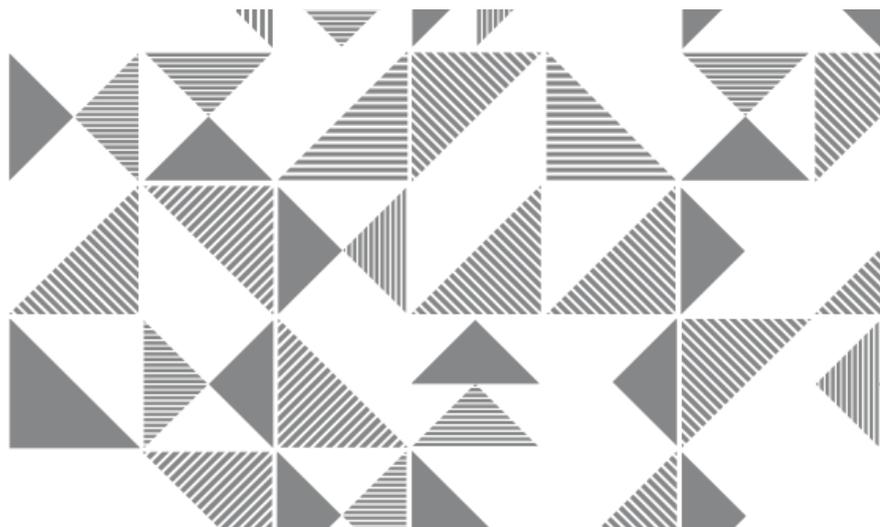
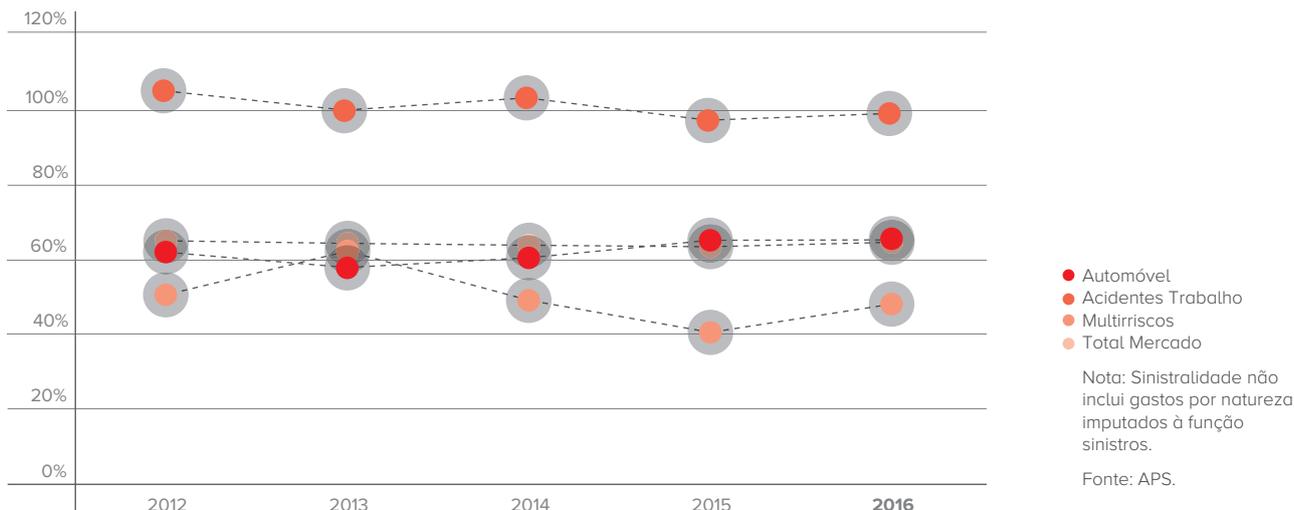
No que respeita aos ramos de Multiriscos, situou-se nos 48,4%, correspondendo a um crescimento de 7,8 pontos percentuais. Porém, como se deduz do nível do valor atingido, esta subida não parece constituir-se numa fonte de preocupação, sendo antes, em certa medida, um regresso à normalidade da sinistralidade do ramo, a

qual, devido à conjugação de diversos fatores favoráveis, terá sido anormalmente baixa no ano anterior.

Já o ramo de Acidentes de Trabalho continua a revelar uma evolução algo preocupante, mantendo-se à volta de 100% dos prémios emitidos, tendo mesmo crescido 1,8 pontos em relação ao ano passado, interrompendo assim o que parecia vir a ser um ciclo de recuperação. Esta evolução, que teria sido ainda mais gravosa não fora os ajustamentos tarifários implementados pela generalidade das seguradoras, vem demonstrar a insuficiência destes e a necessidade de uma correção mais forte sob pena de se declarar definitivamente a insustentabilidade do ramo.

Em Vida, a sinistralidade dos produtos de risco puro teve um comportamento bastante favorável, descendo mesmo 3,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, para os 26,9% dos prémios emitidos.

Gráfico 5 | Taxa de sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



2.3. Fluxo técnico do ramo Vida

Gráfico 6 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2016 (milhões €)



Face ao decréscimo do volume de vendas, seria expectável uma redução do fluxo técnico e, na realidade, pese embora o desincentivo aos resgates, derivado do entorno de baixas taxas de juro, o comportamento deste importante indicador do ramo Vida foi mesmo negativo, acumulando já uma perda nos últimos cinco anos muito próxima dos 7.000 milhões de euros (gráfico 6).

Esta evolução revela a diminuição do balanço das seguradoras e constitui uma potencial ameaça à sua rentabilidade, em especial daquelas em que o peso dos seguros de risco puro é residual e baseiam a sua carteira quase exclusivamente em produtos de capitalização.

2.4. Resultados e ativo

À data de elaboração deste relatório não eram ainda conhecidos os resultados do setor, porém, tendo em conta os dados da Associação Portuguesa de Seguradores ao fecho do primeiro semestre e não se vislumbrando nenhuma mudança radical no segundo semestre, projeta-se uma redução significativa para um mínimo de três anos.

Com efeito, ao fecho do semestre, os resultados do setor atingiram os 114 milhões de euros, o que representa uma redução de 58% e 75%, face a igual período dos anos de 2014 e 2015, respetivamente, sendo esta redução mais expressiva na conta técnica do segmento de Vida.

Além da redução dos resultados, os dados à mesma data evidenciavam um emagrecimento do setor, traduzido na

redução do ativo em cerca de 3.000 milhões de euros, decorrentes de igual redução nas provisões técnicas e dos passivos financeiros do ramo Vida.

2.5. Capitais próprios e solvência

Este foi o primeiro ano de vigência do novo regime de solvência e parece começar a notar-se a influência dos seus requisitos na gestão do setor.

Uma das consequências do novo contexto foi a redução do portefólio dos produtos de capital e rendimento garantidos, mais exigentes do ponto de vista do consumo de capital, conforme já tivemos oportunidade de comentar a propósito do volume de produção. Durante o ano, houve mesmo o anúncio público de uma seguradora da intenção de deixar de oferecer produtos de capitalização e recentrar a sua atividade nos tradicionais produtos de risco.

Do lado dos capitais próprios, ressalta a sua estabilização no fecho do primeiro semestre em torno dos 5.000 milhões de euros (dados da APS). Apesar de ser evidente uma redução da componente das reservas de reavaliação, houve, em contrapartida, um reforço dos instrumentos alternativos ao capital social, bem como um aumento das reservas livres, indiciando, neste último caso, que a distribuição de resultados do ano anterior terá sido efetuada de forma prudente em face das novas exigências.

Como corolário natural, os dados do supervisor no final do terceiro trimestre apontavam para um pequeno reforço do requisito do capital de solvência (SCR) para 137% e do requisito de capital mínimo para 389%.

3. Evolução da Empresa

3.1. Estrutura de capital

O capital social da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. é de € 21.000.000 constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

3.2. Modelo de governo

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. compreende os seguintes órgãos:

- ▲ Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário.
- ▲ Conselho de Administração – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente.
- ▲ Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.
- ▲ Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade; e
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.



3.3. Política de remuneração dos órgãos de administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Ética e Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contractos, que incluem salário fixo, incentivos

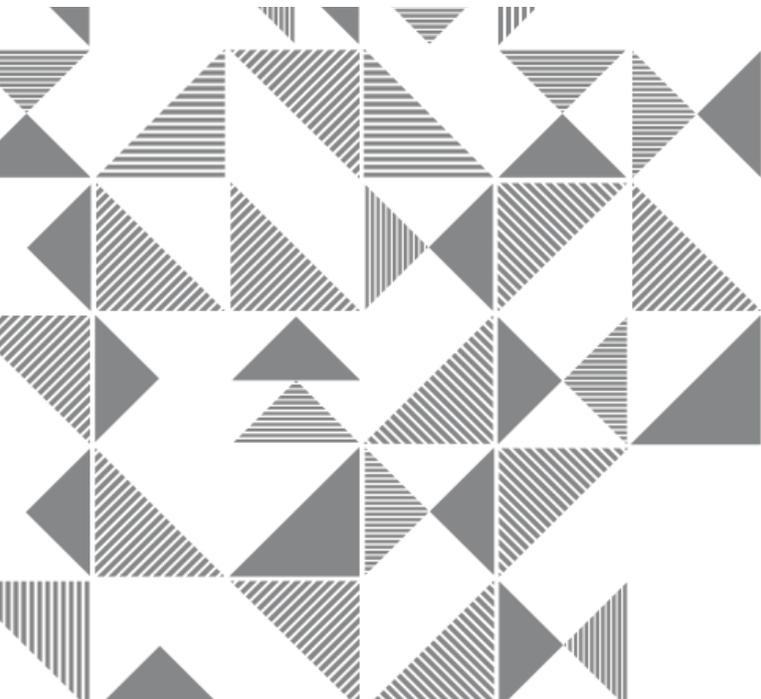
de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta Sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na Sociedade MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta Sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.4. Organização e aspetos qualitativos

Desde há alguns anos, a MAPFRE opera os segmentos Não Vida e Vida através de uma estrutura organizativa comum, com o objetivo de conseguir obter sinergias, consubstanciadas no atendimento integral aos clientes e na otimização da estrutura de custos. No ano 2016, manteve-se a estrutura adotada desde meados do ano anterior, ilustrada no organigrama seguinte:





A coberto deste esquema organizacional, as diversas áreas desenvolveram uma vasta atividade orientada por um princípio de “Crescimento

com Rentabilidade”, assente essencialmente em três pilares: crescimento multicanal, reequilíbrio técnico e eficiência operativa.

▼ Palácio de Mateus – Vila Real



A Área Comercial continuou a apostar no desenvolvimento da rede de distribuição numa perspetiva multicanal, com o necessário suporte das atividades de *marketing*. Para tal, construiu e implementou as propostas de valor mais apropriadas a cada canal que permitiram incrementar o número de mediadores produtivos e os acordos especiais de distribuição. Por outro lado, de forma a potenciar a produtividade dos colaboradores da Área de Vendas, bem como o seu alinhamento com os objetivos estratégicos, foi implementado um sistema de *ranking* de atividade e, em paralelo, foi dinamizado o modelo da Curva ABC para definir objetivos e gerir a evolução do número de mediadores segundo a sua dimensão.

Em termos de Marketing, a atividade centrou-se, por um lado, na coordenação da comunicação para o exterior e, por outro, na otimização de ferramentas *online* de serviço à rede de distribuição, assim como na criação dos suportes de divulgação dos novos produtos e das campanhas de vendas implementadas ao longo do ano.

No que se refere à Área Técnica, a sua atuação procurou, como habitualmente, manter um portefólio de produtos ajustado às necessidades dos clientes, mas sem descuidar o necessário equilíbrio com os requisitos decorrentes do novo regime de Solvência. Assim, desenvolveram-se produtos de poupança com condições menos exigentes em termos de consumo de capital. Por outro lado, com objetivo de equilibrar a estrutura da carteira, tornando-a menos dependente dos produtos de poupança, realizaram-se reformulações profundas em alguns produtos de risco no sentido de os tornar mais competitivos.

O *Contact Center* e os serviços de *Backoffice* continuaram a desempenhar um papel crucial na primeira linha do atendimento aos diversos *stakeholders*, sejam eles clientes, terceiros ou mediadores. Além da certificação do *Contact Center* pela Associação Portuguesa de Contact Centers, a excelência do serviço prestado foi confirmada pelo índice NPS (*Net Promoter Score*), o qual evoluiu de um grau de 62,9 no ano 2015 para 68,3 no ano 2016. Referência ainda para a presença, pelo segundo ano consecutivo, do *Contact Center* no *top-3* da inovadora ação de *Gamification* levada a cabo a nível interno corporativo, com o objetivo de reconhecer as melhores práticas, aumentar a produtividade e provocar mudança nesta área de atividade.

No que respeita a Tecnologias e Processos, para a globalidade da MAPFRE Portugal (Vida e Não Vida) foram identificados 23 projetos, dos quais se concluíram 13 (cerca de 56%), encontrando-se 7 ainda em

desenvolvimento (aproximadamente 30%). Para além do envolvimento na implementação destes projetos, estratégicos e táticos, foram desenvolvidas ações de melhoria das infraestruturas tecnológicas e iniciativas de aplicação de metodologias para a melhoria contínua de processos de negócio. De forma recorrente, assegurou a manutenção evolutiva das aplicações de negócio, em função das demandas das diversas áreas, garantindo assim a sua imprescindível atualização.

A Área Financeira levou a cabo uma reorganização da sua estrutura, mediante a fusão entre a Tesouraria e o Apoio à Organização Territorial, subáreas que tinham um âmbito comum em diversos aspetos, pelo que, assim, se potenciou a eficiência e a capacidade de resposta. Por outro lado, estabeleceu um plano de ação para a Área Atuarial, estruturando devidamente a sua base de atividades de forma a dar resposta cabal às necessidades decorrentes das novas tendências da gestão de riscos que dependem em grande medida das técnicas atuariais.

Sendo o ano 2016 o primeiro de vigência plena do novo regime de Solvência, a Área de Gestão de Risco e Controlo Interno assumiu um papel bastante ativo, nomeadamente: resposta à norma regulamentar n.º 6/2015-R, elaboração e envio ao Supervisor dos reportes quantitativos e qualitativos relativos ao *day one* e trimestrais, monitorização do risco operacional, monitorização dos indicadores de apetite ao risco em consonância com a respetiva política, revisão do processo ORSA, desenvolvimento de programas de formação específicos (Branqueamento de Capitais e de Controlo Interno) e a participação na adoção e aprovação das políticas de atuação aos mais diversos âmbitos.

A Área Jurídica, para além do apoio especializado a todas as restantes áreas da Companhia, assegurou a função de gestão de reclamações, bem como a função de *compliance*, verificando as condições do adequado exercício da governação, garantindo ainda o cumprimento das exigências de segurança e de meio ambiente.

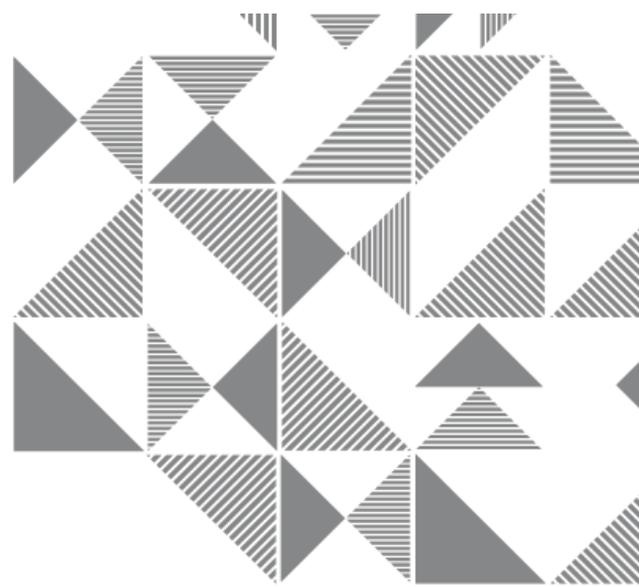
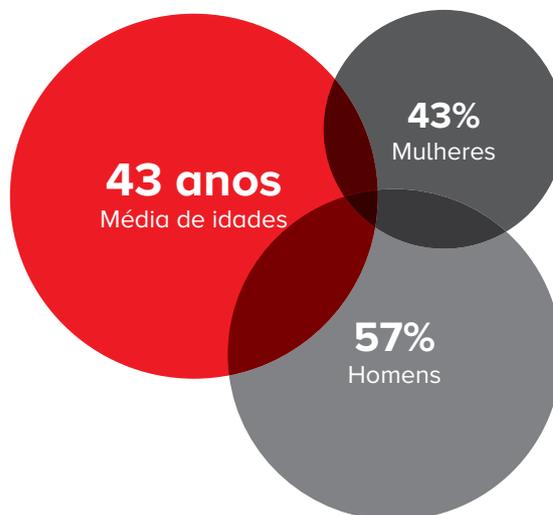
Como vem sendo habitual, a Unidade de Auditoria Interna levou a cabo um plano de atividades de forma absolutamente independente. Durante o ano, realizou 16 auditorias, das quais resultaram 13 recomendações de implementação classificadas com grau alto e 63 com grau médio. Cabe aqui destacar que o grau de implementação das recomendações que têm vindo a ser efetuadas ao longo dos anos se situou no final de 2016 em 82%, percentagem que parece indicar não só a utilidade dessas recomendações como também a elevada implicação das diversas áreas na melhoria dos seus procedimentos.

Naturalmente, todas as ações descritas não teriam sido possíveis sem a elevada implicação do corpo de recursos humanos. Este era constituído por 60 pessoas, menos uma que no ano anterior, uma redução tornada possível graças às melhorias na eficiência operativa. Como seria de esperar, a média de idades aumentou para 43 anos (42 no ano anterior), assim como a antiguidade média que passou para 14,3 (era 13 anos em 2015), continuando a revelar um bom equilíbrio entre juventude e experiência. Do ponto de vista da formação, é de 43% o peso dos colaboradores com formação superior e em termos de desenvolvimento do talento foram proporcionadas 1.448 horas de formação técnica e comportamental, correspondentes a uma média de 24,1 horas por trabalhador. Quanto ao género, manteve-se praticamente igual o peso relativo, com uma proporção de 57% de homens e 43% de mulheres, sendo de 43% a representatividade do género feminino no Comité de Direção que é comum à atividade Não Vida.

Ao longo do ano, foi ainda desenvolvido um conjunto de atividades de cariz social em parceria com a Fundação MAPFRE, entre as quais:

- ▲ A “Caravana de Educação Rodoviária” que já se tornou um clássico na sensibilização das crianças em idade escolar para a segurança rodoviária;
- ▲ A campanha “Vai uma Voltinha”, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, de sensibilização para a segurança rodoviária e utilização de transportes alternativos ao automóvel e a ação “Objetivo Zero” de distribuição de folhetos e pulseiras de sensibilização para o flagelo das mortes na estrada;
- ▲ A campanha “Bebés, Crianças e Jovens em Segurança” para promover a correta utilização das cadeiras de retenção para transporte das crianças;
- ▲ O seminário International “PRAISE” sobre os riscos profissionais na condução (em parceria com a Prevenção Rodoviária Portuguesa);
- ▲ O projeto “Lisboa (C)idade Maior”, constituído por sessões de prevenção, sensibilização e priorização sobre segurança para a comunidade sénior (em parceria com a Câmara de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa);
- ▲ A campanha de recolha e entrega de bens para cerca de 72 crianças e jovens dos lares residenciais da Associação Novo Futuro (em parceria com o Grupo Desportivo e Cultural MAPFRE).

Quadro de Colaboradores 60 Pessoas



3.5. Informação quantitativa

3.5.1. Vendas

O volume de vendas ascendeu a 45,22 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo em relação ao ano anterior da ordem dos 29,4% (gráfico 7).

Este decréscimo, ainda que um pouco mais forte, segue a tendência do mercado e tem origem na retração das vendas dos produtos de poupança, em especial os PPR, devido às limitações à oferta de produtos com capital e rendimento garantidos, impostas pelo entorno prolongado de baixas taxas de juro e pelos novos requisitos de solvência, bem como, ao abrandamento da própria procura por parte dos clientes que parece terem voltado a apostar no consumo de bens, destinando uma fatia menor dos seus rendimentos à poupança.

Com efeito, do portefólio de produtos comercializados, o segmento de PPR foi o único a registar uma variação negativa em relação ao ano anterior, no caso de 72,6%, tendo os restantes segmentos apresentado crescimentos bastante interessantes.

Destacamos o incremento de 11% nos produtos de risco puro por ser já o terceiro ano consecutivo de crescimento superior a dois dígitos e pelo seu importante contributo para a rentabilidade.

As vendas de produtos de investimento (capitalização) tiveram o crescimento mais forte, na ordem dos 25%, as dos Mistos e *Universal Life* subiram 11,2%, enquanto as de Rendas tiveram uma variação mais moderada de 2,7%, enquadrada numa assumida política de prudência no desenvolvimento deste segmento face às suas características de longo prazo e ao consumo de capital implícito (gráfico 8).

Gráfico 7 | Taxa de crescimento vendas Vida

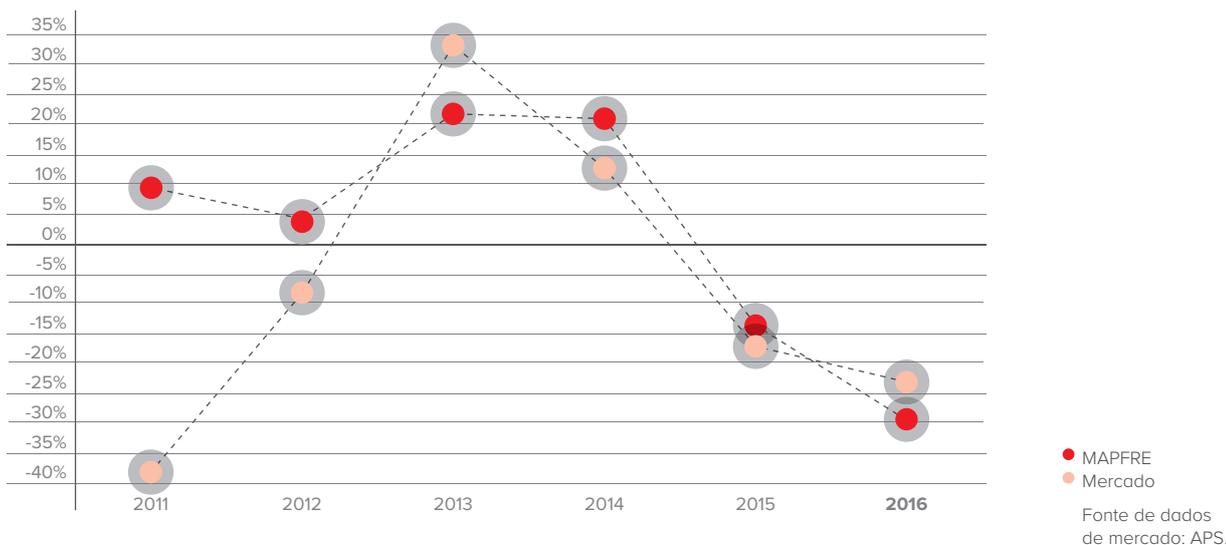
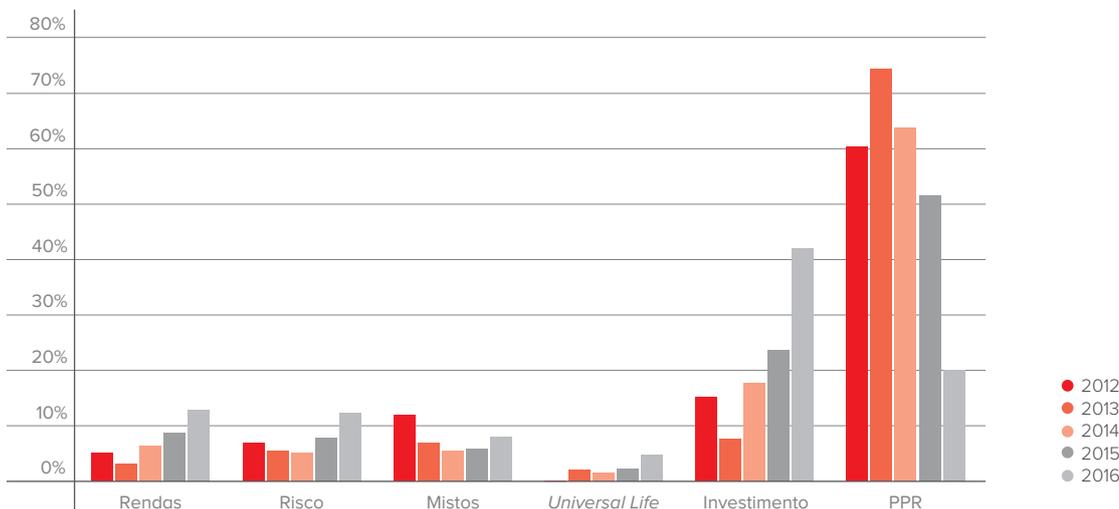


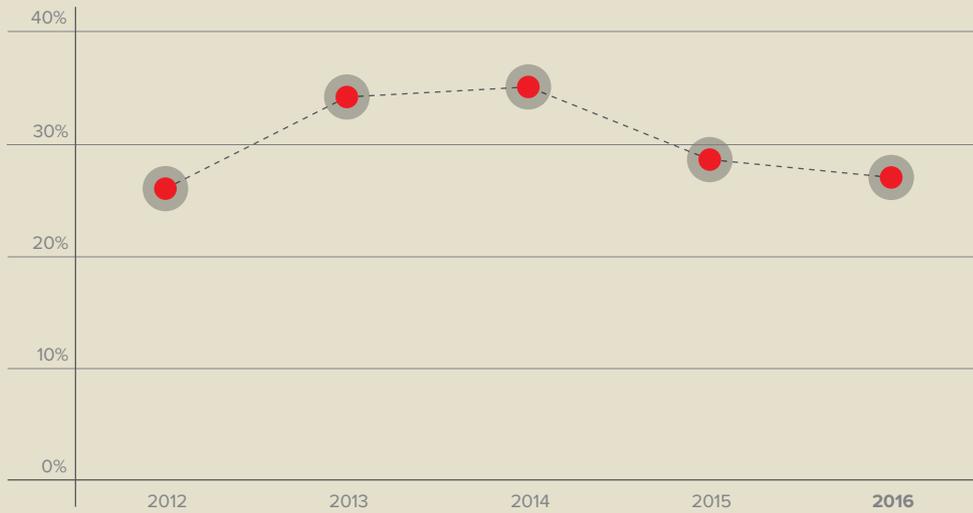
Gráfico 8 | Estrutura de vendas Vida



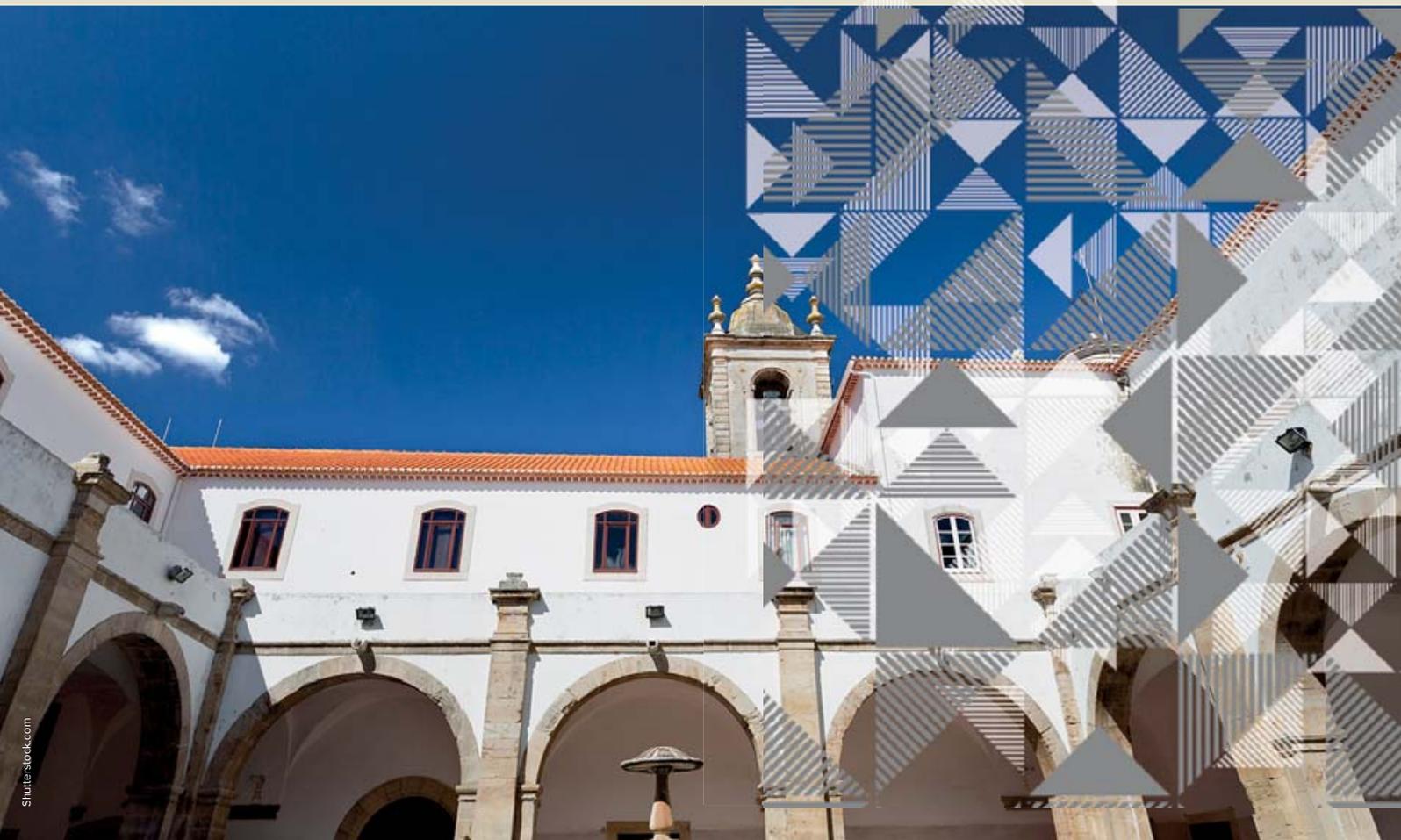
3.5.2. Sinistralidade de risco

A taxa de sinistralidade dos produtos de risco puro evoluiu favoravelmente pelo segundo ano consecutivo, não só devido à redução do próprio volume, mas também beneficiando do crescimento das vendas.

Gráfico 9 | Taxa sinistralidade líquida resseguro – Produtos Risco

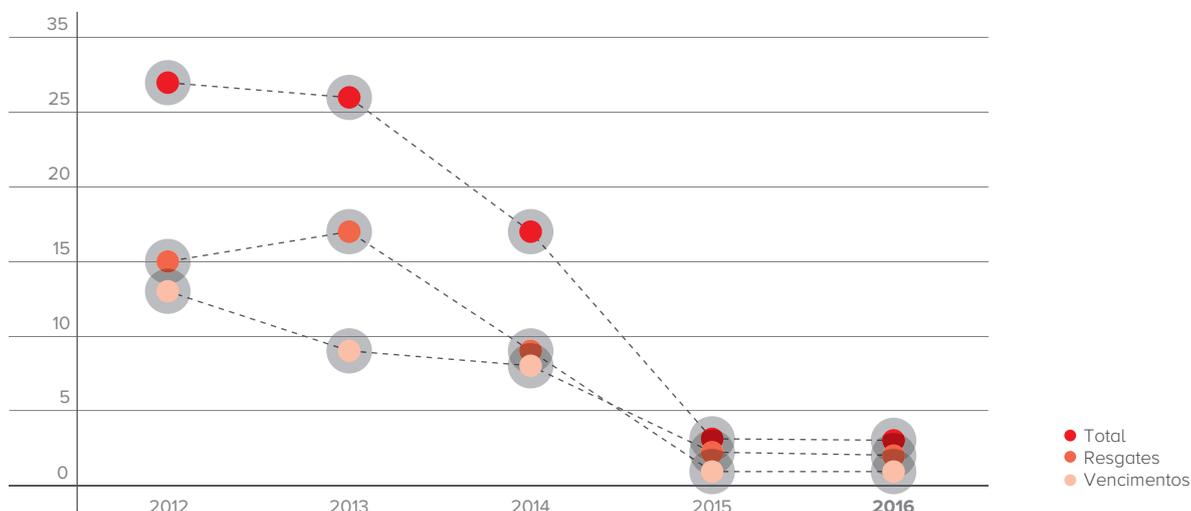


▼ Convento de Nossa Senhora da Graça – Torres Vedras



3.5.3. Resgates e vencimentos

Gráfico 10 | Evolução dos resgates e vencimentos (% sobre provisões matemáticas médias)



Quanto aos resgates e vencimentos, mantiveram, em ambos os casos, uma percentagem sobre provisões semelhante ao ano anterior.

No caso concreto dos resgates, importa destacar o facto de apresentarem uma redução contínua ao longo dos anos, até um mínimo de 0,9% em 2016, à qual não será alheio o entorno de baixas taxas de juro, já várias vezes aludido, que se constitui num desincentivo à saída, uma vez que os tomadores não encontram atualmente alternativas mais atrativas às aplicações que realizaram numa conjuntura de taxas de juro mais elevadas.

3.5.4. Fluxo técnico

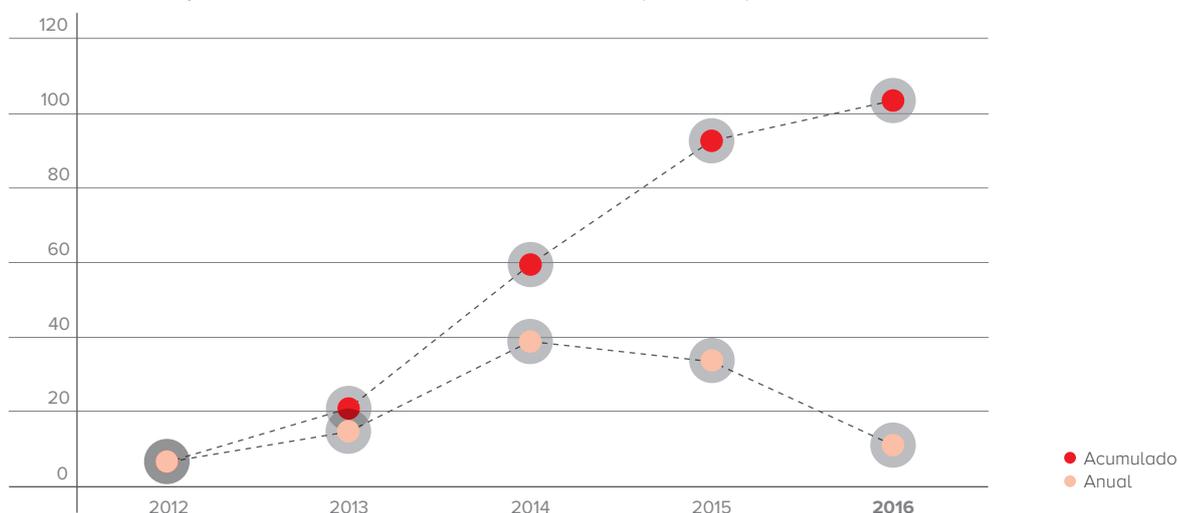
O fluxo técnico ascendeu a quase 11 milhões de euros, sendo positivo pelo quinto ano consecutivo, embora

inferior aos dois anos precedentes devido à redução do volume de vendas verificada em 2016.

Conforme é possível observar no gráfico 11, num período temporal de cinco anos, este indicador acumula um volume superior a 100 milhões de euros, demonstrando de forma evidente o incremento conseguido no balanço da Companhia, o qual se afigura muito importante para a geração de rendimentos num horizonte de médio prazo.

No que concerne à realização de mais-valias, após dois anos de aproveitamento mais intenso da valorização dos ativos, o seu montante foi bastante menor no ano 2016 – cerca de 1,5 milhões de euros face a 8,5 milhões de euros no ano anterior – sendo, por isso, natural uma descida para 3,8% (8,7% no ano anterior) da taxa de rentabilidade total quando incluídas tais realizações.

Gráfico 11 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2016 (milhões €)



3.5.5. Investimentos e rendimentos financeiros

A estrutura da carteira de investimentos não sofreu alterações significativas, continuando a apresentar características marcadamente prudentes, onde os títulos de rendimento fixo continuam a representar praticamente 95% do portefólio de investimentos (gráfico 12).

A rentabilidade dos títulos de rendimento fixo que vinha a decrescer nos anos anteriores por via do entorno prolongado de taxas de juro, estabilizou este ano de 2016, situando-se em torno dos 3,6%, praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Já os títulos de rendimento variável (ações e fundos de investimento) viram a sua rentabilidade aumentar em consequência de uma maior dinâmica ocorrida nos

mercados bolsistas, invertendo, assim, a tendência que nos anos mais recentes também era decrescente.

Tendo em conta que a carteira é maioritariamente constituída por títulos de rendimento fixo, a rentabilidade total tende a acompanhar a destes, facto que, efetivamente se verificou este ano, ao estabilizar em torno dos 3,6%.

Uma vez que, em decorrência da normal gestão da carteira de ativos se procedeu à venda de alguns títulos, através da qual se realizaram mais-valias, a rentabilidade total incluindo tais realizações ascendeu a 3,9%, uma cifra não muito diferente da do ano 2015 mas menor que a de anos anteriores a este, nos quais houve um aproveitamento mais intenso das valorizações de mercado dos investimentos (gráfico 13).

Gráfico 12 | Estrutura da carteira de investimentos

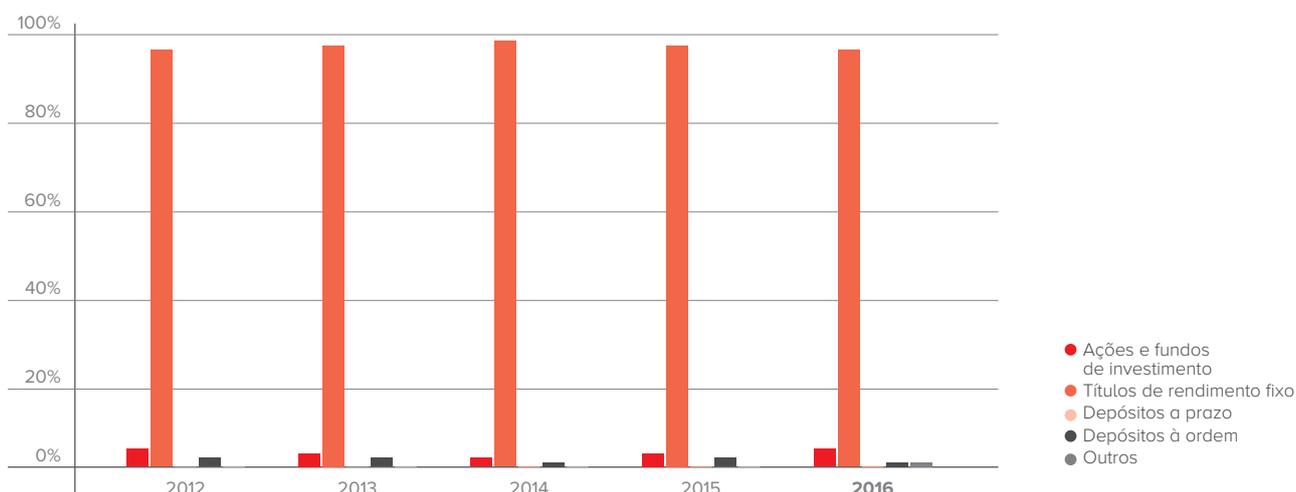
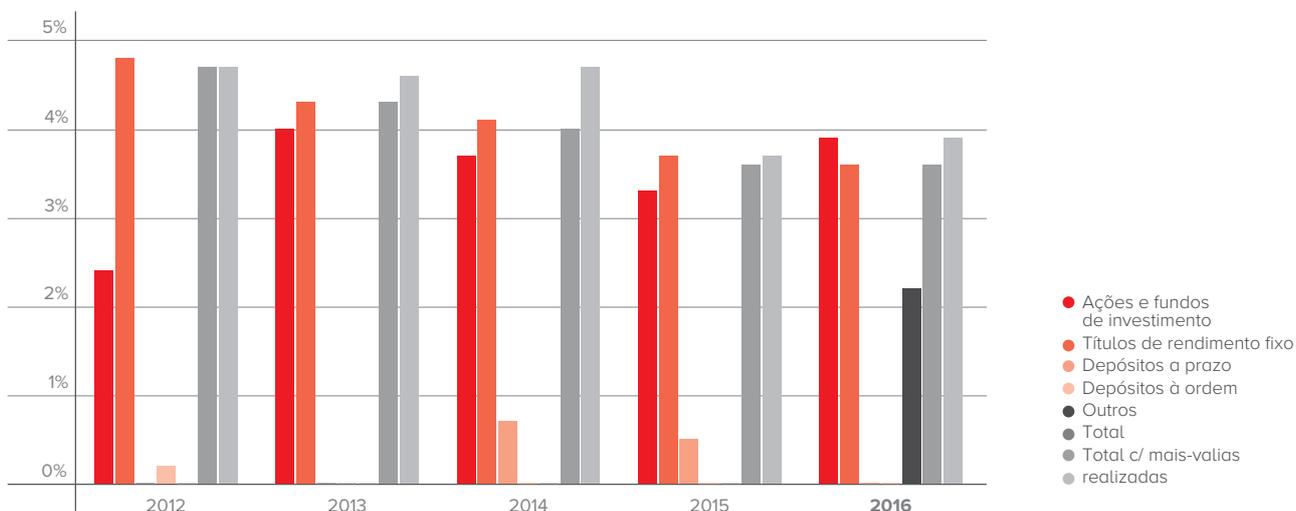


Gráfico 13 | Rentabilidade carteira investimentos



3.5.6. Balanço e resultados

O ativo ascendeu a um pouco mais de 335 milhões de euros, aumentando cerca de 4,6 milhões em relação ao ano anterior.

O passivo apresentou um aumento de cerca de 7,2 milhões de euros, na sua maior parte derivado do incremento das provisões técnicas. Os capitais próprios diminuíram aproximadamente 2,6 milhões de euros, essencialmente devido à redução no valor de alguns investimentos com contrapartida em reservas de reavaliação.

Quanto ao resultado líquido do exercício, ascendeu a 1,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 160% quando comparado com o ano anterior.

Esta evolução decorre de vários fatores, entre eles, uma pequena melhoria na sinistralidade, dos gastos

de gestão interna e, em maior medida, da realização de mais-valias.

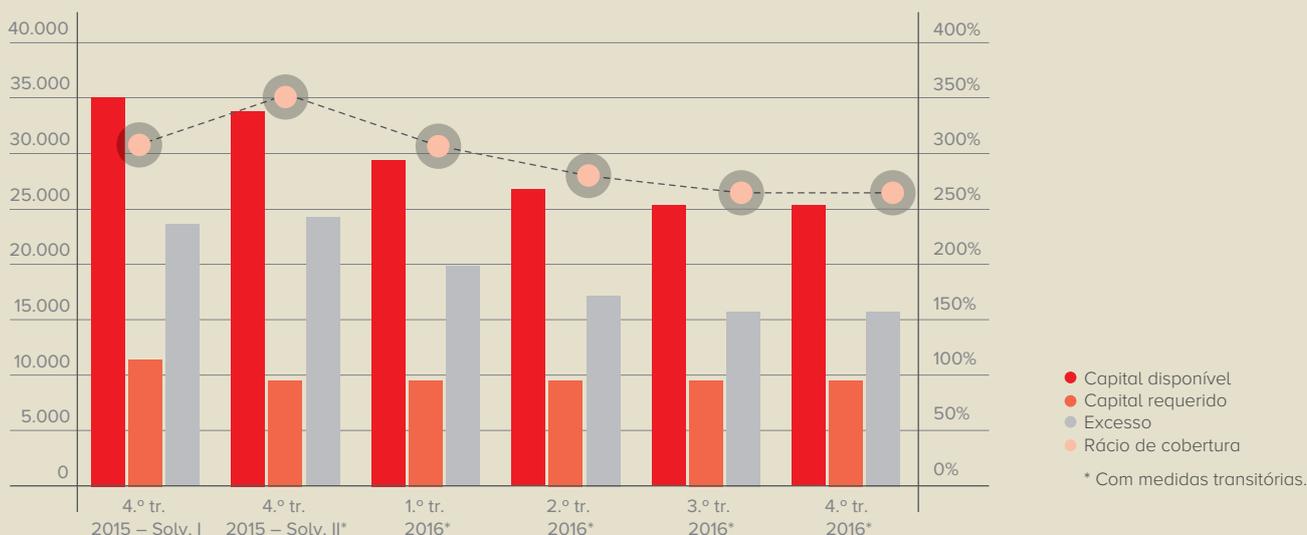
3.5.7. Solvência

A maior exigência em termos de requisitos de solvência, derivada do novo regime, foi perfeitamente acomodada em função no nível de capitalização e do equilíbrio dos riscos assumidos.

A observação da evolução trimestral no ano 2016 evidencia que o rácio de cobertura parece ter estabilizado em torno dos 265%, um valor amplamente confortável e que permite encarar com tranquilidade os desafios futuros.

Por outro lado, estabeleceu-se um novo paradigma na construção de produtos, já anteriormente comentado, que tenderá a aliviar o consumo de capital e, portanto, ajudará a sustentar o rácio de cobertura (gráfico 14).

Gráfico 14 | Rácio de solvência



3.5.8. Gestão de riscos

Com enquadramento no novo regime de Solvência, a MAPFRE adotou um conjunto de indicadores de alto nível, com os quais construiu um painel de riscos (quadro 3), para monitorização regular da sua evolução.

Conforme se pode verificar, a generalidade dos indicadores reflete uma situação confortável em termos de exposição aos riscos correspondentes, identificando-se apenas duas exceções:

- ▲ Uma, referente ao “RaRoC”, conhecida e aceite pela matriz do Grupo, uma vez que é explicada pela conjugação de três fatores: bom nível de capitais próprios, custo de capital elevado por via do risco associado ao país e uma rentabilidade de exploração algo inferior à desejada.
- ▲ Outra, referente ao risco de contraparte de entidades financeiras, igualmente conhecida e aceite, que corresponde a títulos associados à cobertura de um produto de poupança e sobre os quais já foi tomada a decisão de não aumentar a exposição.

Quadro 3

Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	Zona Verde	Zona Amarela	Zona Encarnada	MSV	
						Período de avaliação anterior (09-2016)	Período de avaliação atual (12-2016)
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130%	[130%-110%]	< 110%	265%	221%
	Rácio MFF	Trimestral	Nível igual pelo menos a 100% para o <i>rating</i> alvo pré-definido (mínimo “BBB”)	Nível entre 95% e 100% para o <i>rating</i> alvo pré-definido (mínimo “BBB”)	Nível inferior a 95% para o <i>rating</i> alvo pré-definido (mínimo “BBB”)	157%	155%
Rentabilidade ajustada ao risco	RaRoC	Trimestral	Deve-se garantir que o rendimento sobre o capital excede o custo de capital. RaRoC > 0			-5,70%	-8,78%
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a “BBB” (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15%	[15%-20%]	> 20%	1 Zona Amarela 1 Zona Encarnada	2 Zona Encarnada
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a “BBB” (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5%	[5%-10%]	> 10%	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral			> 25%	0	2 Zona Encarnada
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a “BBB”	Trimestral			> 50%	0,00%	0
Outros riscos financeiros	Alavancagem financeira	Trimestral	≤ 25%	[25%-35%]	> 35%	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	Maior ou igual a 10 vezes	Entre 6 e 10 vezes	Menos de 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125%	[125%-105%]	< 105%	9813%	7921%

4. Plano para o Futuro

Nos últimos dias do ano 2016, António Belo – Presidente do Conselho de Administração desde a constituição da Sociedade – apresentou a renúncia ao cargo que exercia. Em sua substituição foi nomeado Luis Anula Rodriguez, quadro do Grupo MAPFRE, profundo conhecedor do mercado português, por via da sua ligação à Agência Geral da MAPFRE Vida em Portugal, da qual foi o seu Diretor Geral entre 2003 e 2008, após o que transitou para a Direção de Desenvolvimento do Negócio de Rede de Agência e Diretor Comercial de Particulares da MAPFRE Espanha, ocupando ultimamente o cargo de Diretor da Banca de Seguros da Área Regional Ibérica e das Participadas Seguradoras.

Este acontecimento inseriu-se num processo normal de relevo de quadros, típico de empresas multinacionais, não alterando em nada o posicionamento da Companhia.

Assim, o plano estratégico a médio prazo aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado e na melhoria das margens de comercialização, nomeadamente através de um incremento dos produtos de risco puro na carteira.

Para dar resposta ao desafio do crescimento, está prevista uma aposta forte na implementação de um modelo de relação com o cliente, através do qual se pretende conduzir todos os processos, estrutura e organização para gerar maior valor para o cliente, aumentando a sua satisfação e a sua fidelização.

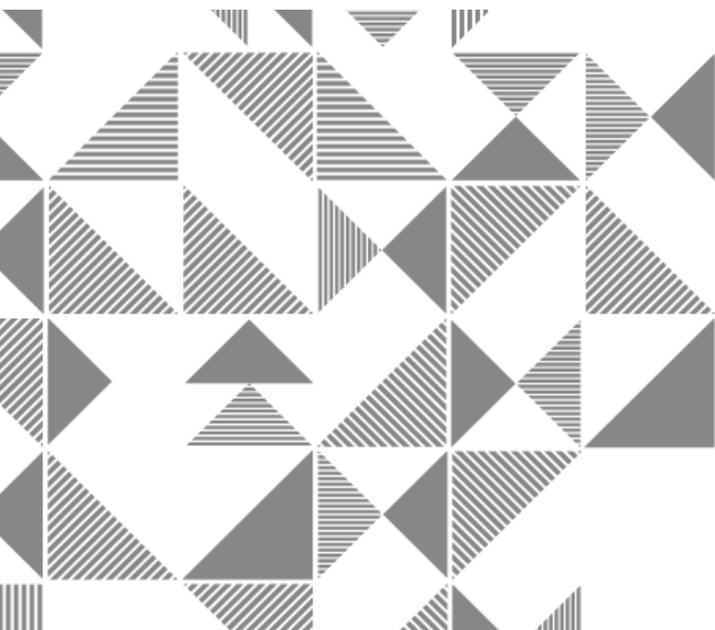
Em poucas palavras, pode-se dizer que se pretende implementar uma gestão orientada ao cliente, assumindo aqui um papel crucial a interligação entre as políticas de cliente e os planos comerciais e de canais.

Ainda na vertente do crescimento, continuarão a ser efetuados investimentos na rede de distribuição, quer por via da captação, com o intuito de aumentar a sua dimensão, quer no desenvolvimento da rede existente, com o objetivo de melhorar a sua eficiência e eficácia de modo a conseguir uma produtividade superior. Em coerência com o objetivo de orientação ao cliente, serão potenciadas as sinergias entre canais permitindo, em especial, o aproveitamento por todos eles das oportunidades geradas pelo canal digital.

A rentabilidade técnica merecerá uma atenção proporcional à sua elevada importância. O esforço centrar-se-á no incremento das soluções de produtos de risco puro, tradicionalmente mais rentáveis, no sentido de aumentar a sua representatividade na carteira. Isto não significa que sejam abandonados os produtos de poupança, uma vez que se pretende manter uma oferta completa, porém, estes obedecerão a uma gestão rigorosa das margens obtidas.

Para suportar a qualidade das decisões de gestão e aumentar a eficiência por via da racionalização de recursos dedicados à produção de informação, está previsto o desenvolvimento de um modelo de governo de informação e a criação de uma área específica que dará resposta às necessidades dos diversos departamentos nesse âmbito.

O processo de planificação estratégica, em si mesmo, não será descurado, na medida em que se assume como o garante do alinhamento da Empresa como um todo para a consecução dos macros objetivos. Após alguns anos de investimento na cultura de planificação, pretende-se agora consolidá-la e dirigir esforços acrescidos para uma nova fase em que o foco se centrará em incutir na Organização a cultura de seguimento da implementação da estratégia pois só assim esta poderá ser efetiva.



5. Agradecimentos

O decurso do ano revelou-se desafiante e exigente, tendo sido necessário um esforço importante da parte de todos os que, de forma direta ou indireta, deram o seu contributo para o desenvolvimento da atividade, pelo que nos cumpre endereçar-lhes o nosso reconhecimento.

De forma particular, gostaríamos de deixar um agradecimento:

- ▲ Aos Clientes que nos bridaram com a sua confiança ao longo de mais um ano;
- ▲ Aos Empregados que se empenharam na prestação de um serviço de qualidade aos clientes;
- ▲ Aos Mediadores que nos representaram de forma profissional ao longo de todo o país;
- ▲ Aos Fornecedores que contribuíram com os bens e serviços necessários;
- ▲ Aos Órgãos de Fiscalização – Auditores Externos e Conselho Fiscal – que exerceram a sua função com a máxima independência e rigor;
- ▲ À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões pela sua colaboração construtiva;
- ▲ À Associação Portuguesa de Seguradores que sempre acolheu as nossas sugestões.

6. Aplicação de Resultados

Propomos ao acionista único que o resultado líquido do exercício, no montante total de 1.105.728,38 euros, seja aplicado do reforço dos capitais próprios da seguinte forma:

- ▲ 110.572,84 euros para Reserva Legal;
- ▲ 995.155,54 euros por incorporação em Reservas Livres.

Lisboa, 15 de março de 2017

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernandez Palácios
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

▼ Igreja da Misericórdia – Viseu





1998 | A um passo do fim do milénio

Um ano em cheio.

Inaugurámos a Expo'98, dedicada aos Oceanos e integrada nas comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. Foi um marco na economia do nosso país. José Saramago ganhava o Prémio Nobel da Literatura.

Iniciámos a atividade da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. como resultado da cedência de carteira da Agência Geral da MAPFRE SEGUROS GENERALES.

3.

Contas Anuais 2016

Euros

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2016			Exercício anterior (2015)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.998.004,05		3.998.004,05	2.388.695,18
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	13.502.444,22		13.502.444,22	2.259.689,56
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos disponíveis para venda	310.996.783,05		310.996.783,05	319.029.727,94
6	Empréstimos e contas a receber	327.032,35	0,00	327.032,35	294.449,07
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	327.032,35		327.032,35	0,00
	Contas a receber			0,00	294.449,07
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
7	Outros ativos tangíveis	97.814,37	42.332,16	55.482,21	54.196,67
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
8	Outros ativos intangíveis	716.866,56	496.248,33	220.618,23	160.789,46
9	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.249.670,42	0,00	1.249.670,42	1.423.412,40
	Provisão para prémios não adquiridos	143.767,62		143.767,62	141.746,82
	Provisão matemática do ramo Vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	1.105.902,80		1.105.902,80	1.281.665,58
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
27	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	22.529,06		22.529,06	18.689,06
10	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.296.894,12	20.757,30	3.276.136,82	2.373.588,60
	Contas a receber por operações de seguro direto	2.921.418,27	20.757,30	2.900.660,97	2.044.787,06
	Contas a receber por outras operações de resseguro	76.313,96		76.313,96	0,00
	Contas a receber por outras operações	299.161,89		299.161,89	328.801,54
11	Ativos por impostos	1.765.820,76	0,00	1.765.820,76	2.689.896,80
	Ativos por impostos correntes	1.765.820,76		1.765.820,76	2.689.896,80
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos			0,00	0,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
Total Ativo		335.973.858,96	559.337,79	335.414.521,17	330.693.134,74

Euros

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2016	Exercício anterior (2015)
	Passivo e Capital Próprio		
	Passivo		
13	Provisões técnicas	282.712.447,60	273.256.890,66
	Provisão para prémios não adquiridos	750.413,25	745.945,78
	Provisão matemática do ramo Vida	263.373.069,95	251.126.247,28
	Provisão para sinistros	6.888.247,60	8.422.064,02
	De Vida	6.888.247,60	8.422.064,02
	De Acidentes de Trabalho		
	De outros ramos		
	Provisão para participação nos resultados	11.141.045,54	12.323.183,47
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas	559.671,26	639.450,11
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	14.872.688,01	16.227.989,76
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17.792,91	12.381,27
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.780.158,37	1.352.232,84
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.330.947,63	1.042.698,23
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	71.542,96	112.275,75
	Contas a pagar por outras operações	377.667,78	197.258,86
11	Passivos por impostos	2.408.738,98	3.561.236,10
	Passivos por impostos correntes	352.252,36	379.320,73
	Passivos por impostos diferidos	2.056.486,62	3.181.915,37
16	Acréscimos e diferimentos	922.331,05	996.323,74
	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total Passivo	302.714.156,92	295.407.054,37
	Capital Próprio		
17	Capital (Ações próprias)	21.000.000,00	21.000.000,00
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	14.708.059,26	19.510.545,94
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	14.708.059,26	19.510.545,94
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
18	Reserva por impostos diferidos	-2.056.486,62	-3.181.915,37
18	Outras reservas	-2.056.936,77	-2.468.000,73
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	1.105.728,38	425.450,53
	Total Capital Próprio	32.700.364,25	35.286.080,37
	Total Passivo e Capital Próprio	335.414.521,17	330.693.134,74

Euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2016				Exercício anterior (2015)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	42.898.540,93	0,00		42.898.540,93	61.186.880,93
	Prémios brutos emitidos	43.640.219,25			43.640.219,25	62.078.999,38
	Prémios de resseguro cedido	735.488,48			735.488,48	860.861,21
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	7.646,20			7.646,20	37.440,34
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.456,36			1.456,36	6.183,10
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
20	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	33.904.442,51	0,00		33.904.442,51	31.572.443,64
	Montantes pagos	35.262.496,15	0,00		35.262.496,15	29.610.421,82
	Montantes brutos	35.714.998,07			35.714.998,07	30.114.307,64
	Parte dos resseguradores	452.501,92			452.501,92	503.885,82
	Provisão para sinistros (variação)	-1.358.053,64	0,00		-1.358.053,64	1.962.021,82
	Montante bruto	-1.533.816,42			-1.533.816,42	2.161.058,25
	Parte dos resseguradores	-175.762,78			-175.762,78	199.036,43
23	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-79.778,85			-79.778,85	-587.357,59
21	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro	11.778.160,82			11.778.160,82	33.331.400,53
	Montante bruto	11.778.160,82			11.778.160,82	33.331.400,53
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
22	Participação nos resultados, líquida de resseguro	480.211,61			480.211,61	528.461,55
24; 26	Custos e gastos de exploração líquidos	6.104.603,62	0,00		6.104.603,62	5.940.850,98
25	Custos de aquisição	5.160.128,45			5.160.128,45	5.056.368,38
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-3.178,73			-3.178,73	-19.014,45
	Custos administrativos	980.180,95			980.180,95	938.443,87
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	32.527,05			32.527,05	34.946,82
28	Rendimentos	11.984.991,30	0,00	0,00	11.984.991,30	11.709.604,46
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	11.894.958,70			11.894.958,70	11.705.425,65
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	90.032,60			90.032,60	4.178,81
29	Gastos financeiros	2.223.651,56	0,00	0,00	2.223.651,56	2.236.633,32
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.558.398,42			1.558.398,42	1.508.761,48
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	352.747,58			352.747,58	419.401,86
	Outros	312.505,56			312.505,56	308.469,98

(Continua)

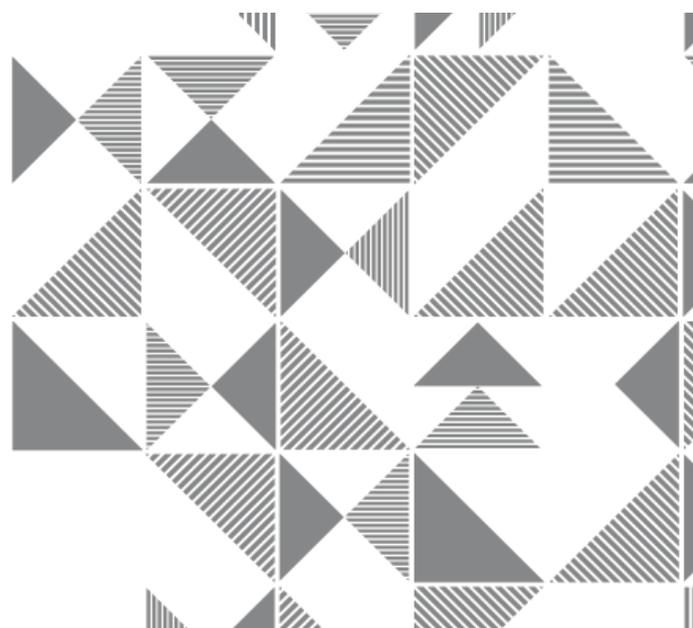
(Continuação)

Euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2016				Exercício anterior (2015)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
30	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.044.777,40	0,00	0,00	1.044.777,40	311.557,53
	De ativos disponíveis para venda	1.044.777,40			1.044.777,40	311.557,53
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-49.675,52	0,00	0,00	-49.675,52	46.948,42
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-49.675,52			-49.675,52	46.948,42
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
32	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	2.735,45			2.735,45	-28,61
34	Outros rendimentos/gastos			-2.681,99	-2.681,99	370.830,90
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos	1.470.078,29	0,00	-2.681,99	1.467.396,30	603.361,20
11	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			361.667,92	361.667,92	177.910,67
11	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos					
	Resultado líquido do exercício	1.470.078,29	0,00	-364.349,91	1.105.728,38	425.450,53

Euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas				Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes	Resultado do exercício	
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2015 (posição de abertura)	21.000.000,00	19.510.545,94	-3.181.915,37	635.675,29	-1.657.646,77	-1.446.029,25	425.450,53	35.286.080,37
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	19.510.545,94	-3.181.915,37	635.675,29	-1.657.646,77	-1.446.029,25	425.450,53	35.286.080,37
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		-4.802.486,68	1.125.428,75			-13.114,42		-3.690.172,35
17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				42.545,05	382.905,48		-425.450,53	0,00
27	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					-1.272,15			-1.272,15
	Total das variações do capital próprio	0,00	-4.802.486,68	1.125.428,75	42.545,05	381.633,33	-13.114,42	-425.450,53	-3.691.444,50
	Resultado líquido do período							1.105.728,38	1.105.728,38
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2016	21.000.000,00	14.708.059,26	-2.056.486,62	678.220,34	-1.276.013,44	-1.459.143,67	1.105.728,38	32.700.364,25



Euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas				Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes	Resultado do exercício	
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2014 (posição de abertura)	21.000.000,00	20.344.570,58	-3.709.220,39	486.831,72	-2.997.238,85	-1.447.107,13	1.488.435,65	35.166.271,58
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	20.344.570,58	-3.709.220,39	486.831,72	-2.997.238,85	-1.447.107,13	1.488.435,65	35.166.271,58
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-834.024,64	527.305,02			1.077,88		-305.641,74
17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				148.843,57	1.339.592,08		-1.488.435,65	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-834.024,64	527.305,02	148.843,57	1.339.592,08	1.077,88	-1.488.435,65	-305.641,74
	Resultado líquido do exercício							425.450,53	425.450,53
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2015	21.000.000,00	19.510.545,94	-3.181.915,37	635.675,29	-1.657.646,77	-1.446.029,25	425.450,53	35.286.080,37

Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2016				Exercício anterior (2015)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	-3.677.057,93			-3.677.057,93	-305.641,74
18	Variação da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	-4.802.486,68			-4.802.486,68	-834.024,64
18	Impostos correntes e diferidos	1.125.428,75			1.125.428,75	528.382,90
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados	-1.272,15			-1.272,15	0,00
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-1.272,15			-1.272,15	0,00
	Impostos correntes e diferidos				0,00	0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-3.678.330,08			-3.678.330,08	-305.641,74
	Resultado líquido do exercício	1.470.078,29		-364.349,91	1.105.728,38	425.450,53
	Total do rendimento integral do exercício	-2.208.251,79		-364.349,91	-2.572.601,70	119.808,79

Euros

Notas do Anexo	Fluxo caixa	Exercício 2016	Exercício anterior (2015)
	Atividades operacionais		
	Prémios recebidos *	44.530.416,14	63.938.262,62
	Sinistros pagos	-38.063.531,22	-32.536.677,12
	Pagamentos comissões	-2.127.795,84	-1.696.209,65
	Entradas resseguro	36.085,77	32.975,86
	Saídas resseguro	-404.156,47	-251.450,59
	Outros recebimentos	332.617,64	424.763,21
	Outros pagamentos	-5.299.769,35	-5.465.355,82
	Imposto sobre o rendimento	596.604,77	-2.620.952,23
	Total fluxos operacionais	-399.528,56	21.825.356,28
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-158.412,37	-154.244,44
	Títulos de dívida – compras	-58.257.821,46	-71.648.508,48
	Títulos de dívida – vendas	54.751.728,43	42.905.875,65
	Instrumentos capital e UPs – compras	-7.942.182,52	-7.892.148,18
	Instrumentos capital e UPs – vendas	2.215.611,95	1.789.406,02
	Juros recebidos	11.028.896,56	10.500.262,01
	Dividendos recebidos	371.509,31	227.730,49
	Outros investimentos	0,00	3.000.775,00
	Total fluxos investimento	2.009.329,90	-21.270.851,93
	Atividades de financiamento		
	Pagamento de juros	0,00	0,00
	Total fluxos financiamento	0,00	0,00
	Efeito cambial	-492,47	0,00
	Aumento caixa	1.609.308,87	554.504,35
	Caixa no início	2.388.695,18	1.834.190,83
8	Caixa no fim	3.998.004,05	2.388.695,18

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



2010 | Muita agitação

Foi um ano bastante conturbado, ao nível político e económico. Destaca-se a inauguração do Centro Champalimaud, em Lisboa, que realiza estudos de investigação na área das neurociências e oncologia.

Nasce a MAPFRE - Seguros de Vida, S.A, que adquiriu a carteira do ramo Vida à Agência Geral da MAPFRE Vida.

4.

Notas às Demonstrações Financeiras

▲ Fundação Champalimaud – Lisboa

Índice

1. Informações Gerais	36	29. Gastos Financeiros	90
2. Políticas Contabilísticas	37	30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	90
3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	49	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	91
4. Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	50	32. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	91
5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	52	33. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	92
6. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	56	34. Outros Rendimentos e Gastos	92
7. Outros Ativos Tangíveis	56	35. Relato por Segmentos	93
8. Outros Ativos Intangíveis	57	36. Entidades Relacionadas	96
9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	58	37. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	100
10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	59	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	105
11. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	61	39. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	110
12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	64	40. Elementos Extrapatrimoniais	113
13. Provisões Técnicas	65	41. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	113
14. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	70	42. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	114
15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	72		
16. Acréscimos e Diferimentos	72		
17. Capital	73		
18. Reservas	74		
19. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	75		
20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	76		
21. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (Variação)	76		
22. Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (Variação)	77		
23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (Variação)	77		
24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	78		
25. Custos de Aquisição	80		
26. Gastos com o Pessoal	81		
27. Obrigações com Benefícios dos Empregados	82		
28. Rendimentos	89		



1. Informações Gerais

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 €, posteriormente ampliado para 21.000.000 €, detido na sua totalidade pela MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A Sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama abaixo.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados

a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2016 prémios de contratos de seguros no valor de 43,64 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 1,57 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas, económica e de mercado, em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2016, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado e na melhoria das margens de comercialização, nomeadamente através de um incremento dos produtos de risco puro na carteira.



2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respectivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na IFRS 4 – Contratos de Seguro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

No exercício de 2016, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.



2.3. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- ▲ Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- ▲ Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- ▲ Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- ▲ Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- ▲ Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos Outros” ou de “Gastos financeiros Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Rendimentos Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

De empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- ▲ Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- ▲ Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- ▲ Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- ▲ Incumprimento dos termos contratuais;
- ▲ Probabilidade manifesta de insolvência; e
- ▲ Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- ▲ Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- ▲ Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- ▲ A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- ▲ O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2016 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- ▲ A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- ▲ Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- ▲ Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º Anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.5. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.



2.7. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.9. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.10. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

2.11. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.12. Contratos de seguro

a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

c) Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

d) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão, nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos, mas não liquidados, e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

e) Provisão para participação nos resultados

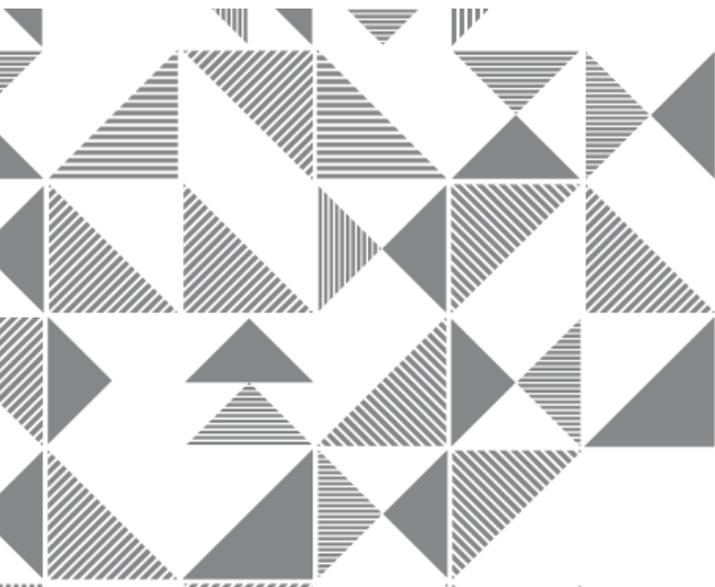
Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica "Provisão para participação nos resultados atribuída". Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.



A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

f) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 e n.º 10/2016 emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

g) Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

h) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 37.

2.13. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos.
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 24 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.14. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 50.^a e 51.^a, bem como Anexo V do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valorização atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a 12 meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.15. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.16. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.14. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.12. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 13.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.



No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

e) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- ▲ As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- ▲ Existem “prejuízos fiscais” a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- ▲ As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

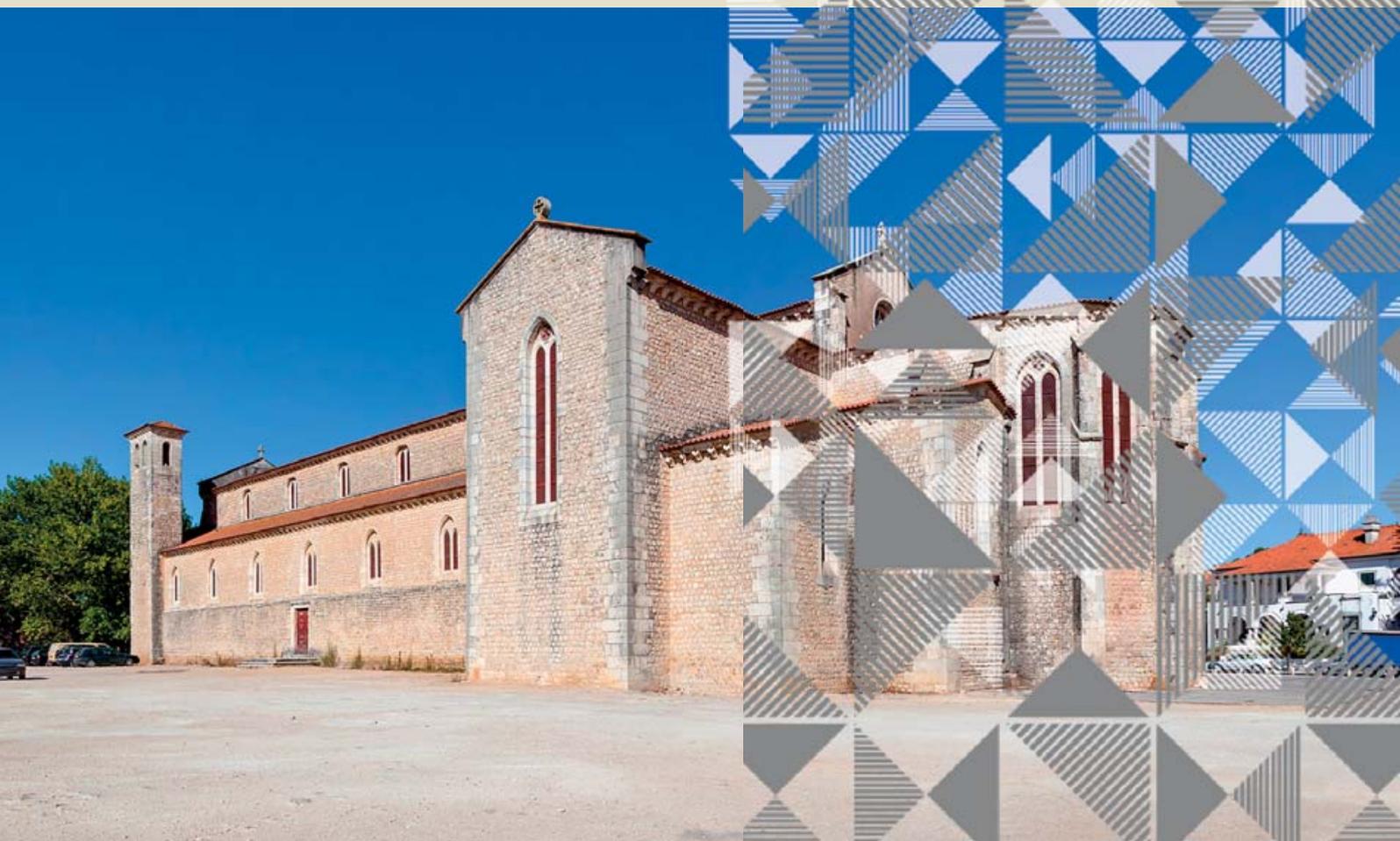


3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
	2016	2015
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa e equivalentes	199.893,33	88,18
Depósitos à ordem	3.798.110,72	2.388.607,00
Total	3.998.004,05	2.388.695,18

▼ Igreja de Santa Clara – Santarém



4. Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

4.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2016				Euros
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de Participação	Valor contabilístico	
Saldo inicial	0,00	2.259.689,56	2.259.689,56	
Aquisições (a valor aquisição)	10.005.000,00	1.450.396,00	11.455.396,00	
Alienações (a valor aquisição)		219.526,23	219.526,23	
Variação do justo valor	-79.791,73	11.177,59	-68.614,14	
Variação do custo amortizado	-764,54		-764,54	
Variação juro decorrido	76.263,57		76.263,57	
Saldo final	10.000.707,30	3.501.736,92	13.502.444,22	

Exercício de 2015				Euros
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de Participação	Valor contabilístico	
Saldo inicial		1.623.433,93	1.623.433,93	
Aquisições (a valor aquisição)		1.423.011,72	1.423.011,72	
Alienações (a valor aquisição)		667.443,71	667.443,71	
Variação do justo valor		-119.312,38	-119.312,38	
Variação do custo amortizado			0,00	
Variação juro decorrido			0,00	
Saldo final	0,00	2.259.689,56	2.259.689,56	

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

2016						Euros
Classificações do ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
Unidades de participação	3.380.235,53		121.501,39			3.501.736,92
Títulos de dívida – de outros emissores	10.005.000,00	-764,54	-79.791,73	76.263,57		10.000.707,30
Total	13.385.235,53	-764,54	41.709,66	76.263,57		13.502.444,22

Euros					
2015					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	2.149.365,76		110.323,80		2.259.689,56
Títulos de dívida – de outros emissores					0,00
Total	2.149.365,76	0,00	110.323,80	0,00	2.259.689,56

Nos Anexos 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

4.2. Justo valor

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- ▲ Nível 1 – justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- ▲ Nível 2 – justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- ▲ Nível 3 – justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Relativamente ao ano 2015, o mesmo foi reexpresso dado não se encontrar corretamente classificado.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2016				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	3.501.736,92			3.501.736,92
Títulos de dívida – de outros emissores	10.000.707,30			10.000.707,30
TOTAL	13.502.444,22	0,00	0,00	13.502.444,22

Euros				
2015 (Reexpresso)				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	2.259.689,56			2.259.689,56
Títulos de dívida – de outros emissores				0,00
Total	2.259.689,56	0,00	0,00	2.259.689,56

5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros			
2016			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	306.275.675,55	12.754.052,39	319.029.727,94
Aquisições (a valor aquisição)	57.027.586,37	6.491.522,66	63.519.109,03
Reembolsos (a valor aquisição)	33.478.514,55		33.478.514,55
Alienações (a valor aquisição)	29.001.974,40	1.970.902,52	30.972.876,92
Variação do justo valor	-6.656.960,86	660.786,49	-5.996.174,37
Variação do custo amortizado	-1.104.767,54		-1.104.767,54
Variação juro decorrido	279,46		279,46
Saldo final	293.061.324,03	17.935.459,02	310.996.783,05

Euros			
2015			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	282.091.171,31	7.980.521,02	290.071.692,33
Aquisições (a valor aquisição)	73.132.792,39	6.469.106,67	79.601.899,06
Reembolsos (a valor aquisição)	6.470.000,00		6.470.000,00
Alienações (a valor aquisição)	38.121.833,46	1.186.546,01	39.308.379,47
Variação do justo valor	-4.117.611,70	-509.029,29	-4.626.640,99
Variação do custo amortizado	-322.291,13		-322.291,13
Variação juro decorrido	83.448,14		83.448,14
Saldo final	306.275.675,55	12.754.052,39	319.029.727,94

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

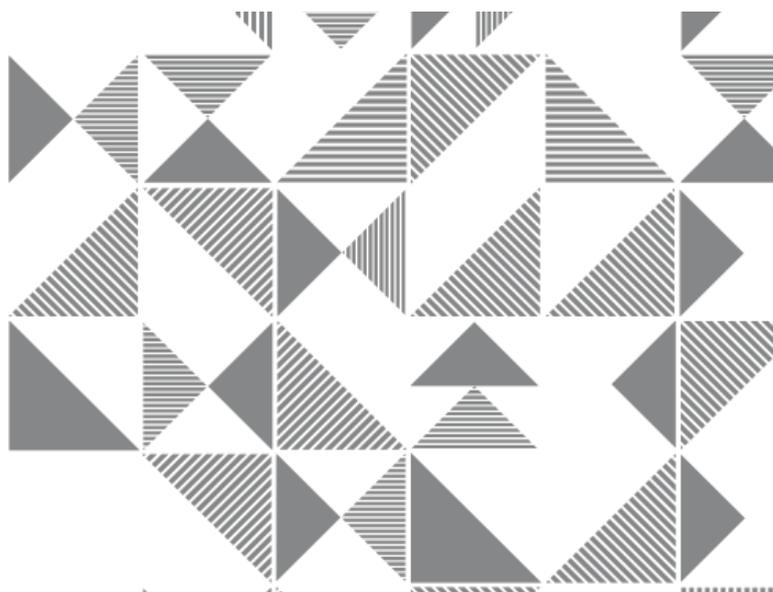
Euros

Classificações do ativo	2016				
	Valor contabilístico			Juro	Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	12.667.207,54		1.971.830,85		14.639.038,39
Unidades de participação	3.156.723,55		139.697,08		3.296.420,63
Títulos de dívida – pública	233.097.771,88	-203.418,45	19.367.268,40	4.639.380,53	256.901.002,36
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	2.797.265,01	39.052,41	321.597,86	82.566,69	3.240.481,97
Títulos de dívida – de outros emissores	28.521.552,70	107.909,48	3.508.699,30	781.678,22	32.919.839,70
Total	280.240.520,68	-56.456,56	25.309.093,49	5.503.625,44	310.996.783,05

Euros

Classificações do ativo	2015				
	Valor contabilístico			Juro	Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	8.223.605,03		1.219.294,74		9.442.899,77
Unidades de participação	3.079.705,92		231.446,70		3.311.152,62
Títulos de dívida – pública	217.065.329,30	991.519,01	25.337.361,92	3.999.871,43	247.394.081,66
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	9.965.076,26	54.590,08	587.252,95	276.032,89	10.882.952,18
Títulos de dívida – de outros emissores	42.839.086,61	2.201,89	3.929.911,55	1.227.441,66	47.998.641,71
Total	281.172.803,12	1.048.310,98	31.305.267,86	5.503.345,98	319.029.727,94

No Anexo 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.



5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg.

Contudo, no exercício de 2016, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- ▲ Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- ▲ Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- ▲ Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- ▲ Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- ▲ Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado; Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- ▲ Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- ▲ Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- ▲ Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 286.348,01 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- ▲ Nível 1 – justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- ▲ Nível 2 – justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- ▲ Nível 3 – justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Conceito	2016			
	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	14.639.038,39			14.639.038,39
Unidades participação	3.296.420,63			3.296.420,63
Títulos de dívida – pública	256.901.002,36			256.901.002,36
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	3.240.481,97			3.240.481,97
Títulos de dívida – de outros emissores	32.633.491,69	286.348,01		32.919.839,70
Total	310.710.435,04	286.348,01	0,00	310.996.783,05

Euros

Conceito	2015 (Reexpresso)			
	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	9.442.899,77			9.442.899,77
Unidades participação	3.311.152,62			3.311.152,62
Títulos de dívida – pública	247.394.081,66			247.394.081,66
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	10.882.952,18			10.882.952,18
Títulos de dívida – de outros emissores	47.705.644,21	292.997,50		47.998.641,71
Total	318.736.730,44	292.997,50	0,00	319.029.727,94

Nos exercícios de 2016 e de 2015 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2016.

6. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos concedidos sobre apólices	327.032,35	294.449,07
Total	327.032,35	294.449,07

7. Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Outros ativos tangíveis	Euros						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	23.206,15	6.682,76				5.276,82	24.612,09
Máquinas e ferramentas	5.010,72	0,00				773,82	4.236,90
Equipamento informático	0,00	381,72				159,04	222,68
Instalações interiores	21.852,77	4.764,84				2.338,22	24.279,39
Outro equipamento	2.491,34	0,00				360,19	2.131,15
Outros ativos tangíveis	1.635,69	0,00				1.635,69	0,00
Ativos tangíveis em curso	0,00	0,00				0,00	0,00
Total	54.196,67	11.829,32	0,00	0,00	0,00	10.543,78	55.482,21

Outros ativos tangíveis	Euros						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	27.222,74	127,08				4.143,67	23.206,15
Máquinas e ferramentas	5.338,20	425,09				752,57	5.010,72
Equipamento informático	0,00	0,00				0,00	0,00
Instalações interiores	0,00	22.985,00				1.132,23	21.852,77
Outro equipamento	2.851,53	0,00				360,19	2.491,34
Outros ativos tangíveis	11.449,90	0,00				9.814,21	1.635,69
Ativos tangíveis em curso	14.056,17	0,00	-14.056,17			0,00	0,00
Total	60.918,54	23.537,17	-14.056,17	0,00	0,00	16.202,87	54.196,67

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” em imparidade ou cedido.

8. Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

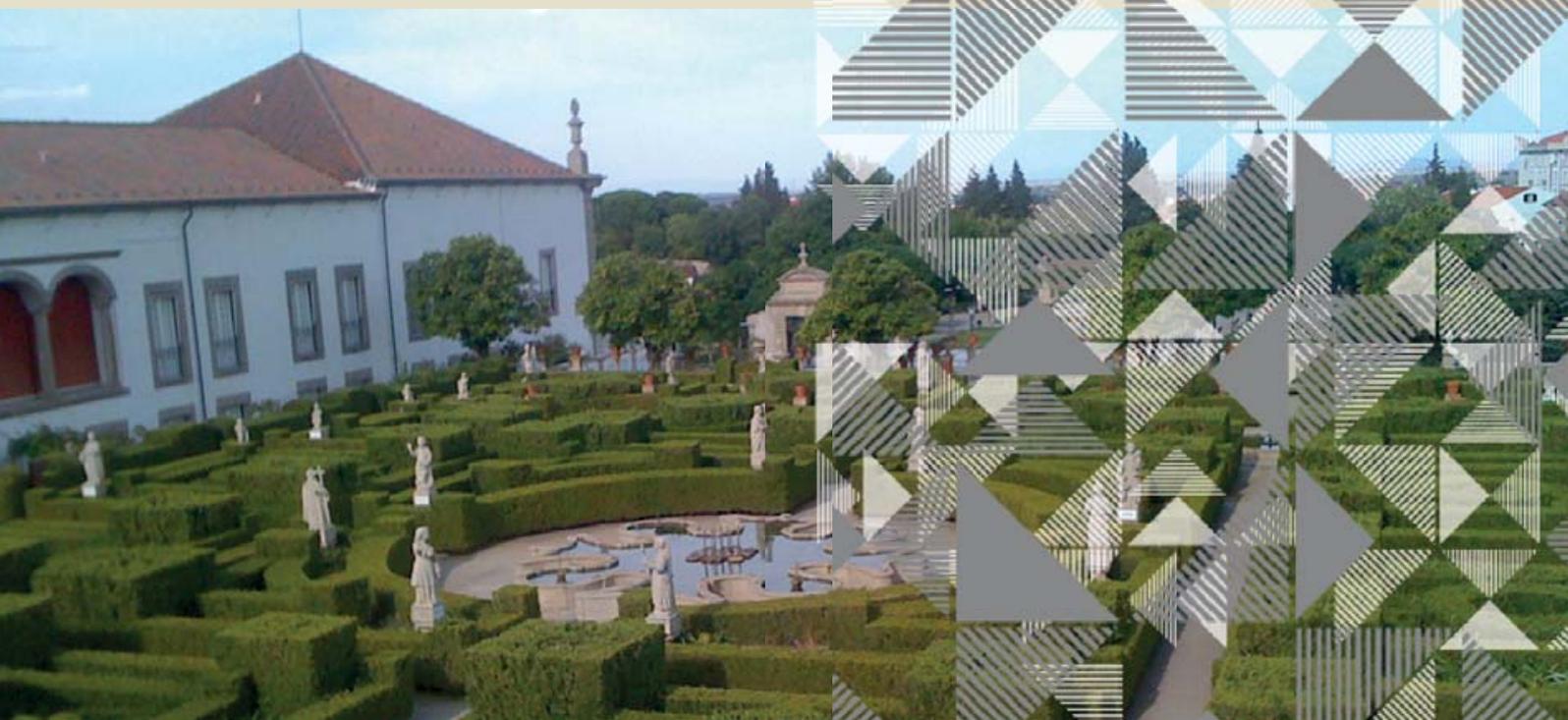
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	2016					Saldo final (valor líquido)
		Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Desp. com aplica. informáticas	82.611,44	3.075,00	72.802,92			60.865,14	97.624,22
Ativos intangíveis em curso	78.178,02	117.618,91	-72.802,92				122.994,01
Total	160.789,46	120.693,91	0,00	0,00	0,00	60.865,14	220.618,23

Euros

Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	2015					Saldo final (valor líquido)
		Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Desp. com aplica. informáticas	73.478,53	52.529,25				43.396,34	82.611,44
Ativos intangíveis em curso	0,00	78.178,02					78.178,02
Total	73.478,53	130.707,27	0,00	0,00	0,00	43.396,34	160.789,46

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

▼ Jardim do Paço Episcopal – Castelo Branco



9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros				
2016				
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.281.665,58	280.932,36	456.695,14	1.105.902,80
Prestações	1.274.663,03	280.932,36	452.501,92	1.103.093,47
IBNR	7.002,55	0,00	4.193,22	2.809,33
Provisão para prémios não adquiridos	141.746,82	143.767,62	141.746,82	143.767,62
Prémios não adquiridos	149.929,64	151.386,00	149.929,64	151.386,00
Custos de aquisição diferidos	-8.182,82	-7.618,38	-8.182,82	-7.618,38
Total	1.423.412,40	424.699,98	598.441,96	1.249.670,42

Euros				
2015				
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.082.629,15	702.922,25	503.885,82	1.281.665,58
Prestações	1.078.292,73	700.256,12	503.885,82	1.274.663,03
IBNR	4.336,42	2.666,13	0,00	7.002,55
Provisão para prémios não adquiridos	133.348,93	141.746,82	133.348,93	141.746,82
Prémios não adquiridos	143.746,54	149.929,64	143.746,54	149.929,64
Custos de aquisição diferidos	-10.397,61	-8.182,82	-10.397,61	-8.182,82
Total	1.215.978,08	844.669,07	637.234,75	1.423.412,40

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros

2016			
Rubrica	Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.921.418,27	20.757,30	2.900.660,97
Contas de cobrança	2.832.326,53	20.583,10	2.811.743,43
Mediadores	89.091,74	174,20	88.917,54
Contas a receber por operações de resseguro	76.313,96	0,00	76.313,96
Contas a receber por outras operações	299.161,89	0,00	299.161,89
Empréstimos ao pessoal	242.401,85	0,00	242.401,85
Outros devedores	56.760,04	0,00	56.760,04
Total	3.296.894,12	20.757,30	3.276.136,82

Euros

2015			
Rubrica	Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.060.622,52	15.835,46	2.044.787,06
Contas de cobrança	1.834.240,09	15.835,46	1.818.404,63
Mediadores	226.382,43	0,00	226.382,43
Contas a receber por operações de resseguro	0,00	0,00	0,00
Contas a receber por outras operações	328.801,54	0,00	328.801,54
Empréstimos ao pessoal	213.739,04	0,00	213.739,04
Outros devedores	115.062,50	0,00	115.062,50
Total	2.389.424,06	15.835,46	2.373.588,60

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros				
2016				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	15.835,46	4.747,64		20.583,10
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De mediadores	0,00	174,20		174,20
Total	15.835,46	4.921,84	0,00	20.757,30

Euros				
2015				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	9.501,99	6.333,47	0,00	15.835,46
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De mediadores	262,96	0,00	262,96	0,00
Total	9.764,95	6.333,47	262,96	15.835,46

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.



11. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Ativos por impostos e taxas	1.765.820,76	2.689.896,80
Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.765.820,76	2.689.896,80
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	2.408.738,98	3.561.236,10
Passivos por impostos (e taxas) correntes	352.252,36	379.320,73
Passivos por impostos diferidos	2.056.486,62	3.181.915,37

11.1. Impostos correntes

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Ativos por impostos correntes	1.765.820,76	2.689.896,80
Imposto sobre o rendimento	119.893,57	1.022.423,47
IRC: Reclamações impugnações	1.628.247,65	1.628.247,65
Outros impostos e taxas	17.679,54	39.225,68
Passivos por impostos correntes	-352.252,36	-379.320,73
Imposto corrente	0,00	0,00
Retenções na fonte	-112.254,49	-138.047,89
Outros impostos e taxas	-239.997,87	-241.272,84
Total	1.413.568,40	2.310.576,07

A linha de IRC Reclamações e impugnações corresponde ao valor de imposto corrente liquidado a mais relativamente aos exercícios de 2012 e 2013, nomeadamente no que se refere a variações patrimoniais negativas (variações negativas na reserva de justo valor de produtos vida com participação nos resultados).

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

2016			Euros
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.467.396,30		1.467.396,30
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.		199.418,91	199.418,91
21% do resultado antes de impostos	308.153,22	41.877,97	350.031,19
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	2.961,06		2.961,06
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	60,18		60,18
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	0,00		0,00
Menos-valias contabilísticas	19.786,74		19.786,74
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	186.533,82		186.533,82
Custos extraordinários	59,79		59,79
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	0,00		0,00
Mais-valias contabilísticas	-204.576,44		-204.576,44
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-18.803,85		-18.803,85
Benefícios fiscais	-1.076,36		-1.076,36
Proveitos extraordinários	0,00		0,00
Total do imposto	293.098,17	41.877,97	334.976,14
Derrama	23.230,87	3.319,23	26.550,10
Tributação autónoma	45.338,88		45.338,88
Imposto sobre lucros a pagar	361.667,92	45.197,20	406.865,12
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			-44.509,60
Entregas por conta			-456.198,00
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	361.667,92	45.197,20	-93.842,48

Euros

2015			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	603.361,20		603.361,20
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov. Téc. com Particip.Benef.		1.509.553,19	1.509.553,19
21% do resultado antes de impostos	126.705,85	317.006,17	443.712,02
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	0,00		0,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	85,49		85,49
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	230,61		230,61
Menos-valias contabilísticas	85.884,60		85.884,60
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	94.835,34		94.835,34
Custos extraordinários	2.013,49		2.013,49
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	0,00		0,00
Mais-valias contabilísticas	-179.476,76		
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-18.352,41		-18.352,41
Benefícios fiscais	-1.144,83		
Proveitos extraordinários	0,00		
Total do imposto	110.781,37	317.006,17	427.787,54
Derrama	23.686,11	67.778,95	91.465,06
Tributação autónoma	43.443,18		43.443,18
Imposto sobre lucros a pagar	177.910,67	384.785,12	562.695,79
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			-18.400,26
Entregas por conta			-1.566.719,00
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	177.910,67	384.785,12	-1.022.423,47

11.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Euros

2016						
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	3.181.915,37	0,00	0,00	0,00	1.125.428,75	2.056.486,62
Do reconhecimento dos activos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.181.915,37	0,00	0,00	0,00	1.125.428,75	2.056.486,62

Euros

2015						
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	3.709.220,39	0,00	0,00	0,00	527.305,02	3.181.915,37
Do reconhecimento dos activos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.709.220,39	0,00	0,00	0,00	527.305,02	3.181.915,37

12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, do exercício e do exercício anterior, demonstra-se no quadro abaixo:

Euros				
2016				
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.799.539,75	831.264,30	367.200,00	3.998.004,05
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	10.602.653,98	2.899.790,24	13.502.444,22
Ativos financeiros disponíveis para venda	190.371.488,19	106.254.190,05	14.371.104,81	310.996.783,05
Empréstimos concedidos e contas a receber	327.032,35	0,00	0,00	327.032,35
Outros ativos tangíveis	0,00	55.482,21	0,00	55.482,21
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	0,00	1.249.670,42	0,00	1.249.670,42
Custos de aquisição diferidos	0,00	127.011,93	0,00	127.011,93
Total	193.498.060,29	119.120.272,89	17.638.095,05	330.256.428,23

Euros				
2015				
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.547.357,03	229.910,39	611.427,76	2.388.695,18
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	771.950,94	1.392.310,73	2.164.261,67
Ativos financeiros disponíveis para venda	183.913.985,75	115.385.223,89	19.825.946,19	319.125.155,83
Empréstimos concedidos e contas a receber	294.449,07	0,00	0,00	294.449,07
Outros ativos tangíveis	54.196,67	0,00	0,00	54.196,67
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	0,00	1.423.412,40	0,00	1.423.412,40
Custos de aquisição diferidos	0,00	123.833,20	0,00	123.833,20
Total	185.809.988,52	117.934.330,82	21.829.684,68	325.574.004,02

13. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros				
2016				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	251.126.247,28	46.075.271,42	33.828.448,75	263.373.069,95
Provisão para sinistros	8.422.064,02	1.453.789,54	2.987.605,96	6.888.247,60
Prestações	8.405.874,36	1.452.681,10	2.983.471,89	6.875.083,57
IBNR	16.189,66	1.108,44	4.134,07	13.164,03
Provisão para participação nos resultados	12.323.183,47	2.468.939,86	3.651.077,79	11.141.045,54
Provisão para prémios não adquiridos	745.945,78	750.413,25	745.945,78	750.413,25
Prémios não adquiridos	869.778,98	877.425,18	869.778,98	877.425,18
Custos de aquisição diferidos	-123.833,20	-127.011,93	-123.833,20	-127.011,93
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	639.450,11	70.260,39	150.039,24	559.671,26
Total	273.256.890,66	50.818.674,46	41.363.117,52	282.712.447,60

Euros				
2015				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de Seguros				
Provisão matemática	216.344.838,79	62.344.808,16	27.563.399,67	251.126.247,28
Provisão para sinistros	6.261.005,77	3.694.793,26	1.533.735,01	8.422.064,02
Prestações	6.247.225,25	3.689.394,29	1.530.745,18	8.405.874,36
IBNR	13.780,52	5.398,97	2.989,83	16.189,66
Provisão para participação nos resultados	17.037.346,23	1.880.107,22	6.594.269,98	12.323.183,47
Provisão para prémios não adquiridos	727.519,89	745.945,78	727.519,89	745.945,78
Prémios não adquiridos	832.338,64	869.778,98	832.338,64	869.778,98
Custos de aquisição diferidos	-104.818,75	-123.833,20	-104.818,75	-123.833,20
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.226.807,70	0,00	587.357,59	639.450,11
Total	241.597.518,38	68.665.654,42	37.006.282,14	273.256.890,66

13.1. Provisão matemática

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2016 e de 2015, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros				
2016				
Provisão matemática – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	22.374.390,44	6.683.045,73	1.626.377,96	27.431.058,21
Risco	564.428,49	459.080,03	0,00	1.023.508,52
Mistos	26.562.838,93	3.824.383,49	4.235.568,92	26.151.653,50
Capitalização	38.014.952,83	18.359.233,86	7.364.743,96	49.009.442,73
PPR	158.261.588,67	14.810.339,44	20.235.390,53	152.836.537,58
<i>Universal Life</i>	5.348.047,92	1.939.188,87	366.367,38	6.920.869,41
Total	251.126.247,28	46.075.271,42	33.828.448,75	263.373.069,95

Euros				
2015				
Provisão matemática – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	17.389.895,57	6.249.033,77	1.264.538,90	22.374.390,44
Risco	173.105,64	413.625,66	22.302,81	564.428,49
Mistos	27.369.436,38	4.451.107,98	5.257.705,43	26.562.838,93
Capitalização	26.733.552,41	13.560.824,32	2.279.423,90	38.014.952,83
PPR	140.797.539,90	35.840.440,28	18.376.391,51	158.261.588,67
<i>Universal Life</i>	3.881.308,89	1.829.776,15	363.037,12	5.348.047,92
Total	216.344.838,79	62.344.808,16	27.563.399,67	251.126.247,28

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas	Taxa variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
Mistos		
Mistos	Entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
Temporários		
Temporário	Entre 2,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário anual renovável	Entre 0,5% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
Capitais diferidos		
Prémios periódicos	Entre 2,25% e 4%	GKM 95
Prémios únicos	Entre 0,66% e 4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas
PPR	Entre 0,75% e 4%	GKM 95
<i>Universal Life</i>	Entre 0,75% e 2,5%	GKM 95 e Modificadas
Seguros ligados a fundos de investimento		
Com risco de investimento	Entre 1% e 3%	GKM 95 e Modificadas

13.2. Provisão para sinistros

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados no exercício de 2016, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.



13.3. Provisão para participação nos resultados

No quadro abaixo demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída no exercício de 2016 e 2015:

Euros				
Participação nos resultados atribuída	2016			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	193,20	131,96	0,00	325,16
<i>Quatrum</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Assegurada	0,00	79.359,55	0,00	79.359,55
Futuro Jovem Garantido	9.333,97	5.201,71	0,00	14.535,68
Seguro Reforma Completo	9.213,64	72.556,77	0,00	81.770,41
P. Poup Criança Futuro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Flexível	17.227,98	17.386,12	0,00	34.614,10
Invida Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Coletivo	0,00	0,00	0,00	0,00
PPR Pré-Reforma MAPFRE	373,86	53,28	373,87	53,27
Reforma Garantida MAPFRE PPR	321.581,19	102.900,65	321.529,52	102.952,32
PPR Plano A	16.744,41	49.121,74	16.744,41	49.121,74
PPR 3	10.735,92	1.697,82	10.735,92	1.697,82
<i>Universal Life AG</i>	5.262,15	2.089,11	5.262,15	2.089,11
Postal PPR Seguro	102.800,87	11.758,53	102.800,85	11.758,55
PPR Super Plano A	11.215,13	8.831,20	11.215,13	8.831,20
MAPFRE Invest. Crescente 2015	20.283,50	0,00	0,00	20.283,50
Coletivo – Proteção & Reforma	3.495,74	3.873,32	0,00	7.369,06
PPR Garantido 5 +	0,00	70.169,33	0,00	70.169,33
PPR Vital	0,00	38.329,14	0,00	38.329,14
Postal PPR Rendimento Mais	0,00	8.132,25	0,00	8.132,25
MAPFRE PPR (Edição especial)	0,00	8.619,13	0,00	8.619,13
Total	528.461,55	480.211,61	468.661,85	540.011,31

Euros

Participação nos resultados atribuída	2015			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	283,00	193,20	283,00	193,20
Quatrum	91,20	0,00	91,20	0,00
Reforma Assegurada	217.663,51	0,00	217.663,51	0,00
Futuro Jovem Garantido	3.638,98	9.333,97	3.638,98	9.333,97
Seguro Reforma Completo	60.848,55	9.213,64	60.848,55	9.213,64
P. Poup. Criança Futuro	2.363,02	0,00	2.363,02	0,00
Reforma Flexível	0,00	17.227,98	0,00	17.227,98
Invida Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Coletivo	3.917,57	0,00	3.917,57	0,00
PPR Pré-Reforma MAPFRE	2.564,28	373,87	2.564,29	373,86
Reforma Garantida MAPFRE PPR	973.871,13	321.581,19	973.871,13	321.581,19
PPR Plano A	35.931,58	16.744,41	35.931,58	16.744,41
PPR 3	1.530,55	10.735,92	1.530,55	10.735,92
Universal Life AG	19.746,42	5.262,15	19.746,42	5.262,15
Postal PPR Seguro	127.558,17	102.800,85	127.558,15	102.800,87
PPR Super Plano A	0,00	11.215,13	0,00	11.215,13
MAPFRE Invest. Crescente 2015	0,00	20.283,50	0,00	20.283,50
Coletivo – Proteção & Reforma	0,00	3.495,74	0,00	3.495,74
Total	1.450.007,96	528.461,55	1.450.007,96	528.461,55

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*) correspondente às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato ascende a 10,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 11,8 milhões de euros).

14. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O valor de 14.872.688,01 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” refere-se, à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2016 e 2015:

Euros					
2016					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	1.825.359,50	1.465.631,30	172.079,60	21.073,67	3.139.984,87
Capitalização	1.825.359,50	1.465.631,30	172.079,60	21.073,67	3.139.984,87
Valorizados ao custo amortizado	14.402.630,26	109.151,88	3.131.826,58	352.747,58	11.732.703,14
Capitalização	23.386,26	0,00	27.900,55	4.514,29	0,00
PPR	14.379.244,00	109.151,88	3.103.926,03	348.233,29	11.732.703,14
Total	16.227.989,76	1.574.783,18	3.303.906,18	373.821,25	14.872.688,01

Euros					
2015					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	0,00	1.857.500,87	0,00	-32.141,37	1.825.359,50
Capitalização	0,00	1.857.500,87	0,00	-32.141,37	1.825.359,50
Valorizados ao custo amortizado	17.202.444,71	121.606,88	3.340.823,19	419.401,86	14.402.630,26
Capitalização	2.565.245,01	0,00	2.603.963,76	62.105,01	23.386,26
PPR	14.637.199,70	121.606,88	736.859,43	357.296,85	14.379.244,00
Total	17.202.444,71	1.979.107,75	3.340.823,19	387.260,49	16.227.989,76

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros

Passivos financeiros	2016		
	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	3.139.984,87	0,00	3.139.984,87
Capitalização	3.139.984,87		3.139.984,87
Valorizados ao custo amortizado	0,00	12.469.786,96	12.469.786,96
Capitalização		0,00	0,00
PPR		12.469.786,96	12.469.786,96
Total	3.139.984,87	12.469.786,96	15.609.771,83

Euros

Passivos financeiros	2015		
	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	1.825.359,50	0,00	1.825.359,50
Capitalização	1.825.359,50		1.825.359,50
Valorizados ao custo amortizado	0,00	15.621.950,02	15.621.950,02
Capitalização		23.386,26	23.386,26
PPR		15.598.563,76	15.598.563,76
Total	1.825.359,50	15.621.950,02	17.447.309,52

▼ Farol de Santa Marta e Casa de Santa Maria – Cascais



15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	1.330.947,63	1.042.698,23
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	150.622,55	471.762,15
Mediadores	329.504,98	103.581,92
Outros saldos credores por operações de seguro direto	850.820,10	467.354,16
Contas a pagar por operações de resseguro	71.542,96	112.275,75
Contas a pagar por outras operações	377.667,78	197.258,86
Fornecedores	193.775,07	143.097,73
Outros credores	183.892,71	54.161,13
Total	1.780.158,37	1.352.232,84

16. Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Acréscimos de gastos com o pessoal	335.392,02	326.571,47
Subsídio de férias e mês de férias	245.625,46	238.804,10
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	89.766,56	87.767,37
Outros acréscimos de gastos	586.939,03	669.752,27
Incentivos a pessoal	303.246,80	384.658,83
Incentivos a mediadores	215.133,93	174.244,44
Trabalhos especializados	51.933,30	68.619,00
Outros acréscimos	16.625,00	42.230,00
Total	922.331,05	996.323,74

17. Capital

17.1. Composição do capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2016, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de € 5,00 cada:

Entidade acionista	2016		2015	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

Euros

17.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

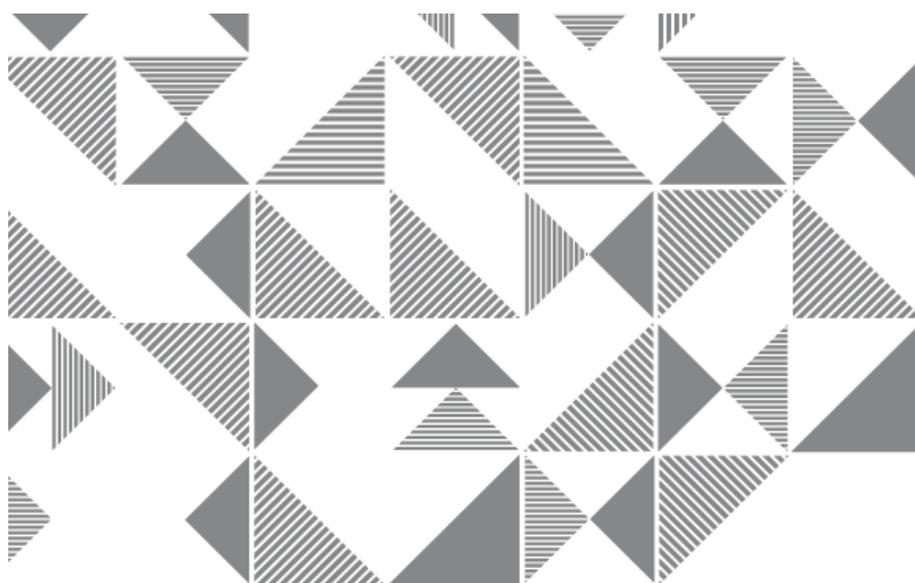
Conceito	2016	2015
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.105.728,38	425.450,53
Numero médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,26	0,10

Euros

17.3. Dividendos por ação

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2016, no montante de 1.105.728,38 euros (um milhão cento e cinco mil setecentos e vinte e oito euros e trinta e oito cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios da seguinte forma:

- ▲ Reserva Legal: 110.572,84 euros (cento e dez mil quinhentos e setenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos);
- ▲ Reserva Livre: 995.155,54 euros (novecentos e noventa e cinco mil cento e cinquenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos).



18. Reservas

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2016 e 2015 em cada uma das reservas:

Euros				
2016				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ diminuições	Imparidades/ reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	19.510.545,94	-4.802.486,68	0,00	14.708.059,26
Ações/unidades de participação fundos investimento	1.450.741,44	660.786,49	0,00	2.111.527,93
Títulos de dívida	29.854.526,42	-6.656.960,86	0,00	23.197.565,56
Participação nos resultados a atribuir	-11.794.721,92	1.193.687,69	0,00	-10.601.034,23
Reserva por impostos diferidos	-3.181.915,37	1.125.428,75	0,00	-2.056.486,62
Outras reservas	-2.468.000,73	411.063,96	0,00	-2.056.936,77
Reserva legal	635.675,29	42.545,05	0,00	678.220,34
Outras reservas	-1.657.646,77	381.633,33	0,00	-1.276.013,44
Reserva por impostos correntes	-1.446.029,25	-13.114,42	0,00	-1.459.143,67
Total	13.860.629,84	-3.265.993,97	0,00	10.594.635,87

Euros				
2015				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ diminuições	Imparidades/ reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	20.344.570,58	-834.024,64	0,00	19.510.545,94
Ações/unidades de participação fundos investimento	1.959.770,73	-509.029,29	0,00	1.450.741,44
Títulos de dívida	33.972.138,12	-4.117.611,70	0,00	29.854.526,42
Participação nos resultados a atribuir	-15.587.338,27	3.792.616,35	0,00	-11.794.721,92
Reserva por impostos diferidos	-3.709.220,39	527.305,02	527.305,02	-3.181.915,37
Outras reservas	-3.957.514,26	1.489.513,53	0,00	-2.468.000,73
Reserva legal	486.831,72	148.843,57	0,00	635.675,29
Outras reservas	-2.997.238,85	1.339.592,08	0,00	-1.657.646,77
Reserva por impostos correntes	-1.447.107,13	1.077,88	0,00	-1.446.029,25
Total	12.677.835,93	1.182.793,91	527.305,02	13.860.629,84

O valor negativo de 2.056.936,77, apresentado na rubrica de Outras reservas, no saldo final do exercício de 2016, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE - Seguros Gerais, SA.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

19. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2016, reconhecendo na rubrica de Ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 43.640.219,25 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

2016			Euros
Prémios brutos emitidos de seguro direto			43.640.219,25
Relativos a contratos individuais	41.421.410,96		
Relativos a contratos de grupo	2.218.808,29		43.640.219,25
Periódicos	10.401.964,82		
Não periódicos	33.238.254,43		43.640.219,25
De contratos sem participação nos resultados	21.482.760,40		
De contratos com participação nos resultados	22.157.458,85		43.640.219,25
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite			0,00
Saldo de resseguro			424.765,93

2015			Euros
Prémios brutos emitidos de seguro direto			62.078.999,38
Relativos a contratos individuais	61.048.212,45		
Relativos a contratos de grupo	1.030.786,93		62.078.999,38
Periódicos	10.177.382,12		
Não periódicos	51.901.617,26		62.078.999,38
De contratos sem participação nos resultados	12.638.425,96		
De contratos com participação nos resultados	49.440.573,42		62.078.999,38
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite			0,00
Saldo de resseguro			116.809,04

Nos exercícios de 2016 e 2015, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	43.640.219,25	62.078.999,38
Prémios de resseguro cedido	735.488,48	860.861,21
Prémios líquidos de resseguro	42.904.730,77	61.218.138,17
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	7.646,20	37.440,34
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.456,36	6.183,10
Prémios não adquiridos (variação)	6.189,84	31.257,24
Total	42.898.540,93	61.186.880,93

Conceito	Euros	
	2016	2015
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	43.640.219,25	62.078.999,38
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	7.646,20	37.440,34
Prémios brutos adquiridos	43.632.573,05	62.041.559,04
Prémios de resseguro cedido	735.488,48	860.861,21
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.456,36	6.183,10
Prémios de resseguro cedido adquiridos	734.032,12	854.678,11
Total	42.898.540,93	61.186.880,93

20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	35.262.496,15	29.610.421,82
Montantes brutos	35.714.998,07	30.114.307,64
Parte dos resseguradores	452.501,92	503.885,82
Provisão para sinistros (variação)	-1.358.053,64	1.962.021,82
Montantes brutos	-1.533.816,42	2.161.058,25
Parte dos resseguradores	-175.762,78	199.036,43
Total	33.904.442,51	31.572.443,64

Conceito	Euros	
	2016	2015
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	34.181.181,65	32.275.365,89
Montantes pagos	35.714.998,07	30.114.307,64
Provisão para sinistros (variação)	-1.533.816,42	2.161.058,25
Custos com sinistros parte dos resseguradores	276.739,14	702.922,25
Montantes pagos	452.501,92	503.885,82
Provisão para sinistros (variação)	-175.762,78	199.036,43
Total	33.904.442,51	31.572.443,64

21. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (Variação)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2016			2015		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	11.778.160,82	0,00	11.778.160,82	33.331.400,53	0,00	33.331.400,53
Total	11.778.160,82	0,00	11.778.160,82	33.331.400,53	0,00	33.331.400,53

22. Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (Variação)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2016			2015		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro (variação)	480.211,61		480.211,61	528.461,55		528.461,55
Total	480.211,61	0,00	480.211,61	528.461,55	0,00	528.461,55

Euros

23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (Variação)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2016			2015		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-79.778,85	0,00	-79.778,85	-587.357,59	0,00	-587.357,59
Total	-79.778,85	0,00	-79.778,85	-587.357,59	0,00	-587.357,59

Euros



24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2016 e 2015:

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Pessoal	2.689.870,61	2.848.697,74
Viagens e relações públicas	225.295,13	226.931,13
Locais e imóveis	167.438,51	188.486,29
Informática	442.892,64	468.778,70
Publicidade	236.680,36	154.131,87
Campanhas comerciais	128.703,43	100.660,52
Serviços profissionais externos	434.684,74	396.260,64
Outros gastos internos	414.984,46	435.674,85
Total	4.740.549,88	4.819.621,74

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2016 e de 2015 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	Euros	
	2016	2015
Serviços de revisão legal de contas	23.652,00	23.652,00
Outros serviços decorrentes da função de Revisor Oficial de Contas	2.628,00	2.628,00
Outros serviços	8.100,00	0,00
Total	34.380,00	26.280,00

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração, e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- ▲ Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- ▲ Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- ▲ A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- ▲ Custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- ▲ 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

2016				Euros
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	342.386,92	2.311.530,84	35.952,85	2.689.870,61
Fornecimentos e serviços externos	170.458,28	1.505.837,96	17.756,41	1.694.052,65
Impostos e taxas	3.650,21	24.488,74	407,12	28.546,07
Amortizações do exercício	9.113,88	61.342,03	953,01	71.408,92
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	256.671,63	256.671,63
Total	525.609,29	3.903.199,57	311.741,02	4.740.549,88

2015				Euros
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	344.410,82	2.467.535,03	36.751,89	2.848.697,74
Fornecimentos e serviços externos	164.267,15	1.442.628,82	17.597,35	1.624.493,32
Impostos e taxas	3.966,20	29.512,53	436,35	33.915,08
Amortizações do exercício	7.158,37	51.672,84	768,00	59.599,21
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	252.916,39	252.916,39
Total	519.802,54	3.991.349,22	308.469,98	4.819.621,74

25. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2016 e 2015, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Custos de aquisição	Euros	
	2016	2015
Custos Imputados	2.923.018,62	3.052.905,35
Comissões de mediação	1.711.068,04	1.499.487,47
Outros	526.041,79	503.975,56
Total	5.160.128,45	5.056.368,38

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

▼ Vista da cidade e da Ria Formosa – Faro



26. Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2016, era de 60, menos 1 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	3
Diretor	3
Gestor	7
Gestor comercial	2
Gestor operacional	3
Gestor técnico	2
Operacional	46
Coordenador operacional	14
Especialista operacional	32
Estagiário (especialista operacional)	0
Secretário	0
Técnico	4
Técnico	4
Total	60

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2016 e 2015, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Remunerações	2.045.167,08	2.206.781,67
Dos órgãos sociais	0,00	0,00
Do pessoal	2.045.167,08	2.206.781,67
Encargos sobre remunerações	460.253,15	462.138,42
Benefícios pós-emprego	25.339,16	32.491,61
Planos de contribuição definida	25.039,67	33.778,27
Planos de benefícios definidos	299,49	-1.286,66
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego	1.306,64	0,00
Seguros obrigatórios	55.920,35	60.431,58
Gastos de ação social	9.142,10	8.077,72
Outros gastos com o pessoal	92.742,13	78.776,74
Total	2.689.870,61	2.848.697,74

O Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas auferir remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta Sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

27. Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado a 29 de janeiro de 2016 no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 4. Foi subscrito do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. e, do lado dos trabalhadores pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

No entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009 se mantinha em vigor no que às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA respeitava.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Sendo que os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, e os dos sindicalizados no STAS e SISEP pelo segundo. Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária	1,25%
2015 – Contribuição anual	3,25%

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. No ano 2012, conforme tabela acima;
 - b. Nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota.

- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. No ano 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do CCT/2008;
 - d. No ano 2015, conforme tabela anterior.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 4 de 2016 e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.º e 51.º, bem como Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2016 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	25.039,67	33.778,27
Total	25.039,67	33.778,27

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto *Universal Life*, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria Companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19 o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 50 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2016, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de dois. Sendo que um deles é relativo a um colaborador que não aderiu ao CCT/2012 em 2012 e o outro, fruto da escolha do CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos dois colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- ▲ t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- ▲ R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- ▲ n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- ▲ S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- ▲ $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$;
- ▲ $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na própria Companhia.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na própria Companhia.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas anualmente apólices de Capital Diferido a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices *Universal Life* constituídos pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base á cobertura das responsabilidades, até á sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

2016				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	3.483,03
Total apólices <i>Universal Life</i>				3.483,03
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	19.046,03
Total apólices capital diferido				19.046,03
Total apólices				22.529,06

2015				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	18.689,06
Total apólices				18.689,06

d) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2016	2015
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	3.483,03	0,00
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	14.309,88	12.381,27
Valor atual serviços passados – reformados	0,00	0,00
Total	17.792,91	12.381,27

Euros

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

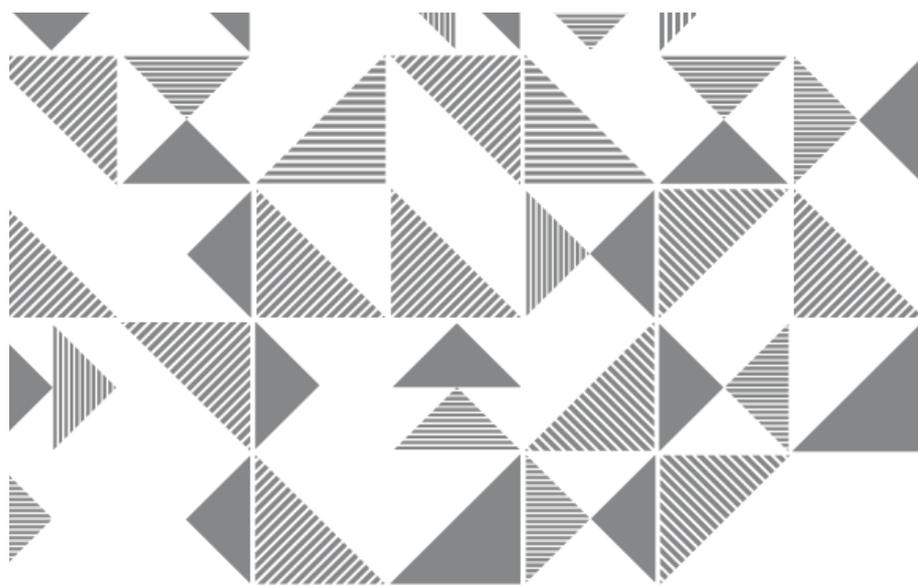
Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2016	2015
Valor responsabilidades janeiro	12.381,27	14.294,54
Valor atual serviços passados – novos CCT/2008	3.483,03	0,00
Custo serviço corrente	541,70	487,13
Custo dos juros	178,29	221,57
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	2.621,97
Perdas atuariais	1.208,62	0,00
Valor responsabilidades dezembro	17.792,91	12.381,27

Euros

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Apólices <i>Universal Life</i>		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	0,00	0,00
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	3.483,03	0,00
Valor ativos dezembro	3.483,03	0,00

Euros



Euros

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	18.689,06	16.693,70
Contribuições empresa	0,00	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	420,50	375,61
Ganhos atuariais	0,00	1.619,75
Perdas atuariais	63,53	0,00
Valor ativos dezembro	19.046,03	18.689,06

Euros

Total de ativos		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	18.689,06	16.693,70
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	3.483,03	0,00
Contribuições da empresa	0,00	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	420,50	375,61
Ganhos atuariais	0,00	1.619,75
Perdas atuariais	63,53	0,00
Prestações pagas	0,00	0,00
Valor ativos dezembro	22.529,06	18.689,06

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas e) e f) anteriores, são relevados no balanço na linha de “Ativos por benefícios pós-emprego” e outro benefícios de longo prazo e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2016	2015
Custo serviço corrente	541,70	487,13
Custo transferência de plano	0,00	0,00
Custo dos juros	178,29	221,57
Retorno ativos	420,50	375,61
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	4.241,72
Perdas atuariais	0,00	0,00
Total	299,49	-3.908,63

Euros

Gasto reconhecido em capital próprio		
Conceito	2016	2015
Insuficiência cobertura – novos CCT/2008	0,00	0,00
Perdas atuariais	1.272,15	0,00
Total	1.272,15	0,00

i) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

A Companhia reconheceu, no exercício de 2016, em ganhos e perdas, uma perda de 299,49 euros.

j) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- ▲ Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- ▲ Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- ▲ Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- ▲ Não se considerou taxa de rotação;
- ▲ Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2016 de 1,14%;
- ▲ Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 1,75% ao ano;
- ▲ Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,75% ao ano;
- ▲ Taxa de inflação anual de 1,75%;
- ▲ Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 1,75%;
- ▲ Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- ▲ Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- ▲ Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S / 60)$$
em que:
 - ▲ P = Prestação a pagar pela Companhia;
 - ▲ R = último salário efetivo no momento da reforma;
 - ▲ n = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
 - ▲ S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
 - ▲ $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$.
- ▲ Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na atividade seguradora;
- ▲ Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- ▲ Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,75%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2015, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2016.

Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,44% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2015 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

k) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	Euros		
	2016	2015	2014
Valor das responsabilidades	17.792,91	12.381,27	14.294,54
Valor dos ativos	22.529,06	18.689,06	16.693,70
Excesso/(insuficiência)	4.736,15	6.307,79	2.399,16
Ganhos/(perdas) atuariais das responsabilidades	-1.208,62	2.621,97	3.635,39
% sobre responsabilidades	-6,79%	21,18%	25,43%
Ganhos/(perdas) atuariais dos ativos	-63,53	1.619,75	121,19
% sobre ativos	-0,28%	8,67%	0,73%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

28. Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Rendimentos/Réditos	2016		Total
	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de G&P	Outros	
De ativos disponíveis para venda	11.894.958,70		11.894.958,70
de juros de títulos de dívida	10.611.302,97		10.611.302,97
dividendos de ações	436.241,87		436.241,87
rendimento custo amortizado	847.413,86		847.413,86
De ativos classificados justo valor por via G&P		86.802,46	86.802,46
de juros de títulos de dívida		86.802,46	86.802,46
De outros		3.230,14	3.230,14
de juros de depósitos em bancos		0,00	0,00
de empréstimos sobre apólices		3.230,14	3.230,14
Total	11.894.958,70	90.032,60	11.984.991,30

Euros

Rendimentos/Réditos	2015		Total
	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de G&P	Outros	
De ativos disponíveis para venda	11.705.425,65		11.705.425,65
de juros de títulos de dívida	10.583.710,15		10.583.710,15
dividendos de ações	227.730,49		227.730,49
rendimento custo amortizado	893.985,01		893.985,01
De ativos classificados justo valor por via G&P		0,00	0,00
de juros de títulos de dívida		0,00	0,00
De outros	0,00	4.178,81	4.178,81
de juros de depósitos em bancos		2.288,79	2.288,79
de empréstimos sobre apólices		1.890,02	1.890,02
Total	11.705.425,65	4.178,81	11.709.604,46

29. Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros				
2016				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de G&P	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de G&P	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.558.398,42		764,54	1.559.162,96
Perdas em passivos financeiros		352.747,58		352.747,58
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			311.741,02	311.741,02
Total	1.558.398,42	352.747,58	312.505,56	2.223.651,56

Euros				
2015				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de G&P	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de G&P	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.508.761,48			1.508.761,48
Perdas em passivos financeiros		419.401,86		419.401,86
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			308.469,98	308.469,98
Total	1.508.761,48	419.401,86	308.469,98	2.236.633,32

30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2016			
Ganhos e Perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.089.087,19	29.531,39	1.059.555,80
de ações	222.333,28	237.111,68	-14.778,40
Total	1.311.420,47	266.643,07	1.044.777,40

Euros			
2015			
Ganhos e Perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	671.912,11	161.331,23	510.580,88
de ações	48.619,70	247.643,05	-199.023,35
Total	720.531,81	408.974,28	311.557,53

31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor negativo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2016			
Ganhos e Perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	101.448,31	130.050,16	-28.601,85
de títulos de dívida	4.343,13	84.134,86	-79.791,73
de fundos de investimento	97.105,18	45.915,30	51.189,88
Juro técnico dos passivos financeiros	0,00	21.073,67	-21.073,67
Total	101.448,31	151.123,83	-49.675,52

Euros			
2015			
Ganhos e Perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	135.666,79	120.859,74	14.807,05
de títulos de dívida	0,00	0,00	0,00
de fundos de investimento	135.666,79	120.859,74	14.807,05
Juro técnico dos passivos financeiros	32.141,37	0,00	32.141,37
Total	167.808,16	120.859,74	46.948,42

32. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2016	2015
Outros Rendimentos/gastos		
Gastos técnicos	336,77	536,97
Relativos ao ramo Vida	336,77	536,97
Outros	336,77	536,97
Rendimentos técnicos	3.072,22	508,36
Relativos ao ramo Vida	3.072,22	508,36
Outros	3.072,22	508,36
Total	2.735,45	-28,61

33. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	4.747,64	6.333,47
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	174,20	(262,96)
Total	4.921,84	6.070,51

34. Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Outros Rendimentos/gastos		
Outros gastos	15.643,50	41.254,89
Gastos e perdas não correntes	14.666,13	40.523,85
Multas e penalidades	286,58	407,08
Outros gastos	14.379,55	40.116,77
Gastos e perdas financeiras	977,37	731,04
Diferenças de câmbio desfavoráveis	971,93	20,60
Outros gastos e perdas financeiras	5,44	710,44
Outros rendimentos	17.883,35	418.156,30
Rendimentos e ganhos não correntes	922,99	372.254,14
Outros	922,99	372.254,14
Rendimentos e ganhos financeiros	8.886,49	24.858,62
Juros obtidos	7.328,21	9.024,82
Diferenças de câmbio favoráveis	126,84	428,11
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.431,44	15.405,69
Outros	8.073,87	18.421,57
Ganhos com benefícios pós-emprego	0,00	2.621,97
Total	2.239,85	376.901,41

35. Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, *Universal Life*, Capitalização e PPR.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2016 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	2016					
	Rendas	Risco	Mistos	<i>Universal Life</i>	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	13%	13%	8%	5%	40%	21%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	93%	7%

Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	2015					
	Rendas	Risco	Mistos	<i>Universal Life</i>	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	9%	8%	6%	2%	22%	53%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	94%	6%

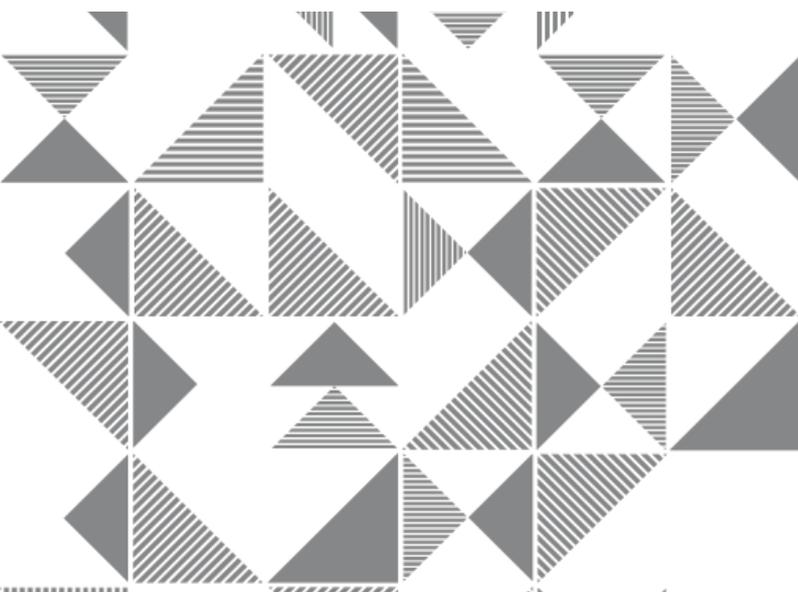
▼ Doca dos Pescadores – Setúbal



Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2016 e 2015:

Conta de ganhos e perdas	2016			
	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e Universal Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	42.898.540,93	16.429.613,52	17.538.776,03	8.930.151,38
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	33.904.442,51	7.514.665,14	7.736.769,69	18.653.007,68
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	11.778.160,82	6.672.121,71	10.994.489,90	-5.888.450,79
Participação nos resultados líquida de resseguro	480.211,61	163.212,42	0,00	316.999,19
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-79.778,85	0,00	-79.778,85	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	6.104.603,62	4.040.809,51	742.865,34	1.320.928,77
Rendimentos financeiros	11.984.991,30	3.075.655,26	1.913.796,41	6.995.539,63
Gastos financeiros	2.223.651,56	323.075,13	478.222,50	1.422.353,93
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.044.777,40	519.917,71	60.578,46	464.281,23
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-49.675,52	0,00	-49.675,52	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	2.735,45	1.328,94	687,45	719,06
Outras provisões (variação)	4.921,84	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	2.239,85	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	1.467.396,30	1.312.631,52	-408.405,75	565.852,52
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	361.667,92			
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos diferidos	0,00			
Resultado depois de impostos	1.105.728,38	1.312.631,52	-408.405,75	565.852,52

Euros



Euros

Conta de ganhos e perdas	2015			
	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e Universal Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	61.186.880,93	14.989.741,66	13.343.176,92	32.853.962,35
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	31.572.443,64	7.699.005,07	3.393.837,37	20.479.601,20
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	33.331.400,53	5.731.324,62	11.277.482,85	16.322.593,06
Participação nos resultados líquida de resseguro	528.461,55	27.498,70	20.283,50	480.679,35
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-587.357,59	0,00	-587.357,59	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.940.850,98	3.345.113,01	600.695,45	1.995.042,52
Rendimentos financeiros	11.709.604,46	2.857.332,12	1.617.919,47	7.234.352,87
Gastos financeiros	2.236.633,32	270.182,25	368.700,68	1.597.750,39
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	311.557,53	154.182,25	93.255,32	64.119,96
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	46.948,42	0,00	46.948,42	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	-28,61	-4,42	-11,24	-12,95
Outras provisões (variação)	6.070,51	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	376.901,41	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	603.361,20	928.127,96	27.646,63	-723.244,29
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	177.910,67			
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	0,00			
Resultado depois de impostos	425.450,53	928.127,96	27.646,63	-723.244,29

Nos exercícios de 2016 e de 2015, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

36. Entidades Relacionadas

36.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a Fundação MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou, nos anos 90, com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, liderando, hoje em dia, uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 50 países.

- ▲ A MAPFRE é a Companhia de referência do mercado segurador espanhol, o primeiro grupo multinacional segurador na América Latina, onde também é líder no seguro Não Vida. É um dos dez maiores grupos europeus em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos;
- ▲ Na atividade de Assistência, é a quarta seguradora mundial;
- ▲ A resseguradora da MAPFRE, a MAPFRE RE, encontra-se entre as 20 primeiras entidades no *ranking* mundial e desenvolve a sua atividade em todo o mundo.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 37 milhões de clientes, 37.000 empregados, 5.400 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 84.000 intermediários.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE Familiar, e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

36.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

36.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

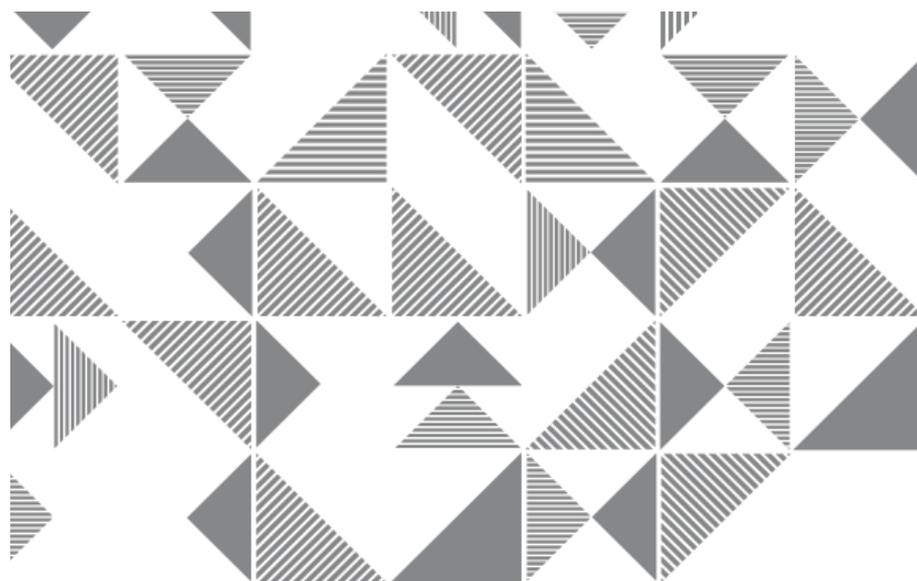
A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de abril, está relatada no Relatório de Gestão.

No decorrer de 2016, mais em concreto no passado dia 27 de dezembro de 2016, houve alterações ao Conselho de Administração, António Manuel Cardoso Belo renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, tendo sido eleito em sua substituição Luis Anula Rodriguez.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.
Vítor Manuel da Silva Reis	
Juan Fernández Palacios	MAPFRE Vida
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.



36.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

Apresentam-se de seguida as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as entidades relacionadas:

Euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2016	2015	2016	2015
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	233.376,25	228.702,02	288.153,66	248.997,70
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	8.851,06	0,00	0,00	0,00
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	235.063,47	211.432,40	3.736,00	2.392,27
Total	477.290,78	440.134,42	291.889,66	251.389,97

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2016	2015
Créditos e dívidas	-5.571,32	-2.358,00
Depósitos	199.539,75	229.822,21
Total	193.968,43	227.464,21

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2016	2015
Prémios adquiridos	734.032,12	854.678,11
Sinistros recebidos	452.501,92	503.885,82
Variação de provisões técnicas	-175.762,78	199.036,43
Comissões	32.527,05	34.946,82
Juros sobre depósitos	0,00	0,00

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2016	2015
Créditos e dívidas	4.771,00	-112.275,75
Depósitos	0,00	0,00
Provisões técnicas	1.249.670,42	1.423.412,40
Total	1.254.441,42	1.311.136,65

Euros

Entidade	Tipo de relação/ transação	Saldo em	Saldo em	Operações de resseguro				Outras operações	
		31.12.2016	31.12.2016	Ganhos e perdas					
Em Portugal		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro						
MAPFRE - Seguros Gerais	Seguradora/segurado							37.081,65	142.095,41
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente	-5.571,32							7,52
MAPFRE Assistência	Seguradora/segurado								139.993,78
	Resseguradora		-70.907,44	138.686,58	-32,22				
MAPFRE Vida Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana	Seguradora/segurado								193,70
	Proprietário/arrendatário							8.851,06	
Iberoassistencia	Seguradora/segurado								4.014,92
	Prestação serviços assistência/apoio telefónico SIM24							48.903,28	
MAPFRE RE	Seguradora/segurado								1.848,33
	Resseguradora		-635,52	3.583,18	0,00	0,00			
Em Espanha		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
MAPFRE Inversion	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE - Seguros de Vida							235.063,47	3.736,00
MAPFRE RE	Resseguradora		76.313,96	591.762,36	32.559,27	276.739,14	0,00		
Consultora Actuarial y de Pensiones MAPFRE Vida	Realização estudos atuariais							49.088,62	
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático							98.302,70	
Total		-5.571,32	4.771,00	734.032,12	32.527,05	276.739,14	0,00	477.290,78	291.889,66

37. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

37.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no *Market Consistent Embedded Value*. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- ▲ Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte, podendo reduzir o *Value In-Force* (VIF) apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias;
- ▲ Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o VIF, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no VIF:

Variação	2016		Total
	Produtos de morte e invalidez	Produtos financeiros	
<i>Value In-Force</i> (VIF) do negócio	7.803.666,00	-6.532.409,00	1.271.257,00
Aumento de mortalidade em 5 p.p.	-540.231,00	190.750,00	-349.481,00
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	9.512,00	-1.995.573,00	-1.986.061,00

Euros

b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do *Market Consistent Embedded Value* (sem gastos de administração) foram determinadas as TIR implícitas nas reservas de balanço, por modalidade.

Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIR e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Variação	2016	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de balanço	-7.568	
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de balanço	8.086	

Milhares de euros

Variação	2015	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de balanço	-12.350	
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de balanço	13.487	

Milhares de euros

c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

Rubrica	2016						Total
	Rendas	Risco	Mistos	<i>Universal Life</i>	Capitalização	PPR	
Prémios brutos emitidos	5.785.838,04	5.587.859,70	3.607.879,18	2.189.714,92	17.538.776,03	8.930.151,38	43.640.219,25
Prémios de resseguro cedido	0,00	719.628,47	10.710,43	5.149,58	0,00	0,00	735.488,48
% composição da carteira	13,3%	12,8%	8,3%	5,0%	40,2%	20,5%	100,0%
% média de retenção	100,0%	87,1%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	98,3%

Euros

Rubrica	2015						Total
	Rendas	Risco	Mistos	<i>Universal Life</i>	Capitalização	PPR	
Prémios brutos emitidos	5.634.044,49	5.034.996,51	3.734.476,62	1.478.342,49	13.343.176,92	32.853.962,35	62.078.999,38
Prémios de resseguro cedido	0,00	800.660,71	51.162,22	9.038,28	0,00	0,00	860.861,21
% composição da carteira	9,1%	8,1%	6,0%	2,4%	21,5%	52,9%	100,0%
% média de retenção	100,0%	84,1%	98,6%	99,4%	100,0%	100,0%	98,6%

Exercício de 2016

Contratos de resseguro		Risco	Mistos	<i>Universal Life</i>
Proporcional	Quota-parte	✓		
	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

37.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 13% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 50% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 63% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. detêm 36% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2016	2015
Provisão para sinistros	1.105.902,80	1.281.665,58
Provisão para prémios não adquiridos	143.767,62	141.746,82
Créditos por operações de resseguro cedido	76.313,96	0,00
Dívidas por operações de resseguro cedido	-71.542,96	-112.275,75
Total posição líquida	1.254.441,42	1.311.136,65

Euros

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico	
	2016	2015
A	1.324.476,65	1.311.136,65
BBB	-70.035,23	0,00
Total posição líquida	1.254.441,42	1.311.136,65

Euros

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2016 e 2015:

Milhares de euros

Conceito	2016							
	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão matemática	30.698	45.081	49.508	33.556	23.623	117.493	299.959	
Provisão para sinistros	6.343	320	241	191	184	460	7.739	
Provisão para participação nos resultados	540	48	159	170	192	2.353	3.462	
Provisão para prémios não adquiridos	750						750	
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	540	17	0	0	0	0	556	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.947	2.978	1.026	1.865	580	2.636	16.032	
Dívidas por operações de seguro direto	1.331						1.331	
Dívidas por operações de resseguro	72						72	
Total posição líquida	47.221	48.443	50.935	35.783	24.579	122.941	329.902	

Milhares de euros

Conceito	2015							
	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão matemática	45.388	31.156	41.282	43.873	29.634	121.467	312.800	
Provisão para sinistros	7.455	897	58	3	1	8	8.422	
Provisão para participação nos resultados	2.200	1.907	1.653	1.375	907	4.281	12.323	
Provisão para prémios não adquiridos	746						746	
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	716	293	191	740	491	70	2.501	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.635	6.667	2.796	1.102	905	2.584	17.689	
Dívidas por operações de seguro direto	938	42	31	21	10	0	1.043	
Dívidas por operações de resseguro	112						112	
Total posição líquida	61.191	40.962	46.011	47.113	31.949	128.410	355.636	

37.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo Atuário Responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

37.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2016 e 2015:

2016	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	78%
Rácio de custos de exploração	15%
Rácio combinado	94%
Rácio operacional	98%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

2015	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	52%
Rácio de custos de exploração	10%
Rácio combinado	62%
Rácio operacional	65%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

38.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- ▲ Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- ▲ Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- ▲ Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

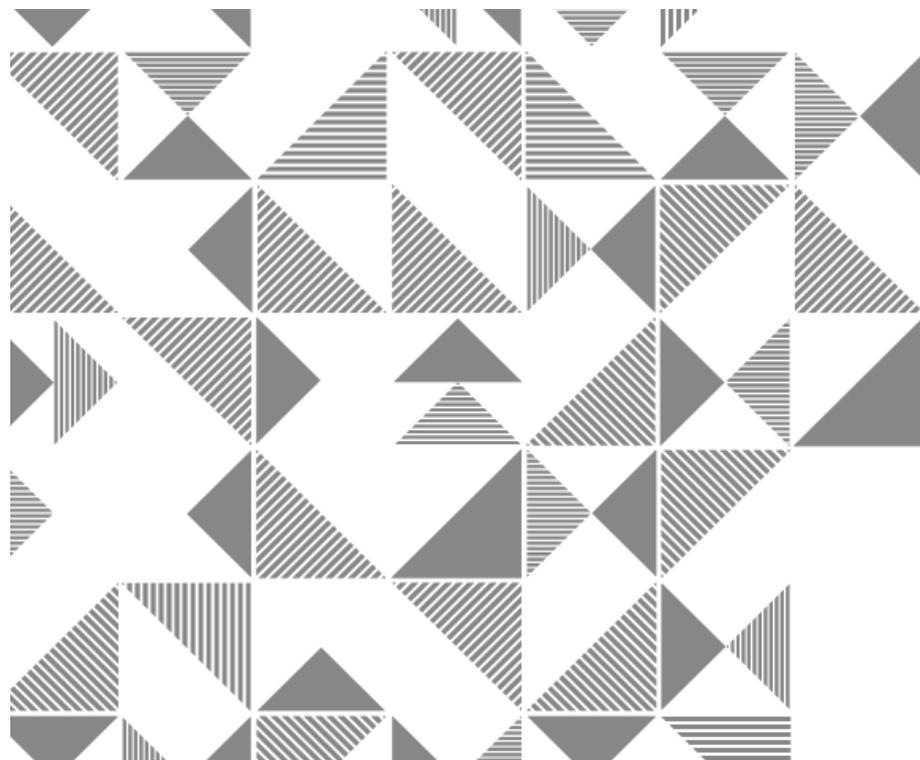
Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo, quer nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco, em termos probabilísticos, em função das volatilidades e correlações históricas.



38.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

2016					Euros
Classificação creditícia de emissores	Valor mercado				Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA	0,00	0,00	0,00		0,00
AA	507.290,00	3.847.410,00	847.730,00		5.202.430,00
A	0,00	16.611.970,00	1.548.790,00		18.160.760,00
BBB	115.576.830,00	11.981.390,00	8.083.250,00		135.641.470,00
BB ou menor	144.057.371,33	0,00	0,00		144.057.371,33
Total	260.141.491,33	32.440.770,00	10.479.770,00		303.062.031,33

2015					Euros
Classificação creditícia de emissores	Valor mercado				Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA	0,00	0,00	0,00		0,00
AA	512.630,00	4.809.700,00	80.480,00		5.402.810,00
A	0,00	28.385.462,15	3.027.790,00		31.413.252,15
BBB	135.082.200,00	4.686.333,40	7.008.880,00		146.777.413,40
BB ou menor	122.682.200,00	0,00	0,00		122.682.200,00
Total	258.277.030,00	37.881.495,55	10.117.150,00		306.275.675,55

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

2016						Euros
Tipo de moeda	Valor contabilístico					Total
	Ações	Unidades participação fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos		
Euro	13.584.941,54	6.798.157,55	303.062.031,33	327.032,35		323.772.162,77
Franco suíço	726.467,88	0,00	0,00	0,00		726.467,88
Libras	327.628,97	0,00	0,00	0,00		327.628,97
Total	14.639.038,39	6.798.157,55	303.062.031,33	327.032,35		324.826.259,62

2016						Euros
Tipo de moeda	Valor contabilístico					Total
	Ações	Unidades participação fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos		
Euro	8.611.718,74	5.570.842,18	306.275.675,55	294.449,07		320.752.685,54
Franco suíço	697.579,55	0,00	0,00	0,00		697.579,55
Libras	133.601,48	0,00	0,00	0,00		133.601,48
Total	9.442.899,77	5.570.842,18	306.275.675,55	294.449,07		321.583.866,57

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros

2016									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:					Após 5 anos	Taxa de juro (%)	Duração modificada (%)
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	10.001	0	0	0	0	5.078	4.922	2,6969	4,3539
Ativos financeiros disponíveis p/ venda									
Títulos de dívida	293.061	38.397	22.506	47.813	2.753	35.117	146.475	3,6334	4,9579
Total	303.062	38.397	22.506	47.813	2.753	40.196	151.398	-	-

Milhares de euros

2015 (Reexpresso)									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:					Após 5 anos	Taxa de juro (%)	Duração modificada (%)
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida									
Ativos financeiros disponíveis p/ venda									
Títulos de dívida	306.276	35.678	39.942	23.716	47.792	4.162	154.985	3,8543	4,8762
Total	306.276	35.678	39.942	23.716	47.792	4.162	154.985	-	-

No quadro que se segue mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2016	2015 (Reexpresso)
Capital próprio	32,70	35,29
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-6,54	-7,08
Capital próprio após o impacto	26,16	28,20
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	6,54	7,08
Capital próprio após o impacto	39,24	42,37

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco) (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Milhões de euros

2016		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Ativos financeiros disponíveis p/ venda		
Instrumentos de rendimento variável	21,44	8,95
Total	21,44	8,95

Milhões de euros

2015		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Ativos financeiros disponíveis p/ venda		
Instrumentos de rendimento variável	15,01	5,12
Total	15,01	5,12

d) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição, por setor, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2016 e 2015:

Euros

Sector de atividade	Valor balanço 2016	Valor balanço 2015
Dívida pública e de Outros emissores públicos	260.141.484,33	258.277.033,84
Instituições financeiras	43.357.746,18	46.246.133,93
Energia	7.456.013,00	5.982.346,45
Petrolíferas	5.822.662,03	5.299.439,65
Indústrias	3.116.759,61	2.196.401,04
Comunicações	2.754.295,26	2.470.612,92
Tecnológicas	1.197.747,73	473.971,83
Distribuição	501.339,58	0,00
Imobiliário	151.179,55	343.477,84
Total	324.499.227,27	321.289.417,50

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento dos exercícios de 2016 e 2015:

Milhares de euros

Conceito	2016							
	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.998						3.998	
Ativos financeiros	47.515	48.868	50.791	11.248	41.078	161.889	361.389	
Empréstimos concedidos e contas a receber	92	34	34	11	34	123	327	
Contas a receber por operações de seguro direto	2.901	0	0	0	0	0	2.901	
Total Ativo	54.505	48.902	50.825	11.258	41.112	162.012	368.615	
Passivo								
Provisão matemática	30.698	45.081	49.508	33.556	23.623	117.493	299.959	
Provisão para sinistros	6.343	320	241	191	184	460	7.739	
Provisão para participação nos resultados	540	48	159	170	192	2.353	3.462	
Provisão para prémios não adquiridos	750						750	
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	540	17	0	0	0	0	556	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.947	2.978	1.026	1.865	580	2.636	16.032	
Dívidas por operações de seguro direto	1.331						1.331	
Dívidas por operações de resseguro	72						72	
Total passivo	47.221	48.443	50.935	35.783	24.579	122.941	329.902	

Milhares de euros

Conceito	2015							
	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.389						2.389	
Ativos financeiros disponíveis para venda	57.935	46.179	31.346	48.239	8.888	159.555	352.142	
Empréstimos concedidos e contas a receber	42	82	27	28	16	101	295	
Contas a receber por operações de seguro direto	1.840	82	61	41	20	0	2.045	
Total ativo	62.206	46.343	31.435	48.308	8.924	159.655	356.871	
Passivo								
Provisão matemática	45.388	31.156	41.282	43.873	29.634	121.467	312.800	
Provisão para sinistros	7.455	897	58	3	1	8	8.422	
Provisão para participação nos resultados	2.200	1.907	1.653	1.375	907	4.281	12.323	
Provisão para prémios não adquiridos	746						746	
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	716	293	191	740	491	70	2.501	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.635	6.667	2.796	1.102	905	2.584	17.689	
Dívidas por operações de seguro direto	938	42	31	21	10	0	1.043	
Dívidas por operações de resseguro	112						112	
Total passivo	61.191	40.962	46.011	47.113	31.949	128.410	355.636	

39. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

39.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A Área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- ▲ Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- ▲ Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- ▲ Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- ▲ Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- ▲ Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating* A da Standard & Poors;
- ▲ Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- ▲ Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- ▲ O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- ▲ O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- ▲ O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas. Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- ▲ Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- ▲ Comissão Crescimento Todos os Canais: discute os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- ▲ Comissão Reequilíbrio Técnico: define as normas de subscrição e respetivas delegações, procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- ▲ Comissão de Operações: realiza o seguimento de projetos de adequação do *Backoffice*, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- ▲ Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;

- ▲ Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- ▲ Grupo de Trabalho de Alterações: atribui prioridades e discutem-se as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2016.

Por outro lado, mensalmente, a Área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.



39.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano, em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2016, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2016	2015
Geral	63,06	59,39
Desenvolvimento de produtos	64,12	57,41
Emissão	64,35	61,09
Sinistros	61,32	60,49
Gestão administrativa	58,49	54,43
Atividades comerciais	61,26	62,87
Recursos humanos	60,17	56,73
Comissões	60,48	58,77
Cosseguro/resseguro	63,49	67,99
Provisões técnicas	61,46	56,31
Investimentos	62,30	62,17
Sistemas tecnológicos	61,36	61,52
Atendimento ao cliente	63,18	56,42



40. Elementos Extrapatrimoniais

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor, até ao ano 2020, fluxos futuros contratualizados no valor de 29.832,76 euros, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

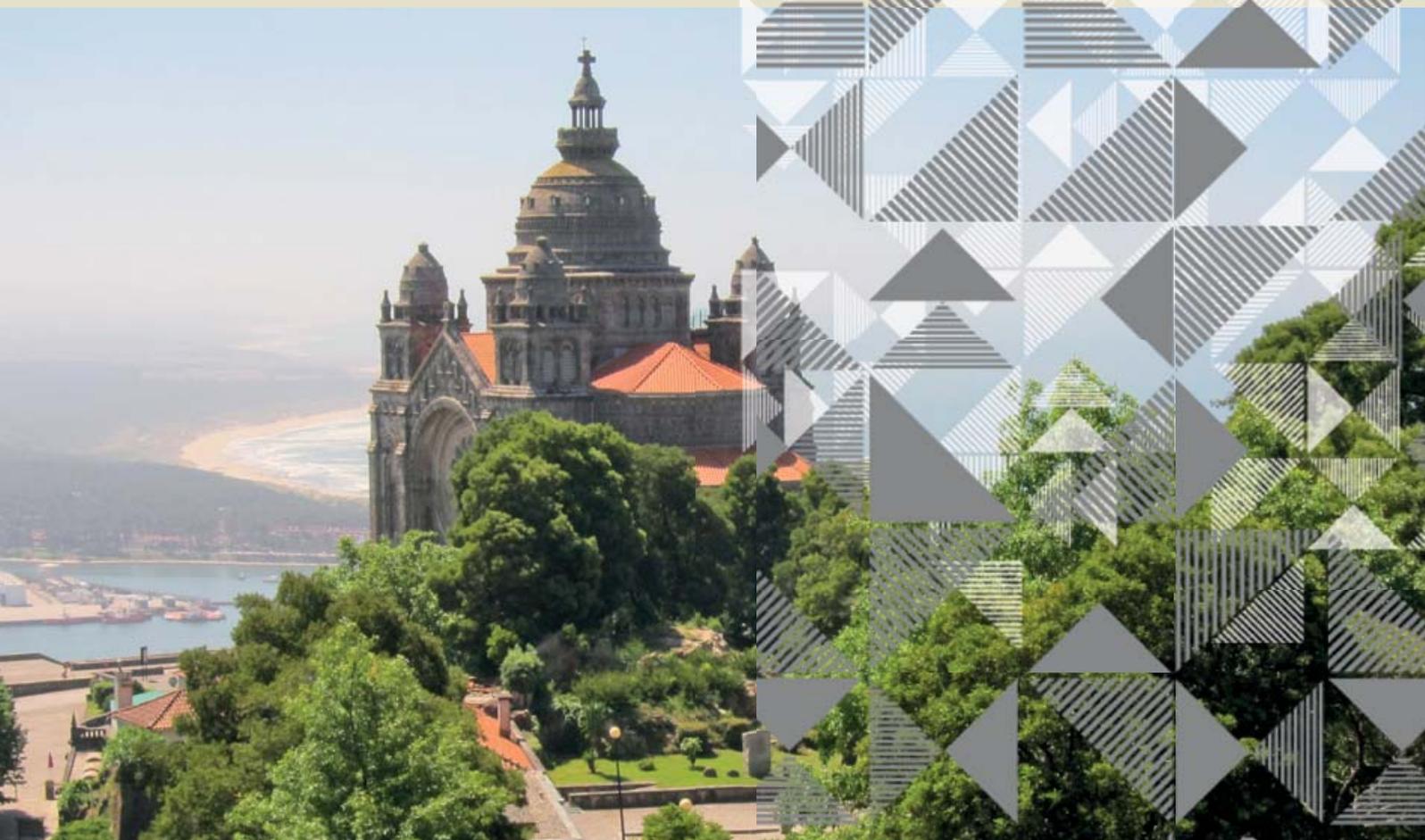
Conceito	Fluxos futuros contratualizados			
	2017	2018	2019	2020
<i>Leasing</i> operacional com viaturas	14.593,24	6.349,80	6.349,80	2.539,92
Total	14.593,24	6.349,80	6.349,80	2.539,92

Euros

41. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Nada a divulgar.

▼ Santuário de Santa Luzia – Viana do Castelo



42. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

42.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013, introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em ou após 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas: Alterações no método de disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações: Contratos de serviços prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam – adicionando orientação de aplicação adicional – quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações à IFRS 7 – Compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano

da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 – Relato financeiro intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 – Benefícios dos empregados: Taxa de desconto: Emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 – Relato financeiro intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A da IAS 34 devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

Estas alterações não são aplicáveis à MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- ▲ Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (*Bearer Plants*) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- ▲ Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- ▲ Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- ▲ Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

42.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido

é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura, resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de

imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- ▲ No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ▲ Ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

42.3. Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

IFRS 14 – Contas diferidas regulatórias

O IASB emitiu, em 30 de janeiro de 2014, uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 – Locações

O IASB emitiu em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- ▲ Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- ▲ Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas;
- ▲ Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- ▲ Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- ▲ Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em ou após 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em ou após 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Lisboa, 23 de março de 2017

Manuela Mendes
Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

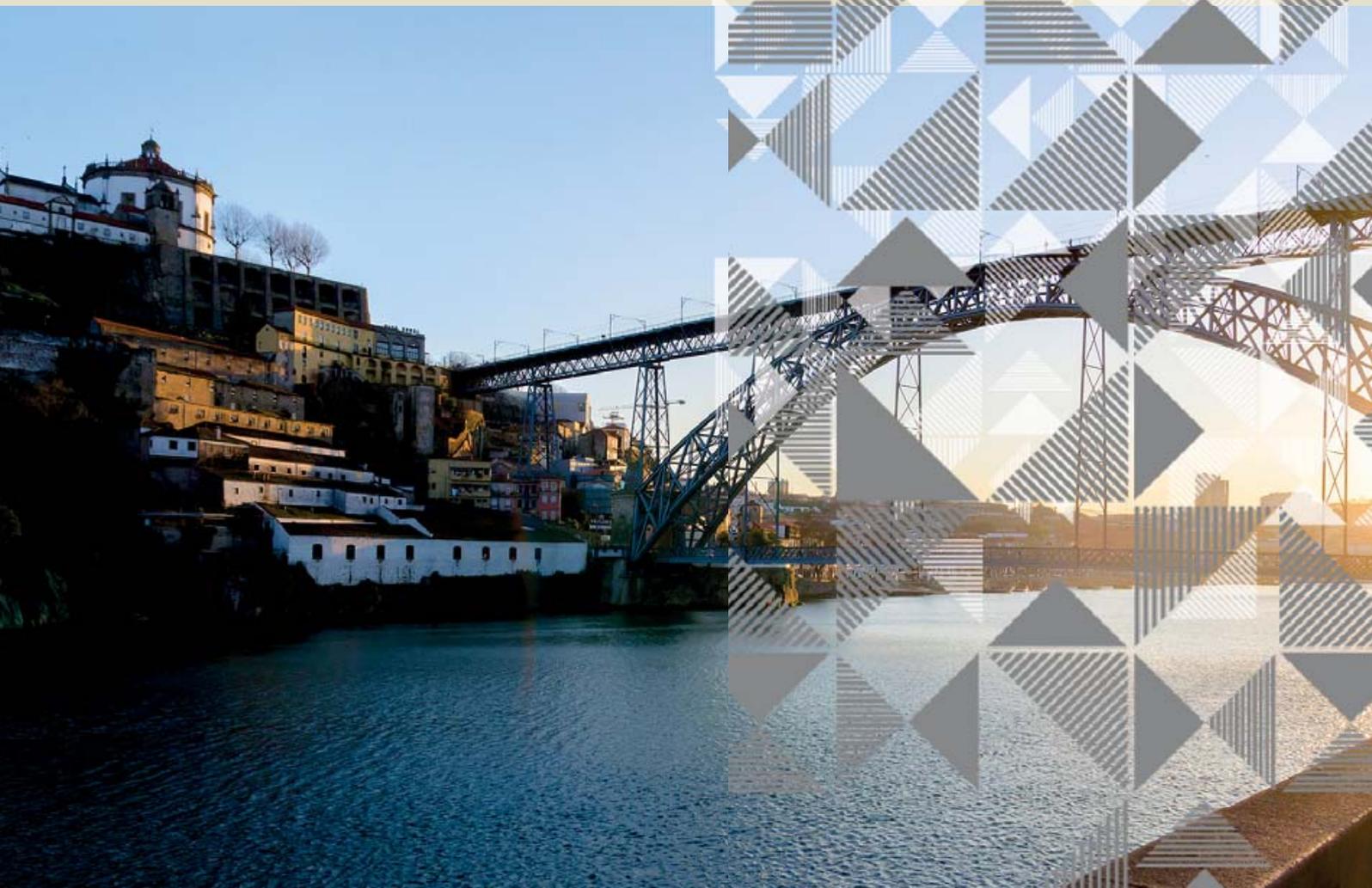
Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

▼ Ponte de D. Luís – Porto



Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.1. (2016)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEA0E0021	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		12.214.500,00	13.620.585,95	116,19	14.192.595,04	112,43	13.733.227,06
PTOTEL0E0010	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017		23.900.000,00	24.773.637,34	96,47	23.057.422,70	104,57	24.992.960,75
PTOTEM0E0027	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		26.020.000,00	28.662.999,47	103,00	26.801.617,09	112,77	29.343.618,51
PTOTEN0E0018	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018		4.875.000,00	5.188.671,03	105,49	5.142.540,00	108,87	5.307.540,90
PTOTEY0E0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		16.344.000,00	17.682.246,71	97,01	15.855.763,01	110,94	18.132.199,27
PTOTEQ0E0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		13.440.000,00	15.409.304,50	118,88	15.977.002,99	119,61	16.075.300,56
PTOTES0E0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,14/2037		1.032.000,00	992.744,45	103,08	1.063.832,40	99,13	1.023.000,43
PTOTER0E0014	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		3.517.000,00	3.378.303,04	107,64	3.785.756,11	99,45	3.497.830,59
PTOTEK0E0011	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		2.588.000,00	2.459.001,44	105,46	2.729.244,92	95,63	2.474.901,69
PTOTES0E0013	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		22.275.000,00	22.005.924,12	99,44	22.150.299,05	99,25	22.107.961,93
PTOTEBOE0020	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	4.821.126,61	103,39	5.442.581,54	95,18	5.010.414,87
PTOTETOE0012	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		2.500.000,00	2.326.117,91	95,35	2.383.750,00	94,34	2.358.412,43
	Subtotal	0	133.969.500,00	141.320.662,57		138.582.404,85		144.057.368,99
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.	0	133.969.500,00	141.320.662,57		138.582.404,85		144.057.368,99
	Subtotal 2.1.	0	133.969.500,00	141.320.662,57		138.582.404,85		144.057.368,99
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG	4.108		283.968,52	63,17	259.490,63	69,13	283.968,52
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.034		224.363,30	111,59	115.384,62	216,99	224.363,30
CH0038863350	NESTLE S.A.	3.201		218.136,06	31,58	101.073,70	68,15	218.136,06
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	24.908		407.370,33	13,12	326.902,65	16,35	407.370,33
DE0007164600	SAP SE	5.502		455.620,62	67,31	370.352,70	82,81	455.620,62
DE0007236101	SIEMENS AG	5.827		680.593,60	89,56	521.864,00	116,80	680.593,60
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.633		293.368,45	150,22	245.313,18	179,65	293.368,45
DE000BAY0017	BAYER A.G.	4.502		446.283,26	65,33	294.132,80	99,13	446.283,26
DE000ENAG999	E.ON SE	14.631		98.027,70	7,44	108.847,74	6,70	98.027,70
DE000UNSE018	UNIPER SE	1.468		19.252,82	9,72	14.275,85	13,12	19.252,82
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	14.635		151.179,55	9,30	136.140,42	10,33	151.179,55
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	25.549		339.673,95	12,28	313.703,06	13,29	339.673,95

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	103.661		664.881,65	6,36	659.430,90	6,41	664.881,65
ES0113679137	BANKINTER	15.576		114.639,36	2,85	44.391,37	7,36	114.639,36
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	221.848		1.100.144,21	4,58	1.016.694,51	4,96	1.100.144,21
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	11.678		209.152,98	18,11	211.463,03	17,91	209.152,98
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	5.911		61.533,51	9,92	58.619,13	10,41	61.533,51
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.615		68.178,97	5,36	78.365,48	4,66	68.178,97
ES0130960018	ENAGAS	10.516		253.698,50	21,78	229.064,84	24,13	253.698,50
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	169.614		1.057.373,67	4,39	745.252,57	6,23	1.057.373,67
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	3.730		120.963,90	27,14	101.228,05	32,43	120.963,90
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	15.185		455.853,70	24,56	372.901,70	30,02	455.853,70
ES0173093024	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A.	7.984		143.113,20	12,56	100.271,12	17,93	143.113,20
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	46.812		628.217,04	10,81	505.942,19	13,42	628.217,04
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	86.624		764.023,68	9,93	859.907,20	8,82	764.023,68
ES0673516995	REPSOL YPF,S.A.	46.812		16.477,81	0,35	16.571,44	0,35	16.477,81
FR0000120172	CARREFOUR SA	13.639		312.196,71	26,84	366.096,81	22,89	312.196,71
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.304		940.490,88	42,74	825.145,05	48,72	940.490,88
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	4.156		319.596,40	69,81	290.129,98	76,90	319.596,40
FR0000120644	DANONE S.A.	5.400		325.080,00	51,71	279.237,85	60,20	325.080,00
FR0000125486	VINCI S.A.	2.552		165.114,40	50,13	127.939,00	64,70	165.114,40
FR0000127771	VIVENDI SA	13.940		251.686,69	18,95	264.168,47	18,05	251.686,69
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	15.509		939.069,95	46,92	727.707,38	60,55	939.069,95
FR0000133308	ORANGE S.A.	24.388		352.040,77	11,91	290.373,19	14,43	352.040,77
FR0010208488	ENGIE S.A.	19.025		230.583,00	15,16	288.511,84	12,12	230.583,00
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.714		43.939,45	5,95	33.981,94	7,69	43.939,45
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.845		125.161,18	17,13	117.243,37	18,29	125.161,18
GB0031348658	BARCLAYS PLC	23.171		60.609,43	2,28	52.922,17	2,62	60.609,43
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	7.413		192.626,80	23,02	170.623,69	25,98	192.626,80
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	41.855		97.918,91	2,10	87.715,84	2,34	97.918,91
IT0003128367	ENEL SPA	57.106		239.159,92	4,08	232.782,31	4,19	239.159,92
IT0003132476	ENI SPA	26.822		414.936,34	14,95	400.907,71	15,47	414.936,34
NL0000009355	UNILEVER PLC	5.459		213.528,78	31,01	169.265,71	39,11	213.528,78
NL0011821202	ING GROEP N.V.	10.412		139.208,44	12,95	134.870,35	13,37	139.208,44
	Subtotal	1.170.274		14.639.038,39		12.667.207,54		14.639.038,39
	2.2.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	347.538		2.086.832,98	5,93	2.060.396,00	6,00	2.086.832,98
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	74.723		463.898,27	6,09	455.000,00	6,21	463.898,27
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	54.644		349.058,99	6,13	335.000,00	6,39	349.058,99
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233		694.547,62	7,57	600.000,01	8,77	694.547,62
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I.	8.807		136.626,45	14,52	127.862,57	15,51	136.626,45
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO STOXX 50 UCITS	12.780		853.384,50	70,48	900.680,96	66,78	853.384,50
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.885		1.254.506,74	246,37	957.017,65	322,95	1.254.506,74
LU0592216393	DB X-TRACKERS IBEX 35 INDEX ET	45.400		959.302,00	24,25	1.101.001,89	21,13	959.302,00
	Subtotal	627.011		6.798.157,55		6.536.959,08		6.798.157,55

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço
2.2.1.4. Outros							
Subtotal							
Subtotal 2.2.1.		1.797.285		21.437.195,94		19.204.166,62	21.437.195,94
2.2.2. Títulos de dívida							
2.2.2.1. De dívida pública							
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	999.421,76	103,01	695.317,61	153,57 1.036.602,09
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	4.087.362,31	72,19	3.032.073,07	97,32 4.087.362,31
ES00000120J8	TESORO PÚBLICO 3,8 1/2017		1.970.000,00	1.976.754,29	98,54	1.941.246,27	103,83 2.045.478,22
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	6.173.927,37	88,17	3.756.101,64	147,01 6.262.570,38
ES00000121A5	TESORO PÚBLICO 4,1 7/2018		450.000,00	481.285,02	111,53	501.868,40	108,69 489.119,95
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		1.000.000,00	1.267.578,94	127,98	1.279.790,00	131,16 1.311.644,52
ES00000121O6	TESORO PÚBLICO 4,3 10/2019		1.775.000,00	1.994.424,60	114,54	2.033.105,60	113,09 2.007.389,39
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	35.487,48	99,77	24.943,70	143,95 35.986,45
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		3.545.000,00	4.533.237,52	102,99	3.650.912,44	129,85 4.603.239,12
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		1.400.000,00	1.651.420,85	111,96	1.567.500,00	118,78 1.662.954,55
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	12.086.305,57	103,74	10.218.345,96	126,41 12.451.430,23
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	5.859.340,66	117,11	4.883.688,21	143,02 5.963.819,16
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.395.000,00	3.050.609,17	110,33	2.642.403,10	132,74 3.179.232,45
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	2.736.960,88	70,49	1.973.854,55	97,75 2.736.960,88
ES00000123Q7	TESORO PÚBLICO 4,5 1/2018		3.500.000,00	3.682.750,73	102,68	3.593.775,12	109,35 3.827.340,89
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		3.075.000,00	3.802.961,21	111,62	3.432.252,50	124,42 3.825.943,68
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	3.598.605,06	101,83	2.408.301,33	154,60 3.656.353,18
ES00000124B7	TESORO PÚBLICO 3,75 10/2018		6.000.000,00	6.447.923,45	104,01	6.240.432,91	108,10 6.486.142,63
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	2.190.185,59	116,69	1.848.408,60	139,14 2.204.042,33
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.296.000,00	4.972.185,10	125,25	4.128.364,94	151,73 5.001.018,32
ES00000124V5	TESORO PÚBLICO 2,75 4/2019		5.100.000,00	5.447.518,45	103,21	5.263.557,50	108,67 5.542.043,10
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		1.900.000,00	2.276.813,38	106,31	2.019.903,59	122,39 2.325.474,20
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		4.000.000,00	3.863.027,71	75,21	3.008.580,64	96,58 3.863.027,71
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	3.935.694,29	104,77	3.666.950,00	112,92 3.952.043,61
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	584.518,92	43,26	302.837,99	83,50 584.518,92
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	519.201,71	34,45	241.146,79	74,17 519.201,71
ES0000012783	TESORO PÚBLICO 5,5 7/2017		7.535.000,00	7.790.838,77	105,73	7.967.078,51	105,73 7.966.827,46
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		5.560.000,00	7.357.090,66	92,52	5.144.012,38	136,18 7.571.469,68
FR0120746609	REPÚBLICA DE FRANCIA 1 7/2017		500.000,00	505.094,75	100,17	500.845,30	101,46 507.286,53
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	508.950,32	108,85	380.965,12	147,81 517.317,53
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018		1.500.000,00	1.576.705,21	104,22	1.563.270,00	106,98 1.604.769,01
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		4.500.000,00	4.946.777,53	102,30	4.603.533,26	111,44 5.015.023,18
Subtotal		0	94.180.000	110.940.959		94.515.367,03	112.843.633,37
2.2.2.2. De outros emissores públicos							
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017		1.450.000,00	1.497.768,86	97,03	1.406.905,01	104,37 1.513.336,50
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	1.237.809,62	98,90	989.000,00	128,70 1.286.960,31
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018		400.000,00	422.336,80	100,34	401.360,00	110,05 440.185,16
Subtotal		0	2.850.000	3.157.915		2.797.265,01	3.240.481,97

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço
2.2.2.3. De outros emissores							
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	5.006.107,40	100,05	5.002.500,00	5.078.230,69
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	4.918.336,33	100,05	5.002.500,00	4.922.476,61
ES0370148019	AYT CÉDULAS CAJAS V F.T.A. 4,75 12/2018		500.000,00	546.181,60	97,20	486.000,00	548.003,52
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018		2.250.000,00	2.370.617,19	98,27	2.211.090,90	2.438.510,17
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	2.046.390,84	86,55	1.557.874,11	2.108.610,10
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	5.143.156,32	93,29	3.965.003,78	5.321.342,80
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	999.404,73	98,93	890.367,00	1.023.467,40
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	1.006.823,07	99,26	893.349,00	1.026.962,11
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	278.868,56	99,34	248.346,07	286.348,01
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FINANCE BV 6,375 5/2017		300.000,00	308.156,21	99,88	299.652,00	319.526,42
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018		930.000,00	1.003.138,37	110,05	1.023.451,70	1.042.580,57
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	771.250,62	99,97	599.790,91	786.636,92
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	221.934,37	105,04	210.079,87	224.352,86
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018		300.000,00	320.141,48	99,57	298.719,00	321.916,82
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		1.100.000,00	1.350.012,13	119,58	1.315.331,39	1.405.317,27
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019		600.000,00	676.260,57	99,46	596.760,00	695.875,64
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		2.900.000,00	3.198.332,40	100,07	2.901.961,55	3.320.780,14
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	885.879,46	107,03	792.022,00	909.212,27
XS0801636902	NORDEA BANK AB - SUECIA 3,25 7/2022		3.280.000,00	3.794.843,96	99,25	3.255.236,00	3.847.413,82
XS0828012863	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 5,811 9/2017		500.000,00	520.284,25	114,88	574.380,00	529.677,37
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017		500.000,00	516.700,58	102,63	513.140,91	521.823,87
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	342.429,22	100,64	301.928,22	351.577,50
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022		1.200.000,00	1.407.007,75	112,74	1.352.925,00	1.440.768,02
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING UN 2,25 7/2020		700.000,00	755.834,23	99,69	697.802,00	762.954,09
XS0997520258	CREDIT AGRICOLE S.A. LONDON 2,375 11/2020		300.000,00	326.473,08	107,19	321.582,00	327.156,30
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	249.060,45	99,56	238.955,29	253.449,79
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		80.000,00	83.980,16	99,51	79.608,00	84.780,16
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		2.400.000,00	2.504.831,33	99,92	2.398.176,00	2.506.458,72
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	409.954,12	99,59	398.348,00	414.058,23
XS1496344794	SANTANDER CONSUMER BANK AS 0,25 9/2019		100.000,00	100.214,43	99,67	99.672,00	100.278,81
	Subtotal	0	38.520.000,00	42.062.605,21		38.526.552,70	42.920.547,00
	Subtotal 2.2.2.	0	135.550.000,00	156.161.479,75		135.839.184,74	159.004.662,34
	Subtotal 2.2.	1.797.285	135.550.000,00	177.598.675,69		155.043.351,36	180.441.858,28
2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.						
2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.						
	Total 2.	1.797.285	269.519.500,00	318.919.338,26		293.625.756,21	324.499.227,27
	Total geral	1.797.285	269.519.500,00	318.919.338,26		293.625.756,21	324.499.227,27

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.2. (2015)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTE6OE0006	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,2 10/2016		2.200.000,00	2.273.700,07	94,85	2.086.614,68	104,25	2.293.391,87
PTOTEAOE0021	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		11.514.500,00	13.809.853,88	116,27	13.388.348,04	120,85	13.915.749,53
PTOTELOE0010	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017		23.900.000,00	25.724.401,46	96,41	23.041.950,75	108,55	25.943.125,64
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		25.020.000,00	28.510.200,63	102,70	25.695.297,09	116,56	29.162.873,99
PTOTENOE0018	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018		1.875.000,00	2.070.760,41	102,28	1.917.780,00	112,87	2.116.354,67
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		14.059.000,00	15.850.229,10	95,19	13.383.463,89	115,49	16.236.217,80
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		7.505.000,00	9.321.032,66	117,88	8.846.905,10	129,15	9.692.787,18
PTOTE5OE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		882.000,00	962.649,88	102,45	903.639,90	112,07	988.437,54
PTOTEROE0014	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		2.287.000,00	2.486.050,30	109,80	2.511.042,11	112,10	2.563.745,64
PTOTEKOE0011	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		2.588.000,00	2.670.250,79	105,46	2.729.244,92	103,79	2.686.107,60
PTOTESOE0013	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		15.000.000,00	15.325.401,62	99,79	14.968.050,00	102,85	15.428.214,99
PTOTEBOE0020	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		1.489.000,00	1.597.325,87	111,11	1.654.414,54	111,16	1.655.196,98
	Subtotal	0	108.319.500,00	120.601.856,67		111.126.751,02		122.682.203,43
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.	0	108.319.500,00	120.601.856,67		111.126.751,02		122.682.203,43
	Subtotal 2.1.	0	108.319.500,00	120.601.856,67		111.126.751,02		122.682.203,43

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG	2.700		215.453,91	61,82	166.910,64	79,80	215.453,91
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.034		262.742,00	111,59	115.384,62	254,10	262.742,00
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.201		219.383,64	31,58	101.073,70	68,54	219.383,64
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	17.127		285.849,63	11,00	188.312,53	16,69	285.849,63
DE0007236101	SIEMENS AG	2.841		255.349,08	84,98	241.440,28	89,88	255.349,08
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.612		297.494,60	139,66	225.123,91	184,55	297.494,60
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.344		387.235,20	54,44	182.037,97	115,80	387.235,20
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	10.895		156.996,95	10,93	119.041,79	14,41	156.996,95
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	82.951		559.006,77	7,66	635.412,99	6,74	559.006,77
ES0113679137	BANKINTER	15.576		101.929,34	2,85	44.391,37	6,54	101.929,34
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	155.610		709.270,37	5,17	804.636,33	4,56	709.270,37
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	8.838		166.286,96	18,24	161.223,59	18,81	166.286,96
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	1.975		17.121,27	9,44	18.636,47	8,67	17.121,27
ES0130960018	ENAGAS	6.374		165.724,00	16,32	104.023,71	26,00	165.724,00
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	131.556		861.691,80	4,18	550.210,37	6,55	861.691,80
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	9.716		262.477,74	23,82	231.418,10	27,02	262.477,74
ES0173093115	RED ELECTRICA CORPORACIÓN S.A.	1.332		102.710,52	36,12	48.113,25	77,11	102.710,52
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	23.718		240.026,16	12,01	284.904,23	10,12	240.026,16
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	55.430		567.326,05	11,92	660.801,53	10,24	567.326,05
FR0000120172	CARREFOUR SA	9.659		257.412,35	27,94	269.845,19	26,65	257.412,35
FR0000120271	TOTAL SA	14.861		613.239,16	42,68	634.249,94	41,26	613.239,16
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	1.416		111.297,60	60,73	85.990,61	78,60	111.297,60
FR0000120644	DANONE S.A.	4.511		280.945,08	49,46	223.117,94	62,28	280.945,08
FR0000125486	VINCI S.A.	2.137		126.382,18	48,15	102.896,13	59,14	126.382,18
FR0000127771	VIVENDI SA	13.075		259.669,50	19,05	249.066,77	19,86	259.669,50
FR0000131104	BNP PARIBAS SA – PARIS	7.084		369.997,32	49,20	348.515,21	52,23	369.997,32
FR0000133308	ORANGE S.A.	22.412		347.049,81	11,27	252.553,26	15,48	347.049,81
FR0010208488	ENGIE S.A.	8.016		130.861,20	17,09	136.998,72	16,33	130.861,20
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	2.269		42.303,20	14,33	32.508,14	18,64	42.303,20
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	5.151		108.660,34	23,19	119.451,73	21,09	108.660,34
IT0003132476	ENI SPA	14.553		200.831,40	16,09	234.139,46	13,80	200.831,40
NL0000009355	UNILEVER PLC	3.271		131.183,45	25,74	84.205,51	40,10	131.183,45
DE0007164600	SAP SE	2.746		201.501,48	62,93	172.797,35	73,38	201.501,48
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	57.183		222.556,23	4,10	234.279,58	3,89	222.556,23
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	1.435		45.475,15	23,51	33.740,88	31,69	45.475,15
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	30.423		91.298,28	1,81	54.950,62	3,00	91.298,28
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	7.456		40.590,46	5,44	40.529,95	5,44	40.590,46
ES0178430049	TELEFONICA, S.A.	1.630		16.683,04	12,04	19.622,73	10,23	16.683,04
ES0673516979	REPSOL YPF,S.A.	23.718		10.886,55	0,47	11.047,93	0,46	10.886,55
	Subtotal	768.836		9.442.899,77		8.223.605,03		9.442.899,77

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
Subtotal								
2.2.1.2. Títulos de participação								
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233		699.822,41	7,57	600.000,01	8,83	699.822,41
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I.	8.807		138.175,91	14,52	127.862,57	15,69	138.175,91
ES0138777034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 3, F.I.	2.643		23.161,96	7,32	19.353,00	8,76	23.161,96
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	820		23.143,81	20,92	17.160,23	28,21	23.143,81
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA MEDIO F.I.	7.372		141.758,93	16,54	121.930,30	19,23	141.758,93
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I.	37		50.428,27	1.059,07	39.217,51	1.361,82	50.428,27
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	4.141		1.316.803,95	212,51	880.000,02	317,99	1.316.803,95
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO STOXX 50 UCITS	12.780		824.054,40	70,48	900.680,96	64,48	824.054,40
LU0592216393	DB X-TRACKERS IBEX 35 INDEX ET	45.400		939.326,00	24,25	1.101.001,89	20,69	939.326,00
ES0165197031	FONDMAPFRE RENTA CORTO F.I.	1.660		21.855,81	13,18	21.865,19	13,17	21.855,81
ES0112835006	P/F. FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE FI	137.731		824.700,91	6,03	830.000,00	5,99	824.700,91
ES0137910008	P/F. FONDMAPFRE ELECCION MODERADA FI	53.413		326.062,46	6,18	330.000,00	6,10	326.062,46
ES0138022001	P/F. FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA FI	38.749		241.547,36	6,19	240.000,00	6,23	241.547,36
Subtotal		392.786		5.570.842,18		5.229.071,68		5.570.842,18
2.2.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		1.161.622		15.013.741,95		13.452.676,71		15.013.741,95
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES0000011868	TESORO PUBLICO 6 1/2029		675.000,00	967.918,87	103,01	695.317,62	148,90	1.005.090,10
ES0000011967	TESORO PUBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	3.927.323,42	72,19	3.032.073,07	93,51	3.927.323,42
ES00000120G4	TESORO PUBLICO 3,15 1/2016		840.000,00	842.409,79	102,75	863.129,63	103,18	866.695,00
ES00000120J8	TESORO PUBLICO 3,8 1/2017		1.970.000,00	2.052.162,06	98,54	1.941.246,27	107,66	2.120.869,19
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	5.780.070,89	88,17	3.756.101,66	137,76	5.868.471,70
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	33.118,57	99,77	24.943,70	134,46	33.616,18
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025		4.545.000,00	5.724.883,87	103,14	4.687.645,26	127,93	5.814.386,85
ES00000122T3	TESORO PUBLICO 4,85 10/2020		875.000,00	1.046.543,46	108,08	945.720,00	120,43	1.053.732,32
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021		9.050.000,00	11.263.544,74	101,89	9.221.369,97	128,16	11.598.098,02
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026		4.250.000,00	5.888.896,65	117,45	4.991.623,42	141,06	5.995.088,59
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016		7.200.000,00	7.460.438,88	99,31	7.150.653,02	104,34	7.512.274,95
ES00000123K0	TESORO PUBLICO 5,85 1/2022		1.865.000,00	2.400.703,43	104,61	1.950.912,11	134,09	2.500.838,60
ES00000123N4	TESORO PUBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	2.631.538,03	70,49	1.973.854,55	93,98	2.631.538,03
ES00000123Q7	TESORO PUBLICO 4,5 1/2018		3.500.000,00	3.821.426,24	102,68	3.593.775,12	113,31	3.965.981,03
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023		1.725.000,00	2.109.496,92	102,35	1.765.592,50	123,04	2.122.354,30
ES0000012411	TESORO PUBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	3.431.496,36	101,83	2.408.301,33	147,53	3.489.086,69
ES00000124B7	TESORO PUBLICO 3,75 10/2018		6.000.000,00	6.605.648,72	104,01	6.240.432,91	110,73	6.643.763,48
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028		1.484.000,00	1.976.257,13	115,50	1.714.013,60	134,04	1.989.203,61
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044		3.296.000,00	4.673.385,56	122,69	4.043.958,87	142,66	4.702.140,01
ES0000012619	TESORO PUBLICO 100 7/2016		3.900.000,00	3.898.886,89	82,91	3.233.400,13	99,97	3.898.886,89
ES0000012726	TESORO PUBLICO 100 7/2027		700.000,00	539.696,67	43,26	302.837,99	77,10	539.696,67
ES0000012767	TESORO PUBLICO 100 7/2031		700.000,00	462.719,30	34,45	241.146,79	66,10	462.719,30
ES0000012783	TESORO PUBLICO 5,5 7/2017		7.535.000,00	8.190.798,99	105,73	7.967.078,53	111,03	8.366.306,85
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037		5.560.000,00	6.850.863,85	89,21	4.960.082,00	127,07	7.065.190,42

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0120746609	REPÚBLICA DE FRANCIA 1 7/2017		500.000,00	510.446,91	100,17	500.845,30	102,53	512.632,70
IT0003256820	REPUBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	526.020,23	108,85	380.965,12	152,68	534.387,44
IT0004273493	REPUBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018		1.500.000,00	1.639.767,19	104,22	1.563.270,00	111,19	1.667.830,99
IT0004423957	REPUBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		4.500.000,00	5.108.271,13	102,30	4.603.533,26	115,03	5.176.141,93
ES00000124W3	TESORO PUBLICO 3,8 4/2024		1.900.000,00	2.232.305,33	106,31	2.019.903,59	120,04	2.280.833,20
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	3.823.444,94	104,77	3.666.950,00	109,71	3.839.749,58
IT0004987191	REPUBLICA DE ITALIA 1,5 12/2016		2.550.000,00	2.587.715,78	101,69	2.593.175,57	101,55	2.589.492,37
ES00000121A5	TESORO PUBLICO 4,1 7/2018		3.450.000,00	3.800.319,74	111,53	3.847.657,75	111,89	3.860.223,43
ES0000012676	TESORO PUBLICO 100 7/2022		4.000.000,00	3.694.210,77	75,21	3.008.580,64	92,36	3.694.210,77
ES0000012106	TESORO PUBLICO 4,3 10/2019		1.150.000,00	1.318.454,92	115,23	1.325.179,50	115,38	1.326.831,70
ES00000124V5	TESORO PUBLICO 2,75 4/2019		4.600.000,00	4.971.167,33	102,68	4.723.307,50	109,92	5.056.191,92
	Subtotal	0	107.320.000	122.792.354		105.938.578,28		124.711.878,23
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017		1.450.000,00	1.551.035,92	97,03	1.406.905,02	108,04	1.566.561,03
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	1.258.645,12	98,90	989.000,00	130,77	1.307.661,52
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016		5.700.000,00	5.844.854,85	99,50	5.671.599,75	105,00	5.985.018,78
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018		400.000,00	438.857,07	100,34	401.360,00	114,18	456.700,91
XS0829125847	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,5 3/2016		1.500.000,00	1.513.526,33	99,75	1.496.211,49	104,47	1.567.009,94
	Subtotal	0	10.050.000	10.606.919		9.965.076,26		10.882.952,18
2.2.2.3. De outros emissores								
ES0314950694	BANCO FINANCIERO Y DE AHORROS 5,25 4/2016		850.000,00	861.386,47	107,56	914.260,00	105,20	894.184,63
ES0370148019	AYT CÉDULAS CAJAS V F.T.A. 4,75 12/2018		500.000,00	563.526,46	97,20	486.000,00	113,07	565.343,40
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,25 1/2016		800.000,00	801.810,02	94,13	753.040,00	103,27	826.171,66
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 4,75 2/2016		1.800.000,00	1.810.080,28	99,51	1.791.224,76	104,79	1.886.210,42
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018		2.250.000,00	2.445.591,35	98,27	2.211.090,90	111,70	2.513.298,83
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	2.066.065,43	86,55	1.557.874,11	118,24	2.128.276,39
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	5.167.582,55	93,29	3.965.003,78	125,78	5.345.733,23
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	1.029.313,60	98,93	890.367,01	117,03	1.053.310,53
ES0414970535	CAIXABANK S.A. 3,5 3/2016		600.000,00	605.146,09	103,23	619.396,91	103,50	620.982,15
ES0414970683	CAIXABANK S.A. 5,125 4/2016		3.000.000,00	3.047.400,63	100,48	3.014.400,00	105,07	3.152.001,04
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016		3.300.000,00	3.340.729,70	99,74	3.291.408,42	105,50	3.481.565,77
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	991.819,72	99,26	893.349,00	112,43	1.011.903,74
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	285.538,48	99,34	248.346,07	117,20	292.997,50
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FINANCE BV 6,375 5/2017		300.000,00	325.933,35	99,88	299.652,00	112,42	337.272,49
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018		930.000,00	1.055.125,46	110,05	1.023.451,70	117,68	1.094.459,89
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	756.188,19	99,97	599.790,91	128,59	771.532,46
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE SA 5,875 6/2019		1.000.000,00	1.169.349,84	111,84	1.118.385,46	120,21	1.202.095,74
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	224.796,76	105,04	210.079,87	113,60	227.208,65
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018		300.000,00	328.714,11	99,57	298.719,00	110,16	330.484,60
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		1.100.000,00	1.385.385,57	112,80	1.240.835,74	130,96	1.440.539,60
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019		600.000,00	695.672,78	99,46	596.760,00	119,21	715.234,26
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		2.900.000,00	3.203.277,93	100,07	2.901.961,55	114,68	3.325.673,82

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	872.603,66	107,03	792.022,00	121,06	895.872,72
XS0801636902	NORDEA BANK AB - SUECIA 3,25 7/2022		3.280.000,00	3.757.488,64	99,25	3.255.236,00	116,16	3.809.914,87
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016		100.000,00	100.992,25	105,96	105.960,00	104,61	104.606,32
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017		500.000,00	535.035,34	102,63	513.140,91	108,03	540.144,63
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021		300.000,00	338.584,60	100,64	301.928,22	115,90	347.707,89
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022		300.000,00	343.715,04	100,13	300.375,00	117,38	352.132,05
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING 2,25 7/2020		700.000,00	748.997,92	99,69	697.802,00	108,01	756.098,33
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	249.295,19	99,56	238.955,29	105,70	253.684,23
XS0828012863	TELEFONICA EMISIONES SAU 5,811 9/2017		500.000,00	545.661,23	114,88	574.380,00	111,01	555.028,69
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		3.200.000,00	3.171.535,93	99,92	3.197.568,00	99,18	3.173.699,86
ES0440609305	CAIXABANK S.A. 0,625 11/2020		100.000,00	99.534,68	99,64	99.639,00	99,62	99.620,06
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		400.000,00	435.538,48	108,55	434.180,00	111,12	444.485,06
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		450.000,00	482.565,83	107,82	485.190,00	109,43	492.433,85
XS0997520258	CREDIT AGRICOLE LONDON 2,375 11/2020		500.000,00	538.542,05	107,19	535.970,00	107,94	539.677,64
XS1291175161	CREDIT SUISSE LONDON 1,125 9/2020		600.000,00	608.780,50	99,94	599.664,00	101,80	610.772,30
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		100.000,00	117.996,40	117,82	117.821,00	121,72	121.724,14
XS0827692269	ENEL FINANCE INTERNATIONAL NV 4,875 3/2020		500.000,00	584.583,00	117,38	586.900,00	120,86	604.296,11
XS1308674131	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA) 0,377 10/2018		500.000,00	501.139,66	100,03	500.150,00	100,30	501.511,42
XS1272154565	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA) 0,361 8/2020		500.000,00	497.990,24	99,44	497.200,00	99,65	498.271,02
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		80.000,00	80.184,64	99,51	79.608,00	100,60	80.479,72
	Subtotal	0	42.720.000,00	46.771.200,05		42.839.086,61		47.998.641,71
	Subtotal 2.2.2.	0	160.090.000,00	180.170.472,90		158.742.741,15		183.593.472,12
	Subtotal 2.2.	1.161.622	160.090.000,00	195.184.214,85		172.195.417,86		198.607.214,07
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	1.161.622	268.409.500,00	315.786.071,52		283.322.168,88		321.289.417,50
	Total geral	1.161.622	268.409.500,00	315.786.071,52		283.322.168,88		321.289.417,50

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Anexo 2.1. (2016)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	8.422.064,02	4.937.144,14	3.077.412,98	-407.506,90
Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de Trabalho				0,00
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e Outros Danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade Civil				0,00
Outras Coberturas				0,00
Marítimo e Transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias Transportadas				0,00
Responsabilidade Civil Geral				0,00
Crédito e Caução				0,00
Proteção Jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	8.422.064,02	4.937.144,14	3.077.412,98	-407.506,90

* Sinistros ocorridos no ano 2015 e anteriores.

Anexo 2.2.

(2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.261.005,77	3.542.694,63	2.726.268,96	7.957,82
Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de Trabalho				0,00
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e Outros Danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade Civil				0,00
Outras Coberturas				0,00
Marítimo e Transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias Transportadas				0,00
Responsabilidade Civil Geral				0,00
Crédito e Caução				0,00
Proteção Jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	6.261.005,77	3.542.694,63	2.726.268,96	7.957,82

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

2016 | Acontecimentos relevantes

A Seleção Nacional de Futebol foi campeã da Europa. Foi um golo de Éder que deu a vitória de Portugal sobre a França e valeu o campeonato da Europa à nossa Seleção.

A MAPFRE e o BANKINTER concretizaram a aquisição do negócio Vida do Barclays em Portugal. A operação realizou-se através da BANKINTER SEGUROS DE VIDA, sociedade participada conjuntamente pela MAPFRE e pelo BANKINTER.

5.

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

▲ Praça do Giraldo – Évora



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental
 Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
 1069-006 Lisboa – Portugal
 Telefone: +351 210 110 000
 Fax: +351 210 110 121
 Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre – Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 335.414.521 euros e um total de capital próprio de 32.700.364 euros, incluindo um resultado líquido de 1.105.728 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Mapfre – Seguros de Vida, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda totaliza 310.996.783 euros, conforme nota 5 às demonstrações financeiras.

O risco

Os activos financeiros disponíveis para venda representam cerca de 93% do activo da entidade a 31 de Dezembro de 2016.

A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor conforme detalhado na alínea c) da nota 2.17 às demonstrações financeiras.

O justo valor para maioria dos activos que compõem a respectiva carteira de investimentos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 5.2 às demonstrações financeiras depende de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado, entre outros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os procedimentos de auditoria, entre outros, foram:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de investimentos e teste à eficácia operacional dos referidos controlos numa base de amostragem.
- Teste à valorização da carteira de investimentos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade.
- Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

O risco

Em 31 de Dezembro de 2016, as Provisões Técnicas (ver nota 13 às demonstrações financeiras) e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento (ver nota 14 às demonstrações financeiras), representam, respectivamente, cerca de 93% e 5% do Passivo à mesma data.

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico. Foi também avaliada para um conjunto de controlos-chave a sua eficácia.

Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pela Entidade na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.

Procedemos também à análise da movimentação verificada no período findo em 31 de Dezembro de 2016 das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adoptados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado.

Ainda nesta área, avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelo actuário independente contratado pela Entidade, bem como a competência profissional.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

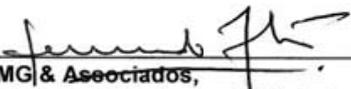
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 27 de Março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 24 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Realização do trabalho conducente à Emissão do Relatório de conclusões factuais do Revisor Oficial de Contas nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno.

Lisboa, 24 de Março de 2017



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

O Conselho Fiscal da Mapfre Seguros de Vida, S.A., depois de ter procedido à análise do Relatório e Contas referente ao exercício de 2016 colocado à sua disposição pela Administração da Companhia e depois de examinada a documentação que lhe foi remetida pelos Auditores externos KPMG & Associados, SROC,S.A., sente-se habilitado a emitir o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal preparou o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2016, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e propostas apresentados pela Administração da Mapfre Seguros de Vida, S. A.

2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração e Direcção Financeira da Companhia, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apreciação da informação financeira trimestral oportunamente facultada, tendo sido obtidas as explicações solicitadas.

3. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPM, SROC ocorreu em finais de 2016, para apreciação dos resultados do exame preliminar interino, devidamente formalizados em documento dirigido ao Conselho Fiscal, e em 7 de Março de 2017 para apreciação das conclusões do trabalho anual, depois desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter completado substancialmente os trabalhos de revisão e auditoria sobre as contas de 2016 da Mapfre Seguros de Vida, S. A..

4. A KPMG & Associados, SROC,S.A. emitiu com data de 22 de Março de 2017 a versão final assinada dos Relatórios seguintes:

- Certificação Legal de Contas, sem Reservas, nem Ênfases;
- Relatório para o Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, descrevendo o trabalho efetuado e as conclusões obtidas nas áreas de enfoque de auditoria;
- Confirmação de Independência;

5. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas financeiras da Mapfre Seguros de Vida, S.A cabe à KPMG SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas e demais Relatórios de Auditoria, documentos essenciais para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo.

6. O Conselho Fiscal solicitou à Administração e à Direcção Financeira da Companhia todas as informações e documentos referentes à Mapfre Seguros de Vida, S. A , nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos.

7. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da Mapfre Seguros de Vida, S.A .durante o exercício de 2016.

8. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 420º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, abaixo identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas anuais de 2016, e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados e fluxos de caixa da Mapfre Seguros de Vida, S.A. de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões e que o Relatório de Gestão expõe adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da Mapfre Seguros de Vida, S.A em 31 de Dezembro de 2016.

9. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:

- Que o resultado líquido positivo do exercício, no montante total de 1.105.728,38 Euros, seja aplicado do reforço dos capitais próprios da seguinte forma:

- 110.572,84 Euros para Reserva Legal
- 995.155,54 Euros por incorporação em Reservas Livres

Nada mais havendo a tratar foi encerrada reunião da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros do Conselho Fiscal

Lisboa, 28 de Março de 2017



Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: 707 102 024
mapfre.pt

Relatório e Contas 2016

MAPFRE - Seguros Vida, S.A.

 **MAPFRE** | SEGUROS

